



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

GUSTAVO RIBEIRO CARDOSO

MATERIALIDADES E MEMÓRIAS NEGRAS NO ACERVO DO IGPA:

O sítio arqueológico da Fonte da Carioca (1872)

DEZEMBRO

2025

GUSTAVO RIBEIRO CARDOSO

**MATERIALIDADES E MEMÓRIAS NEGRAS NO ACERVO DO IGPA: O SÍTIO
ARQUEOLÓGICO DA FONTE DA CARIOCA (1872)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Formação de Professores e Humanas (EFPH) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como requisito para Conclusão do Curso de Arqueologia para obtenção de do título de bacharelem Arqueologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Rosinalda Corrêa da Silva Simoni

GOIÂNIA

2025

Gustavo Ribeiro Cardoso

**MATERIALIDADES E MEMÓRIAS NEGRAS NO ACERVO DO IGPA: O SÍTIO
ARQUEOLÓGICO DA FONTE DA CARIOCA (1872)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Formação de Professores e Humanas (EFPH) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como requisito para Conclusão do Curso de Arqueologia para obtenção de do título de bacharelem Arqueologia.

**Banca Examinadora formada pelas
professoras:**

Orientadora: Prof. Dra. Rosinalda Correa da Silva Simoni

_____, _____, _____

Examinadora Externa Prof^a. Dra. Luana Campos (UFMS).

_____, _____, _____

Examinadora Interna Prof^o. Ms. Prof^a. Msc. Cristiane Loriza Dantas IGPA Nota

_____, _____, _____

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha família, dona Auxiliadora Aparecida, minha mãe, ao Seu Carlos Lourenço, meu pai, Geovane Ribeiro e Geferson Carolos, que me apoiaram nos momentos difíceis, meu irmão gêmeo, Edmilson Ribeiro Cardoso e minha cunhada Ana Carolina por terem me acolhido durante momentos complicados pelos quais passei, ao longo do curso. Dedico também ao meu filho, Ayele Zulu por todo amor dedicado a mim.

Dedico também a dona Terezinha Lobo, Dona Iza e ao senhor Osvaldo que também me apoiaram, dedico ao Thiago Henrique e ao Alan Santos e a as demais pessoas que me apoiaram ao longo desta trajetória, me dando compreensão e confiança nos momentos mais desafiadores.

Agradeço a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) pela Bolsa financeira, à PUC-Goiás pela bolsa social e aos Professores Dr. Julio Cesar Rubin de Rubin, a Dr^a Sibeli Aparecida Viana, Mestra Cristiane Loriza Dantas, Dr^a Rosicler Theodoro da Silva e a todos os demais professores do programa pelos excelentes ensinamentos e sobretudo, a minha orientadora, Prof^a Dr^a Rosinalda Correa da Silva Simoni, pela compreensão e apoio, que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a importância dos artefatos resgatados no Sítio Arqueológico Fonte da Carioca, destacando seu valor enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro. A proposta central é a criação de um catálogo educativo que abordará tanto a relevância desses artefatos quanto os saberes tradicionais envolvidos em sua confecção, os quais ainda se fazem presentes na região. O estudo foi realizado a partir do acervo do Instituto Goiano de Paleontologia e Antropologia (IGPA), com foco específico nos artefatos cerâmicos encontrados no sítio arqueológico. A pesquisa está inserida no contexto do projeto Fonte de Memórias, Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca, desenvolvido entre 2011 e 2014, como parte do processo de restauração da Fonte da Carioca. O projeto foi financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e executado pela empresa Marsou Engenharia, sob a coordenação da arqueóloga Cristiane Loriza Dantas. A principal lacuna a ser enfrentada por este trabalho é a escassez de pesquisas voltadas para as materialidades negras. Nesse sentido, a presente iniciativa contribui para o reconhecimento e a valorização dessas materialidades, essenciais para a compreensão da contribuição cultural afro-brasileira nos processos históricos em Goiás. Além disso, o estudo favorece a preservação e a valorização da tradição cerâmica que ainda persiste na cidade.

Palavras-chave: Memória. Tradição. Patrimônio Cultural. Patrimônio Arqueológico. Patrimônio Afro-brasileiro.

ABSTRACT

This research aims to highlight the importance of the artifacts recovered from the Fonte da Carioca Archaeological Site, emphasizing their value as Afro-Brazilian cultural heritage. Its central proposal is the creation of an educational catalog that will address both the relevance of these artifacts and the traditional knowledge involved in their production, which still persists in the region. The study will be carried out using the collection of the Goiano Institute of Paleontology and Anthropology (IGPA), with a specific focus on the ceramic artifacts found at the archaeological site. The research is situated within the broader context of the project Fonte de Memórias, Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca, conducted between 2011 and 2014 as part of the restoration process of the Fonte da Carioca. The project was funded by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and executed by Marsou Engenharia under the coordination of archaeologist Cristiane Loriza Dantas. The main gap addressed by this study is the scarcity of research dedicated to Black materialities. In this sense, the present initiative contributes to the recognition and valorization of these material expressions, which are essential for understanding the Afro-Brazilian cultural contributions to historical processes in Goiás. Furthermore, the study supports the preservation and appreciation of the ceramic traditions that still endure in the city.

Keywords: Memory. Tradition. Cultural Heritage. Archaeological Heritage. Afro-Brazilian Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2 : Fonte da Carioca final século XIX (acervo Arquivo Frei Simão Dorvi).Fonte: Simoni (2012). p. 12

Figura 3 - Mapa dos sertões. Fonte: Dantas (2014). p. 13

Figura 4,5,6,7,8,9 - Artefatos arqueológicos resgatados na Fonte da Carioca. Fonte: SIMONI (2014). p. 15

Figura 10 - Fonte da Carioca (atual).Fonte: Simoni (2012). p.16

Figura 11 - Trecho do Jornal de 1949 que cita a data de criação da Fonte da Carioca

- Acervo Frei Simão Dorví. Fonte: Simoni (2012). p. 20
-

Figura 12: Gravura retratando Garimpo p. 31

Figura 13. Mapa da capitania de Goiás final do século XVIII início do XIX, retratando os chafarizes. Fonte Acervo arquivo Histórico de Exército p.34

Figura 14. Vista do Chafariz de Calda da Praça Brasil Ramos Caiado(Fonte: PERREIRA, 2020) p.35

Figura 15. Chafariz da Boa Morte localizado na Praça do Coreto, Fonte: FERREIRA.2020 p. 36

Figura 16. Imagens de cachimbos resgatados durante a escavação arqueológica na fonte da Carioca. Fonte: Dantas, (2014) p. 41

Figura 17: Desenho evidenciando as incisões que ornamentam os cachimbos encontrados. Fonte: Dantas, (2014) p. 46

Figura 18: Vista da fonte da carioca e de carregadeiras de água século XIX Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra Boa Morte. Foto: Amanda Alvez Borges, 2017 p. 49.

Figura 19. Vista frontal da Fonte da Carioca. Fonte: Acervo pessoal Amanda Alvez Borges, 2017.p. 50.

Figura 20. Vista externa do Museu da Bandeiras MUBAM. Fonte acervo pessoal Simoni.2012. p. 56

Figura 21. Vista interna do Museu da Bandeiras, exposição de arte sacra; MUBAM. Fonte acervo pessoal Simoni.2012. p.57

Figura 22. Vista interna do Museu da Bandeiras, sala da cadeia/ porão MUBAM. Fonte acervo pessoal Simoni.2012. p. 57.

Figura 23. Vista externa do Museu da Bandeiras, sala da cadeia/ porão MUBAM. Fonte acervo pessoal Simoni.2012. p.59

Figura 24. 25 e 26, Certificado de reconhecimento conferido ao IGPA por sua relevante atuação no campo da guarda e pesquisa das culturas materiais e imateriais em 2010. Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/> acessado em novembro 2025. p 65, 66, e 67

Figura 27. Contas de colar esqueleto 2. Fonte: Dantas 2014, p.150. p. 69

Figura 28. Lavadeiras no rio vermelho: Fonte arquivo MIS (DANTAS, 2014, p. 68)

Figura 29, 30 e 31. Registro da atividade de carregadores de água. Fonte: 1 arquivo da Boa Morte; 2 arquivo Frei Simão Dorvi (apud SIMONI 2012); 3 arquivos Igreja da Boa Morte. (DANTAS, 2014, p. 67) p. 80

Imagem 32. Peças fabricadas por dona Chica. Fonte: Cardoso

Imagem 33. Peças fabricadas por dona Chica. Fonte: Ribeiro p. 107

Imagem 34. Peças fabricadas por dona Chica. Fonte: Ribeiro p. 108

Imagem 35. pote cerâmico menino carregando água início século 20. Fonte: acervo Frei Simão Dorvi. P. 109.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Imagem do quadro de classificação da louça segundo esmalte. Fonte Tocchetti et al 2001 (DANTAS, 2014, p. 79) p.85

Quadro 2. Imagem do quadro de Cálculo de média aritmética (DANTAS, 2014, p. 79)

Quadro 3. Imagem do quadro de Diretrizes de análises do vidro (DANTAS, 2014, p. 82) p. 86

Quadro 4. Imagem do quadro de Classificação da cerâmica (DANTAS, 2014, p. 91) p.87

Quadro 5. Imagem do quadro referências para descrição sumária de cachimbos fonte: Dantas 2014, p. 107) p. 88

Quadro 6. Imagem do quadro Cachimbos fonte: Dantas, 2014, p. 107) p. 89

Quadro 8. Imagem do quadro **Fonte:** Dantas, (2014) p. 90.

Quadro 9. Imagem de contas de colar e adornos fonte: DANTAS, 2014, p. 126) p. 91.

Quadro 10: tabela de Distribuição do material arqueológico por tipo de pasta Fonte: Dantas, 2014, p. 76) p. 92.

Quadro 11. Imagem de Fragmentos de faiança fina. Fonte. Dantas, 2014. P. 78. .p. 93

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 CONTEXTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO DA FONTE DA CARIOCA (1872)	29
1.1 Contextos Histórico-sociais de Goiás Oitocentista: Cidade, Cativo e Cultura.....	29
1.2 HISTÓRICO DO SÍTIO DA FONTE DA CARIOCA: ORIGEM, FUNÇÃO SOCIAL, REGISTROS DOCUMENTAIS E CARTOGRÁFICOS	48
1.3 DISCUSSÃO SOBRE ARQUEOLOGIA URBANA E ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	53
CAPÍTULO 2 MATERIALIDADES NEGRAS EM GOIÁS E NO ACERVO DO IGPA	58
2.1 Arqueologia urbana e arqueologia da escravidão em Goiás enquanto sítio histórico: Breve histórico.....	73
2.2 Uma fonte de Memórias: descrição e reflexões sobre o acervo da Fonte da Carioca: A fonte de Ontem e de Hoje.....	77
CAPÍTULO 3 MEMÓRIAS NEGRAS, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA PÚBLICA.....	103
3.1 REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA COLETIVA, ANCESTRALIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO	103
3.2 Impressões do saber fazer de uma mestra do saber cerâmico (Maria da Graças, dona Chica do quilombo Alto Santana dona Chica)	110
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5. ANEXOS	
6 REFERÊNCIAS	123

APRESENTAÇÃO

A Arqueologia tem desempenhado um papel fundamental na reconstrução de histórias silenciadas, especialmente no que se refere à presença africana e afrodescendente no Brasil. No contexto das discussões contemporâneas sobre patrimônio, memória e identidade, torna-se urgente revisitar os vestígios materiais da presença negra, muitas vezes apagados ou marginalizados nos discursos oficiais.

Nesse contexto, o acervo arqueológico resgatado no sítio arqueológico da Fonte da Carioca, datado de 1772, localizado no município de Goiás (GO), representa uma oportunidade ímpar para compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que envolveram populações negras livres e escravizadas no período colonial, oferecendo um cabedal de reflexões no que tange à presença africana em Goiás, e sobretudo à oportunidade de refletir sobre o saber fazer cerâmico que persiste até atualidade em Goiás.

De acordo com Palacín (1994 *apud* Simoni, 2025), Goiás nasceu sob o signo do ouro e da submissão a São Paulo. Nesse contexto, cabia à capitania apenas o fornecimento de matéria-prima. As primeiras minas foram descobertas em Goiás por volta de 1726, quando os bandeirantes invadiram as terras dos índios Goyazes para explorar tanto os recursos minerais quanto os próprios nativos. Com a atividade mineradora, surgiram os primeiros arraiais nos arredores das minas. Entre 1727 e 1732, formaram-se diversos povoados no sul de Goiás, como Anta, Ferreiros, Ouro Fino, Barra, Água Quente, Santa Cruz e Meia Ponte. Já entre 1730 e 1740, desenvolveram-se vilarejos na região norte, como Traíras, São José do Alto Tocantins (atual Niquelândia), Cachoeira, Crixás, Natividade, São Félix, Pontal, Arraias, Cavalcante, Papuan (Pilar), Santa Luzia (atual Luziânia), Carmo e Cocal (Simoni, 2025, p. 29).

O negro situa-se nesse contexto como elemento central do processo de mineração, assim como afirma Baiochi (1983 *apud* Simoni, 2025):

O escravo fiscador, às margens dos rios Vermelho e das Almas, extraía de sol a sol, o ouro minerado aos seixos de areia. Com Bateia de madeira, movimentava a mistura heterogênea de rochas, fazendo acumular os grãos de ouro no fundo, sendo as impurezas extras lavadas pela água, que afluía, aos poucos na superfície da vasilha. Trabalhava, inclinado e seminu, os pés n'água, o corpo exposto ao calor do sol (Baiochi, 1983, p. 18 *apud* Simoni, 2025, p. 29).

As autoras chamam atenção para a principal atividade executada pelos escravizados entre os séculos XVIII e início do XIX, a mineração na região do Rio das Almas e Rio Vermelho, região onde se desenvolveram muitos quilombos, entre eles. Pombal, Água Limpa,

Quilombo do Moinho dentre outros. Os arraiais auríferos citados tinham uma característica eminentemente urbana, contando, inclusive, com uma classe socialmente destacada, a dos mineiros, sendo assim, a elite, baseada em um pequeno número de colonos, os quais tiveram acesso aos poucos cativos, como dito, produtos de riqueza. Dessa forma, com a distribuição desigual tanto das terras como dos trabalhadores, a riqueza concentrou-se nas mãos de poucas e poderosas famílias. Segundo Monteiro, a mesma produção de riqueza gerou o surgimento de uma maioria ligada à pobreza rural (Monteiro, 1995 *apud* Simoni, 2025).

Nesse cenário, o censo de 1779 aponta para a ideia que a pobreza rural era formada majoritariamente por negros, que constituíam entre 45% e 80% da população. Nas cidades mineradoras, tais como Crixás, Pilar, Arraias, 70% onde mais da população era identificada como preta, assim como reforçam os dados da tabela a seguir sobre a população da capitania de Goiás em 1779.

Julgados	Total	Branco	Pardos	Pretos	% Pretos
Vila Boa	6954	1460	1003	4491	64,6
Anta	2668	602	689	1377	51,6
Meia Ponte	7885	1809	1581	4495	57,0
Santa Luzia	3384	490	717	2177	64,3%
Santa Cruz	1534	562	268	704	45,9
Crixá	2814	219	348	2247	79,9
Pilar	5156	576	930	3650	70,8
Trairas	5253	679	1398	3176	60,5
Tocantins	4303	276	985	3042	70,7
São Felix	3750	387	682	2681	71,5
Cavalcante	1284	142	168	974	75,9
Natividade	3191	555	656	1980	62,1
Carmo	1171	84	202	885	75,6
Arrayas	1082	156	164	762	70,4
Barra da Palma	1486	530	240	716	48,2
São Domingos	618	118	219	281	45,5
Pontal	890	87	150	653	73,4
PR de Cima	1066	198	283	585	54,9

Fonte: IHGB¹³

Tabela 1 - A população da capitania de Goiás em 1779.

A capital Vila Boa, atualmente Cidade de Goiás, ficava distante de Salvador ou do Rio de Janeiro. Os oficiais e soldados portugueses enviados para guarnecer Vila Boa, e os registros de ouro eram poucos para aquela capitania. Conforme revela a correspondência oficial, a maioria dos governadores estava mais preocupada com as guerras indígenas e contrabando do ouro do que com a formação dos quilombos; uma segunda vantagem para formação desses quilombos (Palacin *apud* Simoni, 2025).

Dessa forma, o chamado caminho de Goiás, ou “Picada de Goiás”, foi uma das estradas reais que surgiram no Brasil em função da mineração. As chamadas Estradas Reais eram rotas oficiais destinadas à mineração e ao comércio, ligando as regiões mineradoras aos centros portuários. Em Goiás, o principal exemplo é o Caminho de Goiás, também conhecido como “Picada de Goiás”, aberto no século XVIII para viabilizar o transporte de ouro, suprimentos e populações entre Minas Gerais (ex.: Pitangui) e Vila Boa (atual Cidade de Goiás), estendendo-se ao Mato Grosso (Souza, 2011).

Sua importância foi tamanha que a Coroa impôs pena de morte a quem abrisse rotas paralelas à oficial entre a capitania de Minas Gerais e Goiás, determinações vivenciadas entre 1733 e 1758. Em suas pesquisas arqueológicas em Goiás, Souza (2011) investigou sítios coloniais do século XVIII, como fazendas e trechos de estradas antigas, utilizando análise de artefatos, arquitetura colonial e documentos históricos. O estudo de trechos da Estrada Real no município de Goiás, por exemplo, integra o escopo de atuação da autora, evidenciando como essas rotas estruturaram a ocupação, mobilidade, economia e identidade regional, e as diversas funções que esse caminho exercia. A Estrada real possui muitas ramificações, uma delas era chamada de Estrada Real do Nascente e a mesma era próxima a Fonte da Carioca, primeira fonte de água potável em Goiás (Souza, 2011).

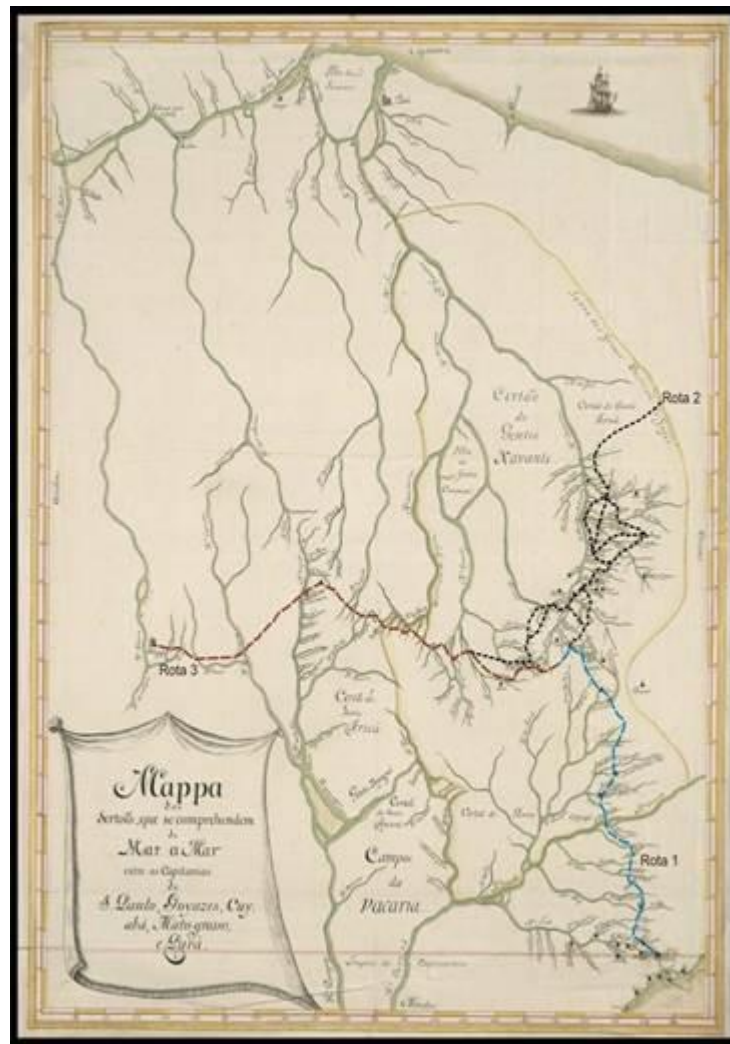
Construída por volta de 1772, à beira do Rio Vermelho, a Fonte da Carioca foi ponto central de abastecimento de água para moradores, tropeiros, lavadeiras incluindo pessoas escravizadas e livres e outras pessoas que transitavam pela região. Seu abastecimento só foi cortado na construção da rodovia GO-070 por volta de meados do século XX. Assim, desde os primórdios da fundação de Goiás a fonte exerceu um papel crucial na sua formação e existência. A fonte era um ponto de parada obrigatória para os viajantes da Picada de Goyaz, servindo como ponto de apoio tanto para consumo humano quanto animal (Souza, 2012).



Figura 1 e 2 : Fonte da Carioca final século XIX (acervo Arquivo Frei Simão Dorvi).

Fonte: Simoni (2012).

Em 2012, o IPHAN restaurou a Fonte da Carioca, recalçando seu granito original e reativando o fluxo das nascentes. Durante a obra, achados arqueológicos, como cerâmicas coloniais, fragmentos de louça e moedas documentaram a vida na fonte entre os séculos XVIII e XIX. Hoje, a Fonte faz parte de um eco parque cultural, uma espécie de museu a céu aberto, que também integra o trecho da Estrada do Nascente. As pesquisas foram realizadas pelas arqueológicas Margareth de Lourdes Souza, Cristiane Loriza Dantas, Fernanda Fonseca Cruvinel, Ariana Silva Braga e Rosinalda Corrêa da Silva Simoni, entre os anos de 2010 a 2012, essas pesquisas consolidaram a cidade de Goiás como um dos maiores sítios arqueológicos históricos reconhecidos pelo IPHAN em 2000 (Dantas, 2014).



Mapa dos Sertões que compreende as estradas entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará. Fonte: Biblioteca Nacional Brasil. Coleção Morgado Mateus. Mapa modificado pelo autor: Dantas.

Figura 3 - Mapa dos sertões.

Fonte: Dantas (2014).

A cidade de Goiás, enquanto sítio arqueológico histórico, segundo Dantas (2014), representa um dos mais significativos testemunhos da ocupação colonial portuguesa no interior do Brasil, especialmente nos séculos XVIII e XIX. Sua relevância se dá tanto pela preservação do patrimônio material e imaterial, quanto pelas camadas históricas e arqueológicas que revelam a complexidade das relações sociais, econômicas, religiosas e culturais que ali se desenvolveram. Essas relações, pautadas em torno das minas de ouro Goiás, ainda preservam

os vestígios da colonização e do ciclo do ouro, fundada no início do século XVIII, a cidade foi um ponto estratégico da colonização portuguesa no interior do Brasil.

As escavações e estudos arqueológicos revelam estruturas urbanas, sistemas hidráulicos, objetos cerâmicos, ferramentas, moedas e outros artefatos que ajudam a compreender a organização social, o cotidiano dos moradores e o funcionamento da economia mineradora. Nesse patamar, ressalta-se também a preservação do traçado urbano colonial, pois a cidade mantém características arquitetônicas e urbanas do período colonial, como ruas estreitas de pedra, igrejas barrocas, casarões e chafarizes.

Esse traçado urbano é, por si só, um objeto de estudo arqueológico e histórico, pois demonstra as técnicas construtivas da época, os padrões de organização territorial e as influências europeias, sobretudo lusitanas, adaptadas ao contexto local. Um outro aspecto a ser ressaltado é a cultura das populações negras e indígenas, presentes através das materialidades modos de ser e viver dos seus descendentes.

Os sítios arqueológicos da cidade e de seu entorno guardam memórias das populações africanas escravizadas, indígenas e mestiças que ali viveram, trabalharam e resistiram, além de possuir um quilombo urbano, o Quilombo do Alto Santana foi titularizado em 2018, o quilombo descansa aos pés do morro das lajes tendo como fundo a Igreja de Santa Bárbara, recanto de afrodescendentes, que ali compartilham de coletividades como a produção da cerâmica manual, a manuseio de ervas medicinais além de festejos afrodescendentes, sempre vivenciados de forma coletiva.

As pesquisas arqueológicas, dentre elas as citadas neste projeto, contribuem para recuperar essas histórias silenciadas, revelando vestígios de moradias, objetos de uso cotidiano, lugares de culto e práticas culturais que não estão registrados nos documentos oficiais, mas que afloraram nas escavações da Fonte da Carioca, e antes dela, nas escavações do sistema de esgoto, realizadas no início dos anos dois mil sob a coordenação da arqueóloga Gislaine Valério, atual coordenadora do NARQ, ligada à Universidade Estadual de Goiás.

Os elementos e materialidades presentes na cidade fazem de Goiás, um sítio multipotencial devidamente reconhecido na data citada anteriormente, o reconhecimento mundial da UNESCO como Patrimônio Mundial Cultural veio por seu valor universal excepcional como exemplo de uma cidade colonial no interior do Brasil, com alto grau de

autenticidade e integridade. Esse reconhecimento reforça sua importância como local de pesquisa, preservação e educação patrimonial. Todos esses elementos fazem da cidade de Goiás um sítio potencial para estudo da História Pública/arqueologia Pública e a Educação Patrimonial permitindo a articulação entre pesquisadores, comunidades locais, estudantes e visitantes. As atividades educativas, as visitas guiadas e os centros de memória locais possibilitam que a população se aproprie de sua história e contribua para a valorização e proteção do patrimônio arqueológico.

Nessa perspectiva, o estudo das materialidades resgatadas na Fonte da Carioca e a produção do catálogo serão instrumentos potencializadores de futuras ações no âmbito da arqueologia pública e da educação Patrimonial na cidade. Nesta pesquisa, reconhecemos em Goiás e no sítio Fonte da Carioca não apenas um lugar de memória, mas também um território vivo, de multicamadas, onde o passado colonial, as marcas da escravização, são vistos como formas de resistência; e os saberes tradicionais se entrelaçam. A Fonte da Carioca, como sítio arqueológico histórico, oferece oportunidades únicas para compreender os processos históricos não apenas em Goiás, nesse contexto nos debruçamos primeiramente para ressaltar os chafarizes /fontes que abasteciam Goiás capitania com ênfase ao chafariz fonte da carioca.



Figura 4,5,6,7,8,9 - Artefatos arqueológicos resgatados na Fonte da Carioca. Fonte: SIMONI (2014).

O chafariz do Largo da Carioca foi a primeira fonte pública de abastecimento de água construída em Vila Boa, ainda no início de sua implantação como centro minerador. Inicialmente denominada Fonte da Cambaúba, a Carioca atendia basicamente aos moradores da margem direita do Rio Vermelho, conhecida nos documentos antigos como Rosário, em alusão à primeira igreja construída nessa parte da cidade, pertencente à Irmandade dos Homens Pretos (Simoni, 2015).



Figura 10 - Fonte da Carioca (atual).

Fonte: Simoni (2012).

A Fonte teve sua construção por volta de 1772, isso pode ser evidenciado devido ao fato de que na solicitação do levantamento da planta da cidade feita por Dom Luiz da Cunha em 1882, já aparecia nos detalhes levantados a Fonte da Carioca. Há ainda a estiagem pela qual o estado de Goiás estaria imerso no século XVIII, motivação que teria levado a construção de chafarizes (Jornal de Goiás – 1149 - *apud* Simoni, 2013; Dantas, 2014).



Figura 11 - Trecho do Jornal de 1949 que cita a data de criação da Fonte da Carioca

- Acervo Frei Simão Dorví.

Fonte: Simoni (2012).

Ao longo do tempo, a Fonte da Carioca consolidou-se como um espaço de memória, em razão das múltiplas atividades desenvolvidas em seu entorno. Para além da exploração aurífera e da ocupação das margens do Rio Vermelho, o local também foi marcado por intensos fluxos de deslocamento humano e por práticas sociais protagonizadas por sujeitos historicamente marginalizados. Embora nem sempre visibilizadas, essas práticas foram significativas no cotidiano urbano da antiga Vila Boa de Goiás (Dantas, 2014).

Entre essas atividades, destaca-se o trabalho de carregadores e carregadeiras de água, que desempenhavam funções essenciais no abastecimento das residências, especialmente em virtude da inexistência de sistema de encanamento. A Fonte da Carioca, localizada em área periférica ao centro urbano, era uma das preferidas para a coleta, por oferecer águas de melhor qualidade e, justamente por estar mais afastada, apresentar menor circulação de pessoas (Dantas, 2014).

A pesquisa arqueológica conduzida por Dantas, em 2011, teve como objetivo compreender a Fonte da Carioca como um espaço construído socialmente e continuamente ressignificado a partir das dinâmicas do cotidiano. A investigação resultou na identificação de diversos vestígios arqueológicos, cuja interpretação foi orientada pelo pressuposto de que os materiais remanescentes carregam narrativas históricas passíveis de reconstituição por meio de análises técnicas e metodológicas especializadas (Dantas, 2014). Durante as escavações, foram identificados artefatos como fragmentos de louça, vidro, metal, cerâmica, contas de colares e ossos. O processo de análise laboratorial seguiu protocolos metodológicos voltados à classificação, ordenamento e processamento do material arqueológico, com vistas à produção de inferências acerca dos grupos sociais que frequentaram ou habitavam aquele espaço (Funari *apud* Dantas, 2014).

No âmbito da pesquisa, foram resgatados diversos artefatos, dentre eles, setenta e quatro fragmentos de louça, mil e vinte quatro fragmentos de vidro, duzentos e dez fragmentos de metal, seiscentos e oitenta e três fragmentos cerâmicos e vinte e um cachimbos cerâmicos. De acordo com Dantas (2014), dos cachimbos exumados, três estavam em ótimo estado de conservação enquanto os demais encontravam em estado regular e péssimo. a técnica de manufatura moldada foi utilizada em quinze fragmentos e foram observados tratamento de superfícies alisamento foi observado em três fragmentos. Em dezoito fragmentos, foram

identificados processo de decoração total da parte externa, identificadas como estriada e impressa (Dantas, 2011). O relatório reforça a relevância das materialidades negras encontradas na Fonte da Carioca, e fomentou o desejo desta pesquisa. Dessa forma, a presente pesquisa pretende trabalhar com o acervo de materialidades negras do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia IGPA, mais precisamente o material coletado na Fonte da Carioca, e especificamente os cachimbos, utilizando-os para construção de um *flyer* que será utilizado para potencializar as discussões sobre as materialidades negras resgatadas no sítio arqueológico Fonte da Carioca.

Esta pesquisa busca repensar como esse material pode ampliar nossa visão para as questões da presença da população negra na cidade de Goiás a partir da cultura material no âmbito da arqueologia da diáspora. O conceito de Arqueologia da Diáspora Negra refere-se a um campo da arqueologia histórica que estuda as experiências, culturas, resistências e memórias dos povos africanos e afrodescendentes que foram forçados à dispersão pelo sistema escravista atlântico, especialmente entre os séculos XVI e XIX. Essa abordagem busca compreender a vida cotidiana, as estratégias de sobrevivência e a construção de identidades negras em contextos coloniais e pós-coloniais a partir da análise da cultura material, dos vestígios arqueológicos, das memórias orais e de outros registros produzidos ou apropriados por esses sujeitos (Simoni, 2024).

Assim essa pesquisa se justifica pela importância de analisar as materialidades do sítio arqueológico histórico Fonte da Carioca, especificamente os vinte e um cachimbos cerâmicos enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro; buscando ressaltar sua importância para história de Goiás. Da mesma forma, é também importante a proposta de criar um flyer informativo contendo detalhes desses artefatos, impulsionando sua visibilidade diante da ampla quantidade de estudos arqueológicos realizados no estado de Goiás em diferentes áreas, sendo as materialidades negras as menos estudadas. Projeto como este se faz necessário para repensar a história da arqueologia na perspectiva da diáspora negra em Goiás, pois contribui para a valorização da cultura negra.

Em se tratando de patrimônio cultural, em sua definição oficial de acordo com Decreto de lei nº 25/1937 (segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, base de atuação do IPHAN), constitui-se em patrimônio cultural. O IPHAN compreende o patrimônio como algo dinâmico e coletivo ligado à construção da identidade cultural brasileira. Isso significa reconhecer a diversidade de vozes e experiências inclusive de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, urbanas,

entre outras como parte legítima do que deve ser valorizado e protegido. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é um órgão do governo federal brasileiro, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável por proteger, preservar e promover o Patrimônio Cultural do Brasil.

O termo Patrimônio Cultural vem da junção de duas palavras “Patrimônio + Cultura”, de forma simplificada, patrimônio pode ser compreendido como uma herança material ou imaterial, enquanto o conceito de cultura, segundo Laraia (2003), “...é um conjunto de conhecimentos, hábitos, crenças, costumes, valores, práticas e formas de vida que são aprendidos e compartilhados socialmente pelos membros de uma sociedade” (Laraia, 2003, p. 68).

Para falar de patrimônio cultural, deve-se compreender o papel da memória e de outros conceitos como identidade. Em se tratando do conceito de memória, esta pesquisa confabula com os pensamentos de Halbwachs, que afirma que a memória individual está intrinsecamente ligada ao seu entendimento de que toda memória é, em essência, social. Para Maurice Halbwachs (1990), a memória se divide em individual e coletiva. A memória individual é a recordação pessoal das experiências vividas, mas ela depende dos quadros sociais que orientam o que, como e quando se lembra. Ou seja, a memória individual está inserida, condicionada e moldada pelas interações sociais, e é formada por lembranças (Halbwachs, 1990).

Embora Halbwachs reconheça que existe a memória individual, ele enfatiza que essa memória não se forma de maneira isolada, mas é sempre estruturada e evocada a partir dos marcos sociais que cercam o indivíduo. Para ele, a memória individual é aquela que cada pessoa possui de suas próprias experiências, mas essas lembranças só se organizam e se manifestam porque são modeladas pelos grupos sociais aos quais ela pertence, como a família, a religião, a escola, a nação, entre outros. Em sua obra clássica “A memória coletiva” (1950), Halbwachs afirma que “embora a memória pareça se apoiar apenas na vida interior, ela não se reconstrói senão com o auxílio dos quadros sociais” (Halbwachs, 1990, p. 31). Logo, para o autor, a memória individual não é uma entidade autônoma, mas um recorte da memória coletiva, configurada conforme os contextos sociais e culturais do indivíduo. Assim, pode-se afirmar que:

(...)a memória é parte integrante de nossas vidas, onde obtivemos várias experiências vividas, que ao longo do tempo ficam armazenadas em nosso pensamento, algumas que ficam marcadas sejam elas boas ou ruins, e podem

ficar armazenadas em nosso inconsciente, e dependendo da condição, podem retornar ao indivíduo a qualquer momento, seja pela emoção ou necessidade para realizar alguma atividade (Halbwachs, 1990, p. 31).

A memória é formada de lembranças e esquecimentos que auxiliam na construção e percepção de dois outros conceitos/ instrumentos muito importantes para a preservação do patrimônio cultural, esses conceitos são identidade e tradição; ao tratar do conceito de identidade, esta pesquisa se baseará nos pensamentos de Stuart Hall (2006), que afirma que a identidade é um processo histórico, social e discursivo, caracterizado pela não fixidez, pela multiplicidade e pela contingência, sendo fundamental na organização das subjetividades dos grupos e das lutas políticas contemporâneas.

O conceito de identidade, segundo o autor, é um dos mais influentes nas ciências sociais e humanas contemporâneas, especialmente nos campos da antropologia, sociologia, estudos culturais e pós-coloniais. Para Hall (2006), a identidade não é fixa, essencial ou imutável, mas processual, relacional e historicamente construída. Hall (2006) aponta alguns aspectos ao falar de identidade: identidade como construção social e discursiva. Ele rompe com a ideia de uma identidade "essencial" ou "natural". Para ele, as identidades são formadas dentro e através de representações culturais, discursos e práticas sociais. Ou seja, a identidade é sempre construída no campo simbólico e relacional; identidade como um processo inacabado. Nesse aspecto, as identidades são vistas como projetos em constante formação, nunca totalmente fixadas, pois estão sujeitas às mudanças históricas, políticas, econômicas e culturais.

Hall usa a expressão "identificação" para enfatizar esse caráter processual e inacabado. Identidades e a Dimensão relacional. Para o autor, as Identidades se constituem sempre em relação com o outro o que somos se define também pelo que não somos. Assim, a construção identitária envolve processos de diferenciação e fronteiras simbólicas. A Fragmentação e multiplicidade das identidades; para Hall, no mundo contemporâneo, marcado por globalizações, migrações e diásporas, as identidades tornam-se cada vez mais fragmentadas, múltiplas e híbridas. Hall destaca a experiência das diásporas negras como exemplo paradigmático dessa multiplicidade identitária. As identidades são os pontos de sutura, temporários, entre os discursos e as práticas que nos posicionam como sujeitos (Hall, 2006). Estando assim ligada a outros conceitos norteadores da compreensão sobre as culturas dentre esses conceitos temos o de tradição.

Em se tratando de tradição, refere-se ao conjunto de práticas, valores, crenças, saberes, normas e símbolos transmitidos de geração em geração dentro de um grupo social ou cultural. A tradição, na perspectiva antropológica, é compreendida como um processo dinâmico, que envolve tanto a preservação quanto a recriação de elementos culturais no tempo. Edward Shils (1981) enfatizou a tradição como um sistema de transmissão e continuidade cultural. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983) desenvolveram o conceito de "tradições inventadas", destacando que muitas práticas tidas como "antigas" são, na verdade, criações recentes com funções políticas e sociais específicas. Marshall Sahlins (1985) contribuiu para o entendimento da tradição como uma prática criativa, enfatizando a agência dos grupos na reelaboração de seus próprios legados culturais (Simoni *et al.*, 2017, p. 23).

Ressalta-se que o Patrimônio Cultural se divide teoricamente em Material e Imaterial, sendo ambos importantes para a construção da identidade brasileira. Patrimônio material são todos os bens materializados e que por reconhecimento coletivo é carregado de importância para o grupo, tornando-se assim um patrimônio cultural de acordo com o regimento do IPHAN, por exemplo, edifícios históricos como casas e a própria Fonte da Carioca, foco deste estudo.

Para a comunidade que vive ao entorno da fonte ela sempre foi um monumento importante devido à sua história e sobre as histórias e lendas a seu respeito, ela tem um valor arquitetônico e simbólico, bem como, o Pelourinho na Bahia. Em se tratando dos patrimônios imateriais, que estão ligados às práticas aos saberes fazeres e viveres de cada grupo. Temos como exemplo, a roda de capoeira, o samba de roda do recôncavo baiano, ambos patrimônios afro-brasileiro, sobre o qual refletiremos abaixo, dentre vários outros todos os patrimônios supracitados são exemplos e expressões culturais que remetem a um lugar um determinado grupo. Assim, nesse sentido, podemos enfatizar que a cultura é o que nos atribui qualificações enquanto seres humanos e é por meio dela que realizamos a transformação da natureza atribuindo-lhe significados (Simoni *et al.*, 2017).

Nesse contexto, nos aproximamos do patrimônio arqueológico, que são compreendidos como evidências culturais de grupos que existiram preteritamente ou que ainda resistem, como é o caso dos sítios históricos em suma o patrimônio arqueológico pode estar apresentado em forma de sítios pré-históricos, históricos. Sendo assim, o patrimônio arqueológico é a parcela de uma herança maior, deixada pelas gerações passadas e que passa a ser administrada, usada e usufruída pela geração presente, mas com transmissão obrigatória para as gerações futuras. (Schmitz, 1988). Normalmente, o patrimônio arqueológico permanece sob tutela do Estado,

onde sua administração e preservação são de sua responsabilidade. Sendo assim, os cachimbos resgatados durante as pesquisas arqueológicas no sítio arqueológico histórico Fonte da Carioca são exemplos de patrimônio arqueológico, no entanto, temos muitos outros que se enquadram no mesmo quesito, como o complexo arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, dentre outros muitos remanescentes arqueológicos que se encontram presentes em nosso país.

A Fonte da Carioca como sítio arqueológico, também traz consigo essa mesma importância, pois é um local que remete aos tempos pretéritos reverberando na memória dos povos contemporâneos. Sendo assim, a Fonte da Carioca é concebida como lugar de memória, devido à ligação enquanto espaço de memória que os grupos sociais da cidade de Goiás têm com o local, da mesma forma que museus, cemitérios entre outros. Os Lugares de memória são espaços físicos, simbólicos ou funcionais onde a memória coletiva se cristaliza e se preserva. Eles surgem como resposta à perda da "memória viva" (transmitida oralmente e por práticas culturais) e aparecem quando há a sensação de que a memória está ameaçada pelo esquecimento ou pela transformação social, lugares de memória são lugares onde a memória se refugia, se cristaliza e se fixa. Afirma Pierre Nora, em sua obra “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, publicada em 1984, para ele, esses espaços têm essa mesma função mesmo que intencionalmente.

Em se tratando do Sítio Fonte da Carioca parte-se das análises prévias presentes nos relatórios examinados, podemos intuir que o mesmo pode também ser considerado como patrimônio afro-brasileiro (Halbwachs, 2021). Essa hipótese surge de documentos sobre a fonte que reforçam que ela era frequentada em sua maioria por escravizados que faziam o papel de carregadeiras de água, tropeiros em sua maioria negros e mestiços, essa é uma reflexão que a pesquisa deseja abordar através de análise dos ornamentos presentes nos cachimbos e de documentos que falam das funções da fonte. O conceito de patrimônio afro-brasileiro, de acordo com abordagens contemporâneas em história, arqueologia e estudos culturais refere-se ao conjunto de lugares, objetos, práticas, saberes e memórias construídos e preservados pelas populações africanas e seus descendentes no Brasil. Esse patrimônio reflete tanto a resistência cultural quanto a criação de identidades coletivas como a presença ativa de elementos africanos e afro-brasileiros na formação da nação (Cunha, 2017).

No âmbito material, inclui sítios arqueológicos como quilombos, senzalas, cemitérios de pretos novos, igrejas de tradição negra, objetos cerâmicos, utensílios, utensílios domésticos e adornos corporais. No âmbito Imaterial, engloba saberes e expressões como religiosidade

(Candomblé, Umbanda), festas (Congadas, Maracatus), danças, músicas, línguas (ossos da língua bantu, iorubá), mitos e gestos. Nesse contexto, para o desenvolvimento deste projeto, justifica-se na importância material e afro-brasileira presente na história do sítio, nas materialidades resgatadas das pesquisas, sobretudo na necessidade de se potencializar reflexões que englobam a importância do patrimônio afro-brasileiro para história da construção da cidade de Goiás, hoje patrimônio da humanidade.

Nesta pesquisa houve a necessidade de interlocução entre história, antropologia e arqueologia, para melhor compreensão dos processos, assim como afirma Dantas (2012) ao descrever as pesquisas realizadas na Fonte da Carioca e para ela; essas disciplinas ao longo do tempo caminharam juntas na perspectiva de se alcançar o universo material do grupo, bem como na elaboração da noção de cultura material, pois ambas partilham as características básicas que formam esta noção. A materialidade, o cotidiano e a coletividade, comungamos do mesmo pensamento. Nesta perspectiva se a arqueologia foi ou é a disciplina que mais se desenvolveu nos estudos da cultura material pois, não tendo outras fontes, fez uso de métodos e adotou técnicas que permitiram esboços detalhados sobre os objetos e sítios, foi papel da História desenvolver, de forma mais sistemática, características além da materialidade, que envolviam a busca pelo invisível, pela história das massas (de coletividade) em oposição à história política, materializadas nas estruturas do coletivo (Dantas, 2014, p. 19). Nesse fragmento de texto, a autora ressalta a importância de buscar nas materialidades, informações que somente são possíveis de serem entendidas com sua análise enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro. Partindo então do conceito de cultura e de todos os outros citados no corpo deste projeto; tendo como premissa de reflexão, as materialidades do Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca que estão sobre a guarda do IGPA. A afirmativa de Dantas respalda-se também nas pesquisas de Funari (2007), que afirma:

A arqueologia histórica como o estudo das sociedades com escrita incorpora, assim, tanto a disciplina homônima norte-americana, como as diversas disciplinas que lidam com sociedades com documentação escrita. Tem-se buscado mostrar que ela não é simples ancilla, serve ou auxilia a documentação escrita e a ciência da História, pois cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas (Funari, 2007, p. 28).

Dessa forma, buscou-se nesta pesquisa evidenciar a importância dos cachimbos enquanto patrimônio arqueológico, refletindo com a hipótese de que os mesmos são patrimônio afro-brasileiro, pois eles estão imbuídos de memórias sociais negras e mestiças como boa parte

das pessoas que ali frequentavam. Portanto, partindo dessa premissa, buscamos aqui também inferir as raízes étnicas marcadas nesses cachimbos através de sua memória e que reverberam nas atividades das paneleiras de Goiás. O objetivo dessa pesquisa foi divulgar e fortalecer a cultura material africana e afrobrasileira existente no acervo do IGPA através da coleção cerâmica resgatada no sítio arqueológico da fonte da carioca na cidade de Goiás, através da construção de um flyer informativo fotográfico e explicativo de algumas peças cerâmicas com ênfase nos cachimbos cerâmicos. Sendo assim, primeiramente, foi feita uma investigação da decoração presente no material cerâmico coletado no sítio arqueológico da Fonte da Carioca; em seguida, foram investigadas as decorações utilizadas nas painéis cerâmicas das ceramistas negras de Goiás (Dona Chica do Quilombo Alto Santana); deu-se seguimento buscando ressaltar a importância da materialidade afro-brasileira presente no IGPA e com isso, elaborar um catálogo com os materiais cerâmicos do sítio Fonte da Carioca; e, através disso potencializar a importância das materialidades negras sob guarda do IGPA com ênfase no acervo fonte da Carioca.

Os métodos utilizados foram baseados nos pressupostos da arqueologia histórica, com enfoque na análise de materialidades associadas à cultura afro-brasileira, especialmente os artefatos cerâmicos resgatados no Sítio Arqueológico da Fonte da Carioca, localizado em Goiás. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, articulando trabalho de gabinete, análise de acervo, revisão bibliográfica e, quando possível, foram realizadas entrevistas com moradores locais e artesãos(as) da região. Sendo assim, partimos do levantamento bibliográfico e sistematização do acervo arqueológico realizando uma análise detalhada dos artefatos cerâmicos pertencentes ao acervo do Instituto Goiano de Paleontologia e Antropologia (IGPA), focando na tipologia, técnicas de fabricação, estado de conservação e evidências de uso. A classificação seguiu critérios arqueológicos e etnoarqueológicos, considerando contextos comparativos de outras comunidades afrodescendentes no Brasil; também foram feitas revisões bibliográficas e documentais de literatura especializada sobre arqueologia histórica, materialidades negras, patrimônio cultural afro-brasileiro e tradições cerâmicas em contextos afrodescendentes. Também foram utilizados documentos históricos disponíveis sobre o Sítio da Fonte da Carioca e da cidade de Goiás a exemplo de jornais e revistas do período.

Também foi desenvolvido um flyer educativo com base na análise dos artefatos e das informações levantadas e elaboração de um catálogo com linguagem acessível e caráter educativo tendo como objetivo, comunicar a relevância histórica e cultural desses objetos ao

público em geral, especialmente às comunidades locais; também foram adotadas interpretações contextuais na análise dos dados, feita a partir de uma perspectiva interdisciplinar, considerando a relação entre os artefatos, o espaço onde foram encontrados e os processos históricos e culturais que os envolveram. Essa abordagem nos proporciona condições de valorização de narrativas históricas silenciadas, especialmente aquelas relacionadas à presença negra em Goiás.

A partir das pesquisas e métodos utilizados no âmbito da pesquisa, esse TCC se divide da seguinte forma:

CAPÍTULO 1 CONTEXTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO DA FONTE DA CARIOSA (1872)

Neste capítulo buscar-se-á analisar os contextos históricos e arqueológicos da Fonte da Carioca, articulando as evidências materiais com as fontes documentais e orais disponíveis. O objetivo é compreender como esse sítio expressa, simultaneamente, a história local, as transformações urbanas e as dinâmicas sociais que configuraram o espaço desde o século XIX até os dias atuais. Seguido dos subtítulos;

1.1. Contextos Histórico-sociais de Goiás Oitocentista: Cidade, Cativo e Cultura.^[1]
1.2 HISTÓRICO DO SÍTIO DA FONTE DA CARIOSA: ORIGEM, FUNÇÃO SOCIAL, REGISTROS DOCUMENTAIS E Cartográficos

1.3 DISCUSSÃO SOBRE ARQUEOLOGIA URBANA E ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL .

CAPÍTULO 2 MATERIALIDADES NEGRAS EM GOIÁS E NO ACERVO DO IGPA.

Neste capítulo abordaremos o contexto histórico de formação de alguns espaços guardiões de materialidades na busca por materialidades negras; em Goiás nos ateremos aos acervos do MUBAM -Museu das Bandeiras e Arquivo Frei Simão Dorvi, em Goiânia nos ateremos a criação do IGPA Instituto Goiano de Paleontologia e Antropologia (IGPA), órgão de pesquisa ligado a PUC-Goiás, dando ênfase a sua importância enquanto guardião de acervos historiográfico, arqueológico e antropológicos. Buscaremos através de seu acervo catalogar as materialidades negras sobre sua guarda. O mesmo se desdobrou nos subtítulos abaixo;

2.1 Arqueologia urbana e arqueologia da escravidão em Goiás enquanto sítio histórico: Breve histórico.

2.2 Uma fonte de Memórias: descrição e reflexões sobre o acervo da Fonte da Carioca: A fonte de Ontem e de Hoje.

CAPÍTULO 3 MEMÓRIAS NEGRAS, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Neste capítulo discutiu-se a relevância das materialidades negras como elementos constitutivos das memórias coletivas afro-diaspóricas, compreendendo-as como testemunhos que articulam temporalidades diversas, desde períodos históricos remotos até suas ressonâncias no presente. Propõe-se, assim, uma abordagem ampliada do patrimônio arqueológico, concebido não apenas como conjunto de vestígios materiais, mas como expressão de sistemas culturais, cosmologias, tecnologias e práticas ancestrais que estruturaram, e continuam a estruturar, modos de existência negra no Brasil; ele se dividiu nos subtítulos descritos abaixo.

3.1 REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA COLETIVA, ANCESTRALIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO.

3.2 Impressões do saber fazer de uma mestra do saber cerâmico (Maria da Graças, dona Chica do quilombo Alto Santana dona Chica)⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Capítulo 3 – Memórias negras, patrimônio e arqueologia pública

3.1 Reflexões sobre memória coletiva, ancestralidade e patrimônio cultural afro-brasileiro.

4. Considerações sobre a Pesquisa.

5. Anexos

CAPÍTULO 1 Contextos históricos e arqueológicos do sítio da Fonte da Carioca (1872)

Este capítulo busca analisar os contextos históricos e arqueológicos da Fonte da Carioca, articulando as evidências materiais com as fontes documentais e orais disponíveis. O objetivo é compreender como esse sítio expressa, simultaneamente, a história local, as transformações urbanas e as dinâmicas sociais que configuraram o espaço desde o século XIX até os dias atuais.

1.1 Contextos Histórico-sociais de Goiás Oitocentista: Cidade, Cativo e Cultura

Por volta de 1722, depois de várias expedições enviadas por diferentes ordens à região que hoje corresponde ao estado de Goiás, a bandeira liderada por Anhanguera finalmente adentrou o território. Seu objetivo principal era encontrar metais preciosos e, sobretudo, capturar indígenas para o trabalho forçado. Como explica Chaul (1997), “a procura de índios e os indícios de existência de ouro em Goiás fizeram com que inúmeras bandeiras penetrassem em terras goianas, em busca da ambiciosa mão de obra e de potencial riqueza.” De acordo com Bertran (1995, p. 67), [...] .

“a primeira expedição “moderna” com visos colonialistas a entrar na região e a primeira a perlustrar o planalto central é a do descobridor das minas dos Guayanazes e fundador de sua colonização, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II. Filho de bandeirante do mesmo nome que quer dizer “diabo-que-foi” ou “diabólico”

Deu-se assim, início a uma longa história na região centro-oeste do Brasil. Captura de indígenas, para o trabalho forçado e não remunerado, mapeamento destas terras, da hidrografia local e busca por riquezas, eram sua motivação, além, da evangelização dos nativos que viviam nessas terras. Nesse processo, no entanto, aqueles se mostravam resistentes, tanto a ceder território quanto submissão ao evangelho eram subjugados. Diante disso, sabe-se que o processo de constituição do território goiano se deu de forma violenta no que se refere aos interesses das entradas das bandeiras nessas terras. Ainda de acordo com Paulo Bertan (1995), o Anhanguera II, ao entrar em goiás em 1772, sabia aproximadamente o que buscar: indígenas

caiapó, Carajapitanguá, Araxá, quirixá, Goiá, Bareri e Carajauna, como mostra um seu requerimento a respeito de 13 de janeiro de 1720. Procurando por mão de obra escrava idealizada nos indígenas que aqui viviam e sobretudo, metais preciosos, o centro oeste passou por um processo de estratificação no decorrer das incursões nas terras onde hoje é Goiás.

O Anhanguera, em suas andanças pelas terras goianas acaba por fundar o Arraial de Sant' Anna, de acordo com a evolução do processo de estratificação das riquezas goianas. Arraial que anos depois viria a ser denominado como capitania. "Bartolomeu Bueno, após seis meses de viagem de São Paulo ao sertão Goiano, onde vinha pela terceira vez, fundou em 1726 às margens do Rio Vermelho o Arraial de Sant' Anna, mais tarde Vila Boa". (Chaul, 1997, p, 27). Dessa forma, com a notícia do ouro, muitos outros arraiais foram surgindo às margens de rios propícios à mineração. Em 1731, Manoel Rodrigues Tomás descobriu jazidas de ouro na região dos Pireneus, fundando junto ao Rio das Almas o Arraial Meia Ponte, que se tornou posteriormente o segundo centro mais importante da Capitania de Goiás (Chaul, 1997).

Considerado como parte da capitania de São Paulo, a região das minas dos Goyazes foi governada inicialmente por Bartolomeu Bueno, que ostentava o título de capitão-mor até 1734. No ano de 1744, foi criada a capitania de Goiás, seu primeiro governador, no entanto, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, só viria a estabelecer-se no local cinco anos mais tarde (Chaul, 1997, p. 28).

Em se tratando da mineração, sabe-se que se sucedeu por um curto período durante os anos de desenvolvimento do estado de Goiás. teve início em 1726 e declinou em meados da década de 1750 (CHAUL, 1997). Assim, mesmo garimpeiros, ou mineiros que vinham de outros garimpos encontravam refúgio nas terras goianas que estavam ainda sendo descobertas e exploradas durante esse período e enquanto novas jazidas vinham sendo descobertas nesse processo, Goiás então mesmo se reportando à São Paulo, teve seu contingente formado não somente por uma população descendente dos bandeirantes. De acordo com Zoroastro Artiaga (1968, *apud* Medeiros, 2016, p. 111.):

Oficialmente Goiás nasceu de São Paulo; mas, seu povoamento originou-se muito mais do polígono das Gerais, [...] Aqui sobrevive a marca do tempo deixado por essa gente boa e religiosa que concorreu para o equilíbrio social, em vista da gente má que procedeu de outros garimpos, e do expurgo lusitano que nos obsequiou com a borra de seus desejos, de que precisava se ver livre (ARTIAGA, 1968, 27 mar., p. 4) [...] O povo goiano provido do índio, altivo e nobre, e do africano conformado e humilde, religioso e fraternal, que tinha orgulho de haver nascido aqui, mas vivia das migalhas que sobravam, numa terra imensamente farta e pródiga, do rei.

Dessa forma, Medeiros se ancora em Artiaga no intuito de evidenciar os povos que constituíram o estado de Goiás. a partir de sua colocação podemos perceber, de uma forma ampla, que o processo de construção do centro oeste brasileiro, com foco em Goiás nesta pesquisa, assim como toda América teve uma grande contribuição dos povos africanos, visto que nessa época, apesar de serem retratados de forma negativa, eram maioria na região por serem a mão de obra usada nas minas. Não menos importante, indígenas da região cujas etnias já foram citadas anteriormente também tiveram seu papel no contingente goiano após serem capturados pelas bandeiras, enquanto aqueles que apresentavam resistência, eram mortos colonos. A violência também se dava no trato com os africanos. Mesmo sendo descritos por alguns sertanistas como pessoas submissas e humildes, evidenciado a violência a qual eram submetidos, a presença de inúmeros quilombos desde os primeiros momentos de existência de Goiás capitania deixam evidente que conflitos e fugas eram comuns (Silva, 1999). Em relação ao que se sabe sobre a estimativa de pessoas mantidas nesse regime, Bertran afirma o seguinte:

Segundo Bertran (1995, p. 184)

a Notícia Geral não nos informa sobre Vila Boa e Meia Ponte, mas Santa Luzia ostentava nesse ano de 1783, o maior número de casais da capitania: 81 casais brancos – talvez só superado pela população e reino Meia Ponte -, 58 casais de pardos e 20 de negros, representativos de uma população livre de 1,5 mil pessoas e na totalidade do julgado, somando-se os escravos, uns 3,5 mil residentes. Esse é o mesmo número levantado em 1757 na Relação das Vigararias, que incluímos na notícia Geral. (BERTRAN, p. 184)

Bertran também aborda sobre escravizados utilizados em outros campos de desenvolvimento da sociedade goiana da época, como os engenhos, fazendas, dentre outros. Nos engenhos, por exemplo, trabalhavam à época, quatrocentos e setenta e dois escravizados tomando como base a comparação feita com outros julgados mencionados em notícia, sendo que quatrocentos desses escravizados estariam distribuídos entre pequenas roças e sítios da região. Esse quantitativo era de fato significativo, colocando assim, a região entre quarto ou quinto lugar na capitania, ficando atrás apenas da capital Vila Boa (Bertran, 1995).

A partir do quantitativo apresentado anteriormente, é possível imaginar o contingente de africanos utilizados como mão de obra na construção da economia goiana que até então era basicamente baseada no que se tinha de mais precioso na região, principalmente na região da então capital, cidade que ostentava o título de capitania, denominada também como Vila Boa. De acordo com Nars Chaul, a ocupação e o desenvolvimento desse espaço se deram entre os séculos XVII e XIX, mais precisamente no século XVIII.

No século XVIII, teve início o povoamento da região, sendo que as minas começaram a ser exploradas a partir de 1726, ano que marca também a fundação do Arraial de Sant' Anna; o povoamento chega ao auge na década de 1750 para, daí em diante, enfrentar um longo declínio a exemplo de Minas Gerais e Mato Grosso (Chaul, 1997, p. 27).

No período em questão, marcado pela extração aurífera na região, citado no trecho anterior, enfatiza-se que os trabalhos nas minas foram de curta duração em Goiás iniciando-se em mil setecentos e vinte e seis e seu declínio acontecendo em mil setecentos e cinquenta, marcando o auge da mineração em Goiás sendo o declínio desse trabalho observado através da forma de arrecadação do quinto do ouro, passando de quarenta arrobas em mil setecentos e cinquenta e três para vinte e duas arrobas em mil setecentos e sessenta e oito e despenca para oito arrobas em mil setecentos e oitenta e oito e em mil oitocentos e oito chega a quatro arrobas, finalizando com apenas meia arroba no ano de mil oitocentos e vinte e três (Chaul, 1997).

Como principais razões apresentadas para se entender o declínio da mineração em Goiás, estão as técnicas rudimentares de exploração das jazidas (ouro de aluvião), a falta de braços para uma exploração preocupada apenas com o rendimento do quinto. Assim, todo o potencial da Capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade. Por sua vez, as autoridades proibiam qualquer atividade que viesse a retirar mão-de-obra das minas (Chaul, 1997, p. 29).

Durante todo o período de extração aurífera pela capitania, que se somam dezesseis anos, foram extraídos cerca de quatro mil e quinhentos quilogramas de ouro pela coroa, que representa o quinto desse ouro. Segundo Palacin *apud* Chaul (1997), tal produção se aproxima de vinte e três toneladas entre os anos de 1736 e 1741. Ao longo desse período, eram constantes as reclamações das cobranças de impostos feitas injustamente pela coroa, visto que os mineiros de menor produção pagavam impostos tão iguais quanto aqueles que produziam em maior quantidade. Pelos motivos citados anteriormente, as atividades de mineração foram ficando cada vez mais escassas, no entanto, o ano de mil setecentos e setenta e oito foi o marco da abundância na produção aurífera para alguns mineiros, enquanto para outros, o ano de mil setecentos e setenta é o início da decadência dessa mesma produção. Segundo Palacin *apud* Chaul (1997, p. 30), “até esse ano, com efeito, o quinto se mantinha por cima de 15 arrobas, depois decaiu rapidamente”, (Chaul, 1997, p. 30).

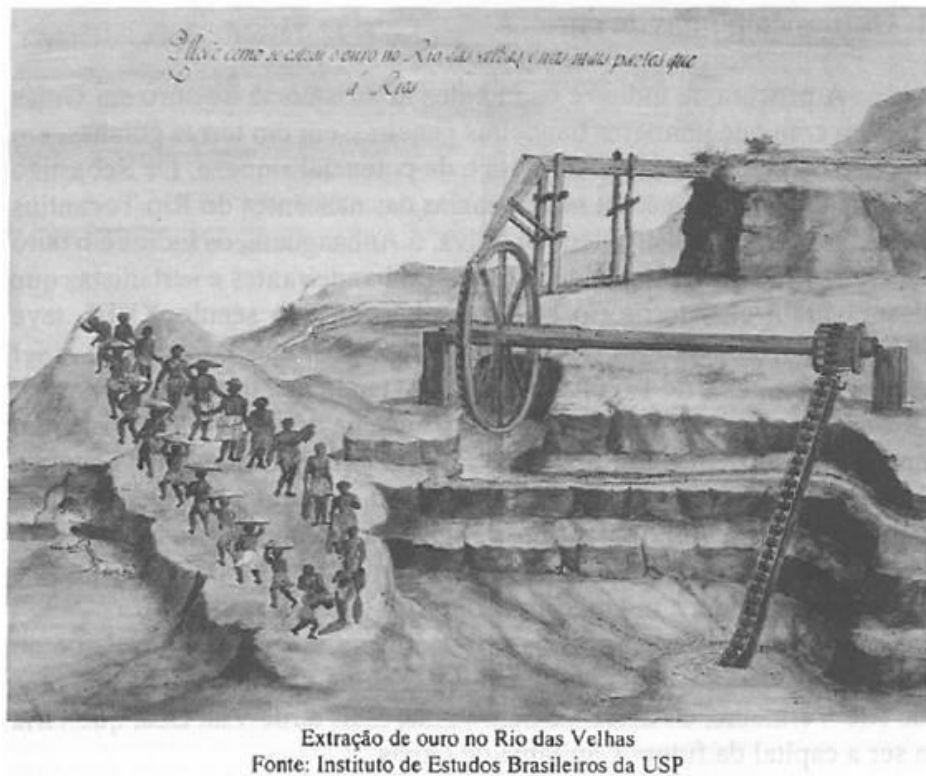


Figura 12: Gravura retratando Garimpo

Fonte: Chaul (1997, p. 28)

Por esse motivo, o território goiano foi progressivamente povoado à medida que novas jazidas de ouro eram descobertas, mesmo após o início do processo de decadência da mineração aurífera. A mão de obra africana constituiu a base motriz desse período. Nesse contexto, a região apresentava uma população numericamente expressiva, heterogênea e de difícil mensuração, formada por brancos, mestiços, indígenas, pardos e negros.

Segundo Chaul (1997), era comum, à época, a prática do concubinato relacionamentos extraconjugais amplamente difundidos fato observado e registrado pelo botânico Saint-Hilaire durante suas viagens pela capitania, que já contava com quase um século de consolidação desse costume. Havia, ainda, uma categoria social de grande prestígio no cenário minerador: os chamados mineiros. Contudo, não se deve confundir essa denominação com as pessoas escravizadas. Como esclarece Chaul (1997, p. 30), tal classificação referia-se a indivíduos específicos que desempenhavam funções reconhecidas socialmente no processo de extração do ouro, ocupando posição distinta daquela atribuída à população escravizada assim com retrata o fragmento abaixo;

Os mineiros, por sua vez, representavam a parcela socialmente mais considerada da população. Ser mineiro era uma constante aspiração dos moradores de Goiás, além de significar um alto título de honra, orgulho para aqueles que o detinham. “mas ser mineiro não significava, como hoje, trabalhar nas minas. O trabalho era coisa exclusiva dos escravos, mero instrumento de produção; mineiro era o dono das lavras e dos escravos que extraíam para ele o ouro (Chaul, 1997, p. 30).

Nesse período, também se fazia necessária a criação de rotas de deslocamento e escoamento dos metais preciosos extraídos no território goiano, bem como o trânsito entre Goiás e outras capitais da época, incluindo São Paulo. Conforme observa Chaul (1997), todos os viajantes que circulavam pela região para transportar ouro, pessoas ou mantimentos não encontravam escassez de caminhos, tampouco obstáculos que inviabilizassem essas funções. Essa dinâmica é comprovada pelos relatos da época, que descrevem o intenso movimento na região. Segundo esses registros, o aumento do número de arraiais durante o ciclo da mineração contribuiu para o estabelecimento de uma rede que articulava diversas escalas: a local, com a consolidação de Vila Boa como capital; a regional, com o movimento interurbano possibilitado pelas estradas e caminhos, regulados pelos registros; e a nacional considerando o território brasileiro da época, voltada ao escoamento do ouro para as principais cidades e portos. Esse processo aprofundou a ocupação do território e consolidou os chamados Caminhos Reais, assim como a presença da Igreja nesses espaços (Maluly, 2014, p. 72).

Maluly (2014) destaca que as Estradas Reais constituíam importantes vias de deslocamento dentro do território goiano e ligavam Goiás a São Paulo, sendo responsáveis principalmente pelo transporte do ouro. Desde 1730 havia a preocupação em encurtar a longa distância entre as capitais coloniais; por essa razão, estradas e caminhos foram abertos para permitir o trânsito de ouro, gado, pessoas escravizadas, entre outras mercadorias. Havia, entretanto, aqueles que optavam por rotas alternativas ou que evitavam pagar tributos. Para esses indivíduos, as punições incluíam o confisco da carga e a acusação de lesão à Fazenda Real, conforme aponta Paula (2017, p. 69).

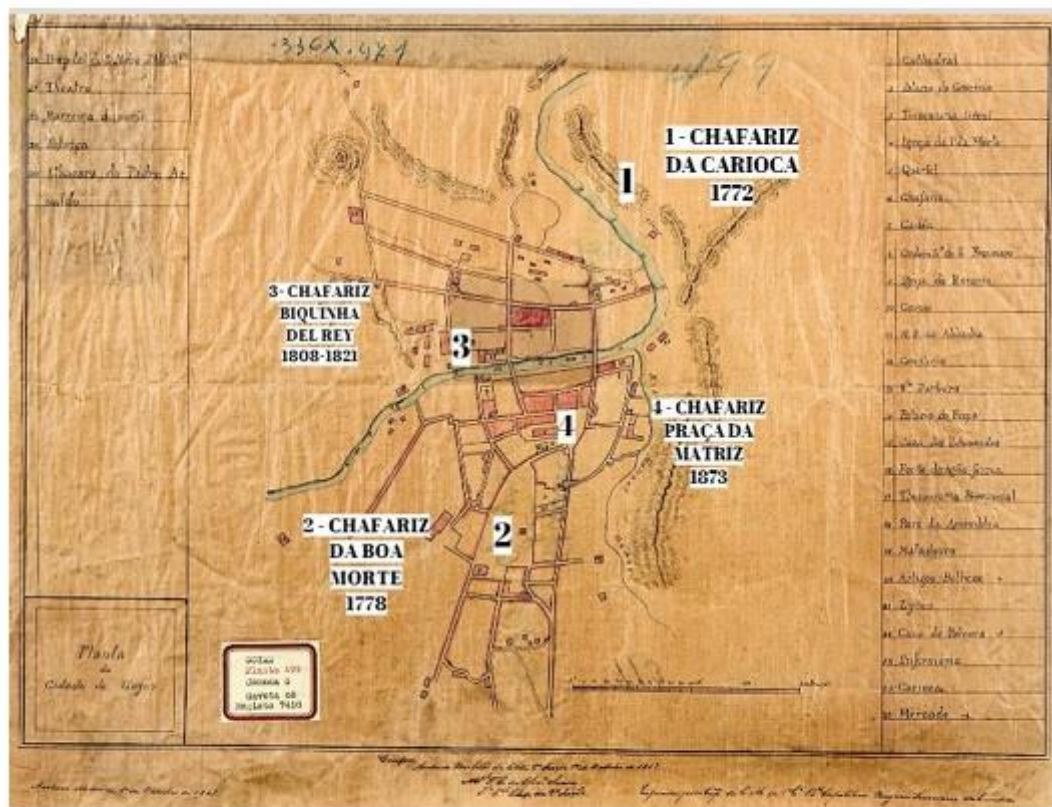
Os homens e mulheres que cruzavam o território comercializando faziam uso de caminhos permitidos e, não raro, dos proibidos. As rotas mais conhecidas eram o do Sertão (dos Currais), o Caminho Velho, o Caminho Novo (ligando Rio de Janeiro às regiões mineradoras como rota alternativa ao Caminho Velho) e o Caminho dos *Goyazes*, além é claro, da rota monçoeira que levava até as Minas de Cuiabá. Longe se de constituir em uma estrada tal como a imaginamos atualmente, esses caminhos 137 eram compostos de picadas, estradas e *trieiros* formados pelo constante trânsito das pessoas envolvidas

com o comércio e pelas boiadas e tropas que seguiam rumo às Minas. No início, os caminhos foram vistos pela Coroa como a rota dos “descaminhos do ouro” e contrabando e, por isso reiteradas vezes tentou-se proibir o transitar das pessoas ou, como saída de melhor sucesso, estabelecer ao longo dos caminhos os já conhecidos Registros e Contagens (Paula, 2017, p. 118).

Segundo Paula (2017), os caminhos utilizados e as estradas tinham legislações ajustadas de acordo com as mudanças dos interesses da coroa, e sobretudo, quando esses se encontravam ameaçados:

Nemhuá pessoa do destricto da Bahia poderá levar as Minas pello Caminho do Certaó outras fazendas, ou gêneros *que* não sejaó gados, e querendo trazer outras fazendas, as Naveguem pella barra do Rio de Janeiro, e as poderaó Conduzir por Taubatê, ou São Paulo [...] e o Super Intendente e Guarda-mor terá ó Cuidado emlançar das Minas todas as pessoas que nellas não forem necessarias, | pois estas Sô Servem de descaminhar os quintos, e de gastar |os Mantimentos aos *que* Lá Saó precisos, Como tambem não Consintirá nellas outras pessoas que vierem do destricto da Bahia, pello Certaó, Com outras fazendas *que* não for gado. (Paula, 2017. p. 118).

Nesse contexto, as estradas reais desempenharam papel fundamental na articulação e comunicação entre a região Centro-Oeste e as demais regiões durante o Brasil Império. Esse período, marcado pelo desenvolvimento dos territórios mineradores, Goiás também enfrentou condições adversas, relacionadas à escassez de recursos hídricos. A capitania vivenciava um prolongado período de seca, o que exigiu a implementação de medidas para garantir a permanência da população nessas áreas, apesar das dificuldades enfrentadas. Visando mitigar os efeitos da estiagem e suprir as necessidades da população, além das águas provenientes do Rio Vermelho, foram construídos diversos chafarizes em pontos estratégicos da capitania, assim como retrata essa imagem/planta demarcando o chafariz/ fontes naquele período.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Disponível em:
<http://www.arpdf.df.gov.br/19planta-da-cidade-de-goias/>

Figura 13. Mapa da capitania de Goiás final do século XVIII início do XIX, retratando os chafarizes.

Fonte Acervo arquivo Histórico de Exército

Entre esses, destaca-se a primeira fonte edificada: o chafariz da Cambaúba posteriormente denominado Fonte da Carioca construído em 1772 por Lourenço da Cruz Leal. Dois anos após sua conclusão, a estrutura passou por modificações que incluíram o aprofundamento de sua bacia, intervenção também realizada pelo próprio construtor (Pereira, 2020).

“A fonte da Cambaúba, mais tarde conhecida como fonte da Carioca, fora construída em 1772 no cercado de Ana da Costa e o pedreiro construtor foi Lourenço da Cruz Leal. Dois anos mais tarde a fonte foi aprofundada pelo mesmo pedreiro, que cobrou 37 oitavas de ouro e $\frac{3}{4}$. A fonte localiza-se entre o Rio Vermelho e a Estrada do Nascente e, portanto, já se tratava de uma área

ocupada devido às atividades da mineração, atendendo a população da Freguesia do Rosário e, da mesma forma, “servia como entreposto, um local de chegadas e partidas” (Dantas, 2014 apud, Pereira, 2020, p. 86).

Devido a distância do local de construção da fonte em relação a região central de Vila Boa, mais precisamente à margem direita do rio vermelho, próximo a estrada da nascente que possuía uma grande e importante função na formação, no transporte de insumos e pessoas, no intercâmbio entre a capitania e a Cidade de São Paulo, (Pereira, 2020). Outro importante chafariz da cidade de Goiás é o Chafariz da Boa Morte, fundado em 1778. Construído durante o governo de José de Almeida Vasconcelos.



Figura 14. Vista do Chafariz de Calda da Praça Brasil Ramos Caiado

Fonte: Ferreira, 2020

A Fonte ou Chafariz da Boa Morte localizava-se no centro da cidade e ainda segundo Ferreira era:

O chafariz de cauda da Boa Morte (Ilustração 7) foi construído no largo em frente à Casa da Câmara e Cadeia, tendo ao fundo da capela da Boa Morte, no centro 89 da cidade. Em relação à fonte da Carioca, este chafariz está situado na parte mais populosa da vila e próxima dos principais edifícios públicos. Diferente da fonte da Carioca, fora construído no centro da vila, possuindo um aspecto imponente e também representando o poder local, agradando a população e impressionando os viajantes (Ferreira, 2020, p. 88, 89)

Um dos chafarizes construídos em Vila Boa foi o Chafariz da Praça da Matriz, também denominado Chafariz da Praça do Palácio. Segundo Ferreira (2020), esse chafariz localizava-se em posição central, situado na praça em frente à Igreja Matriz e ao Palácio Conde dos Arcos. Diferentemente do primeiro chafariz da cidade, construído ainda em um período de mineração

aurífera embora já menos intensa do que no início do ciclo do ouro, o Chafariz da Praça da Matriz apresentava estrutura mais simples. Assim como a Biquinha D'El Rey, terceiro chafariz edificado na cidade, sua construção pode estar associada ao quadro de crise econômica que acometia a capital Vila Boa naquele momento. Conforme Ferreira (2020), o abastecimento deste chafariz provinha da mesma fonte de água que supria o Chafariz de Cauda da Boa Morte.



Figura 15. Chafariz da Boa Morte localizado na Praça do Coreto

Fonte: Ferreira, 2020.

É importante destacar que, nesse contexto histórico, os maiores interessados na manutenção da mão de obra africana eram os grandes proprietários de terras da capitania de Goiás. Esses grupos se opunham de forma veemente à abolição da escravatura e ao fim do tráfico negreiro, proibido oficialmente em 13 de maio de 1888. Temiam que, com a libertação, os então escravizados se rebelassem contra seus senhores e se recusassem a continuar realizando trabalhos forçados (Silva, 2011, p. 25).

Dessa forma, evidencia-se a participação crucial das populações africanas em todo o processo de formação econômica e social da região. Entretanto, como já mencionado, apesar de seu papel determinante, esses grupos não dispuseram de mecanismos adequados para registrar sua própria história, a qual acabou sendo apagada ou silenciosamente subsumida pelos discursos oficiais. Nesse sentido, a arqueologia histórica assume papel fundamental na recuperação das trajetórias desses povos e de suas culturas, por meio de metodologias específicas de investigação arqueológica. Embora a economia aurífera tenha sido expressiva no período colonial goiano, ela não representou a única frente de geração de riqueza baseada na exploração do trabalho escravizado.

Para além do ouro, havia produção de açúcar e, sobretudo, o avanço da pecuária, que se consolidava como atividade econômica estratégica após o declínio da mineração. Essas práticas foram essenciais para a permanência e reconfiguração da ocupação territorial no estado. Um exemplo desse cenário é a Fazenda Babilônia, situada na antiga região de Meia Ponte, atualmente Pirenópolis, em Goiás propriedade de Joaquim [...]. Essa fazenda constitui importante testemunho material e documental da transição econômica vivenciada na região e evidencia a permanência da mão de obra escravizada no contexto produtivo goiano, mesmo após o enfraquecimento da mineração. Alvez, o mais rico escravocrata da região, (Souza, 2011), era um dos senhores de engenho com mais escravos da época assim como evidência Souza (2011) no fragmento de texto transcrito abaixo;

Embora não se saiba ao certo o número de escravos que viviam nesse engenho na primeira metade do século XIX, é possível se obter uma aproximação a partir do inventário de Alves, datado de 1954. Nessa época, o engenho contava com 106 escravos, sendo possível que esse número tenha sido superior entre as décadas de 1810 e 1830, quando o engenho estava no auge da sua atividade. As comunidades escravas que aí viveram em meados do século XIX eram compostas majoritariamente por escravos nascidos no Brasil e do sexo masculino. Os africanos tinham idade igual ou superior a 70 anos e foram, possivelmente, adquiridos no período de formação inicial do plantel, no começo da ocupação do engenho (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, 1854, Março 14, nº 266; arquivo cartorial de família de Pirenópolis) (Souza, 2011, p. 84).

O processo de escravização imposto aos africanos consolidou-se de maneira ainda mais rígida em razão dos diversos argumentos formulados pela classe dominante, que procurava, por meio desses discursos, justificar a continuidade da escravidão. As ideias evolucionistas, amplamente difundidas no século XIX, sustentavam a suposta incapacidade intelectual dos

povos africanos e serviam de base para a resistência à abolição. Nesse contexto, mesmo após pressões internacionais — especialmente da Inglaterra foi aprovada, em 1831, a lei que proibia o tráfico de pessoas escravizadas provenientes da África. Entretanto, tal legislação não foi efetivamente aplicada no Brasil. Conforme explica Silva (2011, p. 31), além da forte oposição dos setores escravistas, grande parte da população brasileira considerava legítimo o tráfico e a manutenção do regime escravista, sustentados por ideologias raciais que hierarquizavam a humanidade e naturalizavam relações de dominação. Assim, embora a lei de 1831 representasse um marco jurídico, seu impacto prático foi praticamente nulo, perpetuando a exploração e a violência contra as populações africanas e afrodescendentes no país. Para (Costa, 1998, apud Silva, 2011, p. 31):

As ideias sobre a incapacidade intelectual da raça negra, seu primitivismo, sua inferioridade, enfim, estavam profundamente agairrados no pensamento coletivo e mesmo entre os abolicionistas havia os que não hesitavam em subscrevê-las. [...] Diziam os interessados na manutenção do tráfico que os negros eram criaturas de outra espécie, não tinham as faculdades nem os sentimentos dos demais homens: estavam no nível dos brutos e que, depois de séculos de colonização, continuavam selvagens.

O pensamento exposto no trecho anterior evidencia as formas de interpretação e identificação atribuídas às populações negras durante os séculos de escravização no Brasil. Amparada em uma perspectiva evolucionista, essa visão justificava a manutenção da escravidão por um longo período, reforçando uma suposta superioridade dos modos de vida, das capacidades intelectuais e de outros atributos caucasianos, em detrimento das populações africanas e afro-brasileiras. Esse processo retórico e ideológico contribuiu fortemente para a perpetuação do sistema escravista no país.

Por outro lado, ao longo do século XIX, a condição servil à qual os africanos eram submetidos começou a sofrer transformações, impulsionadas pelas ideologias abolicionistas que ganhavam força no cenário político. Embora permanecessem fisicamente submetidos ao trabalho compulsório, novas perspectivas emergiam no campo político e social, introduzindo distinções entre grupos de africanos escravizados. Tais distinções eram atribuídas conforme o tempo de permanência no Brasil, sua experiência no trabalho e os conhecimentos adquiridos, o que influenciava diretamente seu valor de mercado e o tipo de ocupação a que eram destinados no sistema escravista (Silva, 2011). Ainda segundo Silva (2011), a diferenciação entre africanos recém-chegados e aqueles que já possuíam certa experiência no contexto colonial servia como

justificativa para negociações diferenciadas, baseadas na força física, na capacidade laboral e nos saberes considerados úteis aos interesses dos senhores. Dessa forma, observa-se que a construção social da escravidão no Brasil não se restringia apenas a mecanismos de dominação física, mas também a processos ideológicos que reforçavam estereótipos, hierarquias e a própria lógica mercantil que sustentava o regime. Ainda segundo Silva (2011)

O africano recém-chegado vinha sem família, sem pecúlio, sem tempo livre, sem qualquer 'direito' a não ser o que a boa vontade senhorial resolvesse lhe conceder. Já o escravo crioulo, negociado no tráfico interno, reduzido à mesma condição, traria para uma relação que se deveria definir a partir de uma total ausência de prerrogativas, no momento inicial, toda uma bagagem de práticas costumeiras, sancionadas na fazenda ou região em que antes habitara. Tinha concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, de quais as condições que deveriam dar acesso ao pecúlio e alforria, que podiam ser e provavelmente foram bastante distintas das que encontraram nas fazendas de café do Sudeste, para onde majoritariamente se dirigiam. [...]

[...] Os escravos, negociados no tráfico interno, ao propugnarem a efetivação de práticas costumeiras, vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior espaço de autonomia no cativeiro e perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, colocavam em xeque, de fato, as próprias bases de reprodução da dominação escravista. (Mattos, 1998, *apud* Silva, 2011, p. 33, 34.).

A forma como a população negra foi concebida e representada ao longo dos séculos de escravidão no Brasil resulta de um pensamento racializado, sustentado por ideologias evolucionistas que buscavam justificar a escravização e a manutenção dessa estrutura por um período tão prolongado. Tais ideologias enalteciam pressupostos caucasianos de inteligência, aparência e modos de vida, em detrimento das populações africanas e afro-brasileiras, contribuindo para a perpetuação do sistema escravista. No século XIX, entretanto, mesmo que as pessoas escravizadas ainda estivessem submetidas às condições servis, novas concepções políticas e ideológicas influenciadas pelos debates abolicionistas começaram a surgir. Nesse contexto, a experiência, o tempo de permanência na condição de cativo e o domínio de determinados saberes passaram a ser critérios de valoração dentro do mercado escravista, em contraste com a forma como eram tratados os africanos recém-chegados ao Brasil. Assim, pessoas escravizadas eram negociadas de acordo com seu conhecimento técnico, força física e habilidades específicas (Silva, 2011).

As funções desempenhadas por pessoas escravizadas eram diversas. Havia trabalhadores envolvidos com o manejo do gado, carregadores e carregadeiras de água, além daqueles que atuavam diretamente nos engenhos. A Fazenda Babilônia, mencionada anteriormente e pertencente ao senhor de engenho Joaquim Alves, é um exemplo significativo. Relatos de viajantes que passaram pelo local na primeira metade do século XIX registram a preocupação do proprietário com o bem-estar de seus cativos, afirmando que eram tratados “com largueza”. Entre as benfeitorias promovidas, consta a construção de moradias destinadas aos escravizados, também ordenada pelo senhor da fazenda (Souza, 2011).

Ainda que tais habitações seguissem padrões construtivos europeus impossibilitando que as pessoas escravizadas expressassem plenamente suas referências culturais nas formas arquitetônicas, suas práticas culturais eram preservadas e manifestadas por outros meios. A presença africana exerceu, portanto, papel fundamental na conformação da identidade goiana e, particularmente, da população vilaboense.

A sociedade da época era composta tanto por indivíduos africanos escravizados, libertos quanto por afro-brasileiros livres quanto por aqueles ainda submetidos à escravidão, embora os primeiros representassem uma parcela reduzida da população total. Apesar do apagamento histórico, da inferiorização de suas culturas e do fato de que os frutos de seu trabalho eram destinados aos senhores, a contribuição desses grupos para a formação social, econômica e cultural de Goiás foi decisiva.

Os africanos que desembarcaram no Brasil, seguiram pelas estradas reais e alcançaram o território goiano trouxeram consigo uma complexa bagagem cultural, preservada mesmo diante das violências impostas pelo sistema escravista. Assim, sua memória e seus legados culturais encontram-se profundamente inscritos na identidade do povo goiano, como discute Hall (2005), ao abordar o papel constitutivo da diáspora africana nos processos identitários, e como reforça Silva (2011).

[...] A narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia na cultura popular [...] fornece uma série de estórias, imagens panoramas, cenários eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação, (Hall, 2005, Silva, 2016. p. 110)

Em Goiás, a cultura dos povos afro-brasileiros manifesta-se, entre outros aspectos, nos saberes cerâmicos, perceptíveis nos grafismos presentes em vasilhames de diferentes tipologias,

incluindo cachimbos, desde que produzidos pelas mãos de pessoas negras submetidas ao regime de escravização. Esse tipo de cerâmica permanece presente na cidade de Goiás, constituindo importante registro material da permanência de práticas culturais africanas no território. É imprescindível destacar a memória africana trazida ao Brasil pelos africanos escravizados, e que hoje integra a herança cultural desses povos no estado.

Segundo Halbwachs (2021), a memória constitui um dos mais relevantes componentes na construção da identidade de um grupo social, uma vez que está presente na vida de todos os indivíduos, seja na esfera individual, seja na coletiva. Para além dos discursos, essa memória se materializa através dos chamados “lugares de memória”, como museus, cemitérios e outros espaços e objetos destinados à preservação de valores e práticas culturais.

Ao considerar a memória como fundamento para a preservação de aspectos culturais de um grupo, torna-se possível compreender que a memória individual é construída de forma coletiva, ou socialmente compartilhada, tendo em vista a tendência humana ao convívio grupal. A organização dos indivíduos em sociedades cria laços de convivência, afinidades e experiências comuns que sustentam a formação de uma memória coletiva. Nesse sentido, as memórias compartilhadas fortalecem tanto a identidade coletiva quanto a memória social dos grupos (Halbwachs, 2021).



Figura 16. Imagens de cachimbos resgatados durante a escavação arqueológica na
Fonte: Dantas, (2014)



Figura 17: Desenho evidenciando as incisões que ornamentam os cachimbos encontrados.
Fonte: Dantas, (2014)

A cerâmica apresentada nas imagens acima integra a cultura dos povos afro-brasileiros que viveram na cidade de Goiás durante o século XIX. Por meio da memória, esses grupos mantiveram vivos seus costumes e práticas tradicionais, sobretudo o saber-fazer cerâmico, que se consolidou como herança cultural transmitida ao longo das gerações. Agostini (2009) apresenta perspectivas semelhantes ao analisar a cultura afro-brasileira do século XIX na região Sudeste do país, enfatizando artefatos cerâmicos decorados, entre eles diversos tipos de cachimbos. Conforme a autora, o estudo desenvolveu-se a partir da análise de amostras arqueológicas de cachimbos cerâmicos associados a contextos escravistas fluminenses do século XIX, relacionados tanto a escravizados quanto a libertos, ou seja, africanos e seus descendentes. Esses dados indicam que a prática de representar elementos culturais africanos em utensílios cotidianos encontrava-se amplamente difundida entre diferentes comunidades negras no Brasil, reforçando a persistência e a amplitude da cultura afro-brasileira no período.

Agostini (2009) observa que os elementos mais relevantes identificados nas análises das peças arqueológicas foram os padrões de decoração, as formas das peças e as características estéticas de sua confecção. De acordo com a autora, esses três aspectos constituem critérios fundamentais para a composição dos estilos cerâmicos, especialmente no que se refere aos modos de decorar os artefatos.

De uma maneira geral, detectou-se uma grande variedade de padrões decorativos, mas com a reprodução de alguns desses padrões, inclusive em regiões relativamente distantes, como é o caso de um dos padrões de maior incidência no Rio, que chega a ser encontrado em Porto Alegre; além da associação dos padrões a determinadas técnicas de confecção, como a modelagem ou o uso de moldes de duas partes. Um outro aspecto interessante é a relação que alguns desses padrões decorativos têm entre si, possibilitando observar transformações e/ou associações de determinadas manifestações estéticas (Agostini, 2009, p. 40).

A cerâmica apresentada nas imagens anteriores integra a cultura dos povos afro-brasileiros que viveram na cidade de Goiás no século XIX. Esses artefatos evidenciam como, por meio da memória, esses grupos mantiveram vivos seus costumes e técnicas, tornando o saber-fazer cerâmico uma tradição transmitida entre gerações. Agostini (2009) analisa fenômeno semelhante ao estudar a cultura afro-brasileira do século XIX na região Sudeste, especialmente no estado do Rio de Janeiro. A autora aborda peças cerâmicas decoradas entre elas, cachimbos associadas a contextos ligados a escravizados e libertos, demonstrando que a representação identitária por meio de objetos estava amplamente difundida entre africanos e seus descendentes em diferentes regiões do Brasil.

Conforme Agostini (2009), os elementos que mais se destacam nas análises das peças são a decoração, a forma e a estética de confecção, considerados fundamentais na composição dos estilos cerâmicos, sobretudo no que diz respeito aos padrões decorativos. Dessa maneira, os aspectos decorativos presentes nessas peças podem ser compreendidos não apenas como reprodução da memória afro-brasileira, mas também como parte constitutiva de uma tradição cerâmica entre esses povos. De acordo com Shils (1981), tradição refere-se às práticas partilhadas por um grupo, englobando valores, crenças, costumes, saberes e símbolos transmitidos entre gerações, constituindo um sistema contínuo de formação cultural. Nessa mesma linha, Coltinho (2005) explica que o termo “tradição” deriva do latim *tradare* e *traditio*, originalmente associado ao ato de transmissão material, como expresso na frase “*per manus traditae glaebae*” (“glebas passadas de mãos em mãos”). Para o autor, a particularidade do

conceito reside no fato de designar, simultaneamente, um legado cultural e um produto da atividade humana (Coltinho, 2005).

Para compreender de forma mais ampla as questões culturais expressas na materialidade cerâmica da Fonte da Carioca, enquanto patrimônio afro-brasileiro, é indispensável situá-la no âmbito do patrimônio cultural. Nesse sentido, Passos, Nascimento e Nogueira (2016) argumentam que, no período colonial, as políticas culturais brasileiras legitimavam apenas uma parcela restrita da população como detentora de memória, história e cultura. Esse processo estava ancorado em teorias raciais formuladas pela elite entre os séculos XIX e XX, que projetavam a imagem de um país branco, civilizado e europeu. Assim, ao reconhecer os artefatos produzidos pela população afro-brasileira como patrimônio cultural, amplia-se a compreensão acerca das contribuições desses grupos para a formação identitária do Brasil. Para Mendes (2012), conhecer o patrimônio cultural permite refletir sobre questões fundamentais, tais como quem somos, de onde viemos e quais são nossos valores, constituindo um elemento central na construção de identidades sociais.

Em linguagem corrente, património é noção de teor económico e jurídico que designa um conjunto de bens e de direitos e obrigações avaliáveis em dinheiro. Esta apreciação pecuniária não é adequada para o âmbito cultural, porém importa reter daquela noção dois aspectos: primeiro, o de valor, de riqueza, quase de tesouro; segundo, o de conjunto, um complexo cuja relevância vai para além das coisas que, uma por uma consideradas, o integram (Mendes, 2012. p. 11).

Conforme discutido, por Mendes (2012) que compreende patrimônio cultural como todos os elementos materiais e imateriais produzidos por determinados grupos sociais ao longo do tempo, sejam eles tradições, objetos, práticas ou conhecimentos. Assim, no que se refere à cultura afro-brasileira, todo o conjunto de saberes, técnicas, artefatos e práticas sociais desenvolvidas pelas populações africanas escravizadas e seus descendentes, durante o período colonial e pós-colonial, integra o patrimônio cultural afro-brasileiro. Grande parte desses elementos, no entanto, foram gradualmente se perdendo em razão dos processos de apagamento histórico, imposições culturais eurocentradas e desigualdades estruturais que marcaram a sociedade brasileira.

A concepção de patrimônio cultural afro-brasileiro, portanto, deve incluir não apenas os bens oficialmente reconhecidos, mas também aqueles produzidos por comunidades negras que, por séculos, não foram consideradas pelo Estado como agentes legítimos de produção cultural (Passos; Nascimento; Nogueira, 2016). Esses autores demonstram que, no Brasil colonial, o

modelo de política cultural vigente legitimava apenas a memória e a história das elites brancas, o que estava sustentado em teorias raciais produzidas entre os séculos XIX e XX que idealizavam um país homogêneo, branco, cristão e europeu. Consequentemente, as expressões culturais negras e populares como a cerâmica produzida por escravizados e libertos permaneceram por muito tempo invisibilizadas, ou sendo agregadas somente as culturas indígenas.

Do ponto de vista jurídico, conforme estabelece a Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, todos os monumentos arqueológicos, pré-históricos e históricos existentes em território nacional, bem como os elementos neles contidos, são considerados patrimônio cultural e estão sob proteção do Poder Público (Brasil, 1961). Desse modo, artefatos cerâmicos produzidos por populações afro-brasileiras entre os séculos XVIII e XIX como os encontrados na cidade de Goiás e relacionados à Fonte da Carioca devem ser entendidos como parte constitutiva do patrimônio arqueológico nacional afro-brasileiro e, consequentemente, como patrimônio cultural afro-brasileiro. Compreender esse acervo como patrimônio é fundamental, pois, como assinala Mendes (2012), o patrimônio cultural contribui para responder questões centrais relacionadas à identidade coletiva, tais como quem somos, de onde viemos e quais valores orientam nossa trajetória social. Nesse sentido, reconhecer a cerâmica afro-brasileira como patrimônio implica não apenas valorização estética ou técnica, mas o reconhecimento da agência africana na formação histórica e cultural do Brasil, sobretudo em regiões como a antiga Vila Boa de Goiás.

A produção cerâmica afro-brasileira, documentada em diversos estados como demonstra Agostini (2009) ao analisar cachimbos e recipientes cerâmicos do século XIX no Rio de Janeiro expressam práticas culturais compartilhadas entre africanos e seus descendentes, configurando tradições transmitidas ao longo de gerações. Tais objetos materializam memórias, estéticas, grafismos e valores simbólicos preservados nos diferentes contextos onde essas comunidades viveram. Assim, como argumenta Shils (1981), a tradição é constituída por um conjunto de práticas, valores e crenças transmitidos de forma contínua entre gerações, o que se evidencia na persistência de estilos decorativos e técnicas cerâmicas afro-brasileiras. Nesse contexto, reconhecer a cerâmica encontrada na Fonte da Carioca como patrimônio cultural afro-brasileiro é essencial para compreender a profundidade histórica das populações negras na cidade de Goiás. Esse acervo expressa práticas técnicas e simbólicas que sobreviveram ao

regime escravista e resistiram ao apagamento histórico, configurando-se como testemunho material da presença africana no território goiano.

Tendo isso em vista, a análise da materialidade cerâmica torna-se diretamente relacionada à compreensão do espaço onde foi encontrada. Assim, após discutir os fundamentos conceituais e legais que sustentam o reconhecimento desse acervo enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro, torna-se pertinente avançar para a caracterização histórica do sítio arqueológico em questão.

Dessa forma, para compreender plenamente o valor cultural e arqueológico das cerâmicas associadas às populações negras do século XIX na cidade de Goiás, faz-se necessário apresentar o contexto histórico e funcional do espaço onde foram identificadas: a Fonte da Carioca. A seguir, no tópico “Histórico do sítio da Fonte da Carioca: origem, função social, registros documentais e cartográficos”, será discutida a trajetória desse importante marco urbano, sua relevância social ao longo dos séculos, e sua inserção nos registros históricos e arqueológicos do município.

1.2 Histórico do sítio da Fonte da Carioca: origem, função social, registros documentais e cartográficos.

A história da Fonte da Carioca está intrinsecamente vinculada ao processo de formação urbana, social e cultural da cidade de Goiás. Como demonstram Souza (2007) e Valério (2018), compreender a trajetória desse chafariz implica revisitar a própria constituição da paisagem colonial vilaboense e os modos de vida das populações sobretudo negras que habitaram e trabalharam nessa região ao longo dos séculos XVIII e XIX. Desde a fundação do Arraial de Sant’Ana, em 1726, posteriormente elevado à condição de Vila Boa, a disponibilidade de água potável constituía desafio central para a permanência das populações na área. Em meio à expansão da mineração e ao crescimento acelerado do núcleo urbano, sucessivas estiagens marcaram o cotidiano da capitania, tornando indispensável a construção de equipamentos públicos destinados ao abastecimento hídrico (Souza, 2007).

É nesse contexto que, em 1772, foi erguida a Fonte da Cambaúba mais tarde denominada Fonte da Carioca, um dos primeiros e mais importantes chafarizes da cidade. Conforme ressaltam Margareth de Souza (2007) e Gislane Valério (2018), a importância da

Fonte da Carioca ultrapassa seu papel meramente hidráulico. Para além de garantir o abastecimento da população, esse espaço tornou-se ponto de sociabilidade, circulação e trabalho, especialmente para a população negra escravizada e liberta. As autoras demonstram que a presença constante de pessoas na fonte gerou um microterritório de interações culturais e práticas cotidianas, onde se manifestaram elementos de identidade, ancestralidade e resistência afro-brasileira.

Os estudos arqueológicos desenvolvidos por Souza e Valério evidenciam que a área da fonte constitui um sítio de grande relevância para a arqueologia histórica afro-brasileira. Fragmentos cerâmicos coletados nas proximidades revelam características técnicas e decorativas compatíveis com tradições ceramistas africanas e afrodescendentes, como a aplicação de engobes, incisões e padrões geométricos, reunindo elementos que se aproximam do que Agostini (2009) descreve como estética e estilo da cerâmica afro-brasileira oitocentista. Esses materiais, segundo Valério (2018), indicam que homens e mulheres negros que circulavam na Fonte da Carioca não apenas desempenhavam trabalhos associados ao abastecimento de água, mas também produziam, utilizavam e descartavam utensílios cerâmicos próprios, incorporando memórias, gestos técnicos e simbologias de matriz africana.

Assim, a Fonte da Carioca se destaca como um espaço privilegiado para observar a agência negra na construção da cultura material da cidade de Goiás. Além dos vestígios arqueológicos, registros documentais e cartográficos analisados por Souza (2007) reforçam a centralidade da fonte na configuração urbana. Mapas, plantas arquitetônicas e narrativas oficiais demonstram que o chafariz foi continuamente reformado e ampliado, adaptando-se às necessidades da população e às dinâmicas socioeconômicas da Vila Boa. Seu uso constante, bem como sua permanência como marco histórico, faz da Fonte da Carioca um testemunho material das experiências vividas pela população afro-brasileira na cidade.

Dessa forma, compreende-se que o sítio arqueológico da Fonte da Carioca não representa apenas uma estrutura hidráulica colonial, mas um espaço de memória, trabalho, resistência e produção cultural afro-brasileira. A cerâmica ali encontrada reafirma o papel decisivo da população negra na construção da cidade de Goiás, configurando o local como patrimônio cultural de relevância nacional e como referência fundamental para pesquisas afrocentradas sobre arqueologia da alimentação, tecnologia cerâmica, modos de vida e identidade no Brasil Central, assim como retrata o fragmento de texto abaixo;

Em 1726, o Arraial de Sant'Anna foi fundado, e depois chamado de Vila Boa. Mais tarde, já como cidade de Goiás, foi capital do Estado durante 200 anos. O povoamento surgiu pela exploração do ouro, uma vez que havia muitos garimpos nessa região. Com a descoberta do ouro, este ocupou o primeiro lugar em importância para as autoridades e para a população e, por isso, houve pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás. Registra-se também nessa época a cobrança de impostos abusivos”, (Palacin, 1972 *apud* Figueiredo, De Souza, Borges, 2018, p. 5).

De acordo com Mendes (2012), o patrimônio cultural deve ser compreendido como o conjunto de práticas, saberes, objetos e expressões produzidas por diferentes grupos sociais ao longo do tempo, constituindo elementos fundamentais para a construção das identidades coletivas. Nesse sentido, todo bem material ou imaterial produzido por comunidades afro-brasileiras durante o período colonial ainda que muitos desses bens tenham sido apagados, invisibilizados ou descontinuados integra o patrimônio cultural brasileiro e, sobretudo, deve ser reconhecido como patrimônio cultural afro-brasileiro. Essa compreensão também se alinha às diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja Lei n.º 3.924/1961 estabelece que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no território nacional, bem como os elementos que neles se encontram, são protegidos pelo Poder Público. Assim, materiais arqueológicos produzidos por populações africanas escravizadas e seus descendentes constituem bens patrimoniais cuja salvaguarda se torna imprescindível para a reconstituição das memórias negras no Brasil.

Ao compreender esses artefatos como expressões culturais e históricas afro-brasileiras, reforça-se a necessidade de contextualizá-los como parte integrante do patrimônio cultural nacional, situando-os em seus espaços de circulação e uso. Essa reflexão nos conduz diretamente ao estudo do sítio histórico da Fonte da Carioca, localizado na cidade de Goiás, onde cerâmicas afro-brasileiras foram identificadas em diferentes pesquisas arqueológicas conduzidas no estado. O sítio, portanto, configura-se como um espaço de materialização das práticas, memórias e tradições produzidas por populações negras que habitaram a antiga Vila Boa ao longo do século XVIII e XIX.

Dessa forma, o exame da Fonte da Carioca e de seu conjunto material, especialmente das cerâmicas afro-brasileiras analisadas por Souza (2009) e Valerio (2015), permite compreender de maneira mais aprofundada a presença e a permanência dos saberes africanos no território goiano. O estudo histórico, arqueológico e etnográfico desse sítio revela um espaço constituído por múltiplas camadas de significação, onde se entrelaçam práticas cotidianas, experiências coletivas e memórias ancestrais. É nesse contexto que se insere o próximo tópico,

dedicado ao Histórico do sítio da Fonte da Carioca, incluindo sua origem, função social e registros documentais e cartográficos que ajudam a reconstruir a trajetória desse importante espaço de sociabilidade, trabalho e resistência das populações afro-brasileiras em Goiás.



Figura 18: Vista da fonte da carioca e de carregadeiras de água século XIX

Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra Boa Morte. Foto: Amanda Alvez Borges, 2017

A fonte passou por processo de restauração em 2012, o que levou cerca de oito meses para sua conclusão.

Nas escavações arqueológicas, realizadas antes da restauração, encontraram pedaços de vasilhames de cerâmica, fragmentos de objetos de louça importada, garrafas de bebida, moedas do Brasil Império, além de vários objetos de uso pessoal como anel de cobre, contas de colar e uma significativa quantidade de cachimbos decorados. Objetos que contam detalhes sobre os costumes dos antigos moradores da Cidade de Goiás, conhecidos como vilaboenses (Alves, 2012 apud Figueiredo, De Souza, Borges, 2018, p. 7).



Figura 19. Vista frontal da Fonte da Carioca .

Fonte: Acervo pessoal Amanda Alvez Borges, 2017

As intervenções realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Parque da Carioca concentraram-se na restauração integral do conjunto, contemplando o prédio principal, os sanitários, a reconstrução da passarela, a revitalização da própria Fonte da Carioca, o memorial e as áreas destinadas ao entretenimento infantil (Alves, 2012 *apud* Figueiredo; Souza; Borges, 2018, p. 7). Essas ações expressam o reconhecimento institucional da relevância histórica, social e cultural desse espaço, especialmente por seu papel na configuração urbana da antiga Vila Boa de Goiás e por sua centralidade nas dinâmicas comunitárias que articularam diferentes grupos sociais lavadeiras, carregadeiras de água, viajantes, trabalhadores livres e pessoas escravizadas desde o século XVIII. A revitalização recente do Parque da Carioca ampliou a visibilidade pública da importância histórica do sítio, resgatando usos sociais tradicionais associados ao abastecimento, ao convívio e ao trabalho cotidiano, bem como reforçando sua função enquanto espaço de memória afro-brasileira e patrimônio arqueológico.

Considerando que a Fonte da Carioca foi tombada em 1978, antes mesmo da inscrição da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade, sua preservação revela o valor desse bem cultural para a compreensão dos processos de formação urbana, das tecnologias construtivas coloniais e das práticas sociais historicamente associadas à água (Figueiredo; Souza; Borges, 2018). Diante desse quadro, torna-se evidente que a Fonte da Carioca não constitui apenas um bem arquitetônico, mas um patrimônio arqueológico vivo, cuja materialidade permite acessar dimensões da experiência cotidiana de populações afro-brasileiras e populares. O estudo sistemático desses vestígios coloca em evidência práticas de

trabalho, relações sociais e dinâmicas urbanas frequentemente silenciadas pelas narrativas hegemônicas da história oficial.

Assim, a partir da contextualização histórica e patrimonial da Fonte da Carioca, torna-se pertinente avançar para uma reflexão mais ampla sobre o papel da Arqueologia Urbana e da Arqueologia da Escravidão no Brasil. Pesquisas recentes, sobretudo aquelas desenvolvidas por Marcos André Torres, evidenciam como os contextos urbanos e os sítios relacionados à escravidão constituem campos fundamentais para a compreensão da formação social brasileira, da agência dos povos africanos e afrodescendentes e dos processos de resistência, adaptação e reconstrução cultural materializados na paisagem arqueológica. No próximo tópico, serão discutidas essas abordagens, destacando suas contribuições metodológicas e analíticas para os estudos sobre memória negra, patrimônio e ancestralidade.

1.3 Discussão sobre arqueologia urbana e arqueologia da escravidão no Brasil

A partir das reflexões construídas sobre o contexto histórico, social e cultural da Fonte da Carioca, torna-se imprescindível avançar para uma discussão mais ampla sobre arqueologia urbana e arqueologia da escravidão no Brasil, campos que oferecem fundamentos teóricos e metodológicos essenciais para interpretar as materialidades presentes nesse sítio e em outros contextos similares. Esses campos dialogam diretamente com os estudos sobre patrimônio afro-brasileiro, memória coletiva e ancestralidade, permitindo compreender como vestígios cotidianos podem revelar dinâmicas sociais invisibilizadas pela história oficial.

No Brasil, a arqueologia urbana tem se consolidado como área fundamental para compreender os processos de formação das cidades, sobretudo aquelas estruturadas durante o período colonial. Segundo Torres (2014), a arqueologia urbana se caracteriza por investigar “as camadas históricas soterradas pela evolução dos centros urbanos”, buscando interpretar relações sociais, econômicas e culturais que se expressam através de vestígios materiais incorporados ao espaço das cidades. No caso da cidade de Goiás, esses vestígios incluem desde sistemas hidráulicos coloniais como chafarizes, fontes e canais até estruturas arquitetônicas, artefatos cerâmicos e utensílios associados ao cotidiano doméstico e ao trabalho de pessoas escravizadas.

Ao relacionar tais perspectivas ao contexto da Fonte da Carioca, compreende-se que esse espaço configura não apenas um marco histórico de abastecimento hídrico, mas também

um lugar de memória (Nora, 1993), onde diferentes grupos sociais conviveram, trabalharam e deixaram materialidades que documentam práticas culturais e relações de poder. As cerâmicas afro-brasileiras associadas ao sítio são exemplos emblemáticos da presença de populações africanas e seus descendentes, evidenciando práticas de resistência, continuidade cultural e transmissão de saberes aspectos que se aproximam das discussões da arqueologia da escravidão.

A arqueologia da escravidão, como pontua Torres (2018), tem como foco central analisar “os modos de vida de populações escravizadas, tanto no ambiente rural quanto urbano, resgatando dimensões materiais e simbólicas negligenciadas pela historiografia tradicional”. Para além das unidades produtivas rurais, esse campo vem destacando a importância dos núcleos urbanos, onde pessoas escravizadas desempenhavam diversas funções relacionadas ao abastecimento, ao transporte, ao serviço doméstico, ao trabalho artesanal e às práticas de sociabilidade. Nesse sentido, a Fonte da Carioca deve ser compreendida como um sítio arqueológico urbano afro-brasileiro, isto é, como um local no qual materialidades associadas às populações negras escravizadas e libertas se fazem presentes e revelam aspectos fundamentais da história da cidade de Goiás. Torres (2018) destaca que a análise dessas materialidades permite interpretar não apenas a produção de artefatos, mas também as formas de organização social, espacial e simbólica dos grupos negros no período escravocrata.

Assim, ao observar as cerâmicas identificadas no acervo do IGPA e outras evidências associadas ao sítio, reforça-se a importância da arqueologia urbana e da arqueologia da escravidão para compreender a multiplicidade de atores históricos que construíram a cidade. Esses estudos evidenciam que a população afro-brasileira não apenas participou, mas estruturou profundamente a vida urbana, deixando marcas materiais que hoje se constituem como patrimônio cultural.

Portanto, ao integrar os aportes da arqueologia urbana e da arqueologia da escravidão às análises sobre a Fonte da Carioca, ampliam-se as possibilidades de interpretação sobre memória, patrimônio e identidade negra, contribuindo para uma narrativa histórica mais completa, plural e antirracista. Essa abordagem subsidia, ainda, práticas de arqueologia pública e de educação patrimonial voltadas para reconhecer e valorizar a presença negra na formação da cidade de Goiás, aspecto necessário para o fortalecimento de políticas de preservação e para a promoção de uma história mais justa e representativa.

A partir dos aportes teóricos citados neste trabalho de conclusão de curso pode-se afirmar que a arqueologia urbana tem como principal papel, compreender os espaços urbanos enquanto espaços vivos, onde o passado e o presente estão ligados de certa forma, por uma pouco espessa linha temporal que promova o diálogo entre passado e presente. O arqueólogo nesse contexto tem um importante papel dentro desses contextos arqueológicos urbanos, isto é, entender os contextos arqueológicos ocorridos durante as gerações no intuito de preservá-los ou de revivê-los para que não se percam com o tempo, a esse respeito Bernardes (2028) afirma que;

Sendo um espaço vivo e dinâmico, onde o passado e o presente dialogam permanentemente, as intervenções em meio urbano, necessárias e frequentes, deparam-se com múltiplos problemas na tentativa de conciliar, de preservar e até de valorizar essa dimensão de espaço de encontros intergeracionais ou intercivilizacionais. Contitui este o principal desafio ao arqueólogo, por múltiplas razões. Em primeiro lugar por a cidade, enquanto espaço pluriestratigrafado, constituir um repositório de informações múltiplas, onde diferentes grupos e manifestações sociais se encontram representadas e entrecortadas, funcionando o arqueólogo como uma espécie de clínico geral que deve ser capaz de apreender e interpretar toda essa diversidade, presente quer no subsolo como no edifício; depois, porque é um espaço onde se jogam os mais diversos interesses, políticos, imobiliários, corporativos, privados, sendo quase sempre o arqueólogo, no meio das tensões várias, tem ainda que dialogar e “negociar” com profissionais de diferentes áreas que atuam na intervenção urbana, procurando consensos que permitam conciliar as diferentes partes de que a cidade se foi construindo com o presente (Bernardes *et al.* 2018, p. 9).

Partindo dessa afirmação, torna-se fundamental compreender que, no âmbito arqueológico, especialmente quando o objetivo é recuperar e analisar culturas pretéritas enquanto patrimônio cultural, a arqueologia urbana desempenha um papel central. A Fonte da Carioca constitui-se como um bem tombado e integrante do conjunto patrimonial da cidade de Goiás, declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO, o que lhe confere relevância histórica, cultural e simbólica. Trata-se, portanto, de um espaço que registra, materialmente, as experiências dos diversos grupos sociais que ali viveram e circularam desde sua construção até o presente. Dessa forma, recordar a importância da arqueologia urbana para esta pesquisa implica compreender como as dinâmicas entre passado e presente se manifestam nos vestígios encontrados. A cidade de Goiás, enquanto espaço urbano patrimonial, possibilita o uso dessa vertente arqueológica como ferramenta analítica capaz de interpretar processos sociais de longa

duração. Assim, a arqueologia urbana contribuiu significativamente para o entendimento das dinâmicas culturais, das práticas cotidianas e das transformações históricas expressas nos artefatos recuperados durante as escavações realizadas na Fonte da Carioca, anteriores ao processo de restauração.

Do mesmo modo, a interpretação das marcas, ornamentos e configurações técnicas presentes nos cachimbos cerâmicos em especial aqueles reconhecidos como patrimônio afro-brasileiro encontrados no sítio arqueológico, fundamenta-se também nos referenciais da arqueologia da escravidão. Essa abordagem possibilita análises mais profundas das evidências materiais relacionadas à presença, atuação e resistência das populações africanas e afrodescendentes no Brasil, sobretudo diante da escassez de registros escritos que retratem o cotidiano das pessoas escravizadas. Enquanto diversas dimensões do período colonial foram documentadas pela administração portuguesa e por viajantes, os modos de vida dos africanos e seus descendentes foram frequentemente silenciados, omitidos ou distorcidos nas fontes históricas tradicionais. A arqueologia da escravidão, conforme discutem autores como Marcos Torres, permite ultrapassar essas lacunas, oferecendo métodos e perspectivas que viabilizam reconstruções mais justas e contextualizadas das experiências desses grupos. Por meio dela, é possível interpretar práticas culturais, formas de resistência, redes de sociabilidade e elementos de identidade expressos materialmente em artefatos como cerâmicas, cachimbos, utensílios domésticos, estruturas arquitetônicas e resíduos alimentares.

Nesse sentido, articulados, a arqueologia urbana e a arqueologia da escravidão fornecem o aporte teórico-metodológico necessário para que o acervo recuperado na Fonte da Carioca seja compreendido em sua complexidade, enquanto expressão das vivências afro-brasileiras no contexto urbano da antiga Vila Boa. Esses referenciais permitem, ainda, evidenciar o protagonismo histórico dessas populações e reconhecer seus artefatos como patrimônio cultural de relevância nacional, contribuindo para ampliar a compreensão sobre memória, identidade e ancestralidade no território goiano, conforme (Symanski, 2013).

Embora a produção historiográfica sobre a escravidão no Sudeste seja bastante extensa, esta tem sido baseada, sobretudo, em fontes textuais, com poucas referências à cultura material e menos ainda ao registro arqueológico. Tal registro, sendo basicamente os vestígios materializados das práticas cotidianas, pode se constituir numa importante via de acesso à história da escravidão (especialmente as sociabilidades dos escravos e os africanos). Permite, assim, explorar a diversidade de práticas que podem ter sido, por um lado, intencionalmente mantidas ocultas das vistas dos senhores e feitores, ou, por outro,

consideradas como tão triviais a ponto de não terem merecido a atenção do registro por parte desses segmentos. Justamente por viabilizar o acesso a tais práticas, a pesquisa em arqueologia histórica da escravidão e do pós-emancipação apresenta um enorme potencial ao fornecer indícios não passíveis de serem obtidas por fontes textuais sobre os padrões de vida material, cotidiano, economia, cosmologias, religiosidade, identidades e outras variadas formas de *agency* na diáspora. (Symanski, Gomes, 2013, p. 294)

Como destacam Symanski e Gomes, a cultura material constitui um recurso interpretativo fundamental diante das limitações e silenciamentos presentes na documentação escrita sobre a escravidão. Essa perspectiva também se aplica ao contexto colonial do Centro-Oeste, onde a dinâmica econômica e social era sustentada pelo trabalho forçado de populações africanas. Assim como apontado pelos autores, muitos acontecimentos do cotidiano escravizado podem ter sido intencionalmente omitidos ou simplesmente não registrados, seja por não serem considerados dignos de documentação, seja por ocorrerem à margem do controle senhorial. Nesse sentido, a arqueologia da escravidão, articulada à arqueologia urbana, torna-se essencial para acessar práticas, formas de vida e expressões culturais não captadas pelas fontes textuais. A partir da análise da materialidade, é possível inferir pertencimentos culturais, hábitos de uso e aspectos da sociabilidade dessas populações. Dessa forma, esta pesquisa fundamenta-se nessas vertentes da arqueologia histórica para interpretar os vestígios analisados neste capítulo. No próximo capítulo, abordaremos as materialidades negras, compreendidas como portadoras de significados e histórias dos povos afro-brasileiros, bem como os espaços institucionais responsáveis pela guarda e preservação dessas memórias.

CAPÍTULO 2 Materialidades negras em Goiás e no acervo do IGPA

Neste capítulo, descrevemos o contexto histórico de formação de alguns espaços responsáveis pela salvaguarda de materialidades em Goiás, com ênfase na busca por evidências arqueológicas, documentais e etnográficas relacionadas às materialidades negras. Em Goiás, foram visitados os acervos do Museu das Bandeiras (MUBAN) e do Arquivo Frei Simão Dorvi; em Goiânia, descreveremos a criação do Instituto Goiano de Paleontologia e Antropologia (IGPA), órgão de pesquisa ligado à Pontifícia Universidade Católica da Goiás. A partir desses acervos, buscamos identificar e compreender as materialidades negras sob suas guardas, assim o fizemos porque acreditamos na relevância desses espaços na preservação da memória afro-brasileira e no fortalecimento das narrativas históricas contra hegemônicas em Goiás. O Museu das Bandeiras ocupa a antiga Casa de Câmara e Cadeia da então Província de Goyaz, cuja construção foi concluída em 1766, seguindo diretrizes arquitetônicas da Coroa Portuguesa. Criado em 1949, seu acervo inicial estruturou-se a partir do arquivo documental da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, conjunto considerado uma das mais relevantes fontes sobre a administração pública da região Centro-Oeste durante os períodos colonial, imperial e republicano (Muban, 2009)

Composto por objetos significativos da presença negra, indígena e portuguesa em Goiás, o acervo inclui peças de arte sacra, mobiliário, armamentos, utensílios, vestimentas e diversos artefatos produzidos em diferentes estilos, técnicas e temporalidades. Segundo o Plano Museológico (Muban, 2009), o museu possui 573 peças catalogadas, representativas da diversidade cultural que marca a história da antiga Vila Boa atual cidade de Goiás. O Museu das Bandeiras tem por missão “preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação na região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando à universalidade do acesso, à sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do país por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual e do respeito aos direitos e à dignidade humana” (Ibram, 2025, n.p.)



Figura 20. Vista externa do Museu da Bandeiras MUBAM.

Fonte: acervo pessoal Simoni.2012.



Figura 21. Vista interna do Museu da Bandeiras, exposição de arte sacra; MUBAM.

Fonte: Acervo pessoal Simoni, 2012.



Figura 22. Vista interna do Museu da Bandeiras, sala da cadeia/ porão MUBAM.

Fonte: Acervo pessoal Simoni, 2012.

A atuação do Museu das Bandeiras, assim como a de demais instituições museológicas de natureza histórica, insere-se no campo dos chamados “lugares de memória”, conforme definido por Pierre Nora (1993). Esses espaços, segundo o autor, são fundamentais para a materialização e preservação de memórias coletivas, especialmente quando se trata de grupos historicamente marginalizados, como as populações negras. Nesse sentido, museus como o MUBAN assumem um papel essencial na luta contra o apagamento histórico, pois preservam documentos, objetos e registros que permitem reconstruir trajetórias silenciadas. Ao salvaguardar artefatos vinculados à presença africana e afro-brasileira em Goiás tais como utensílios cotidianos, objetos litúrgicos, instrumentos de trabalho, peças cerâmicas e documentos, o museu atua como espaço de resistência e permanência da memória social (Halbwachs, 2021).

Além disso, a perspectiva contemporânea dos museus, especialmente após as diretrizes propostas pela Política Nacional de Museus e pelo IBRAM, enfatiza que essas instituições não são apenas repositórios de objetos, mas agentes ativos de educação patrimonial, inclusão e transformação social (Chagas, 2003). Assim, o MUBAN, ao incorporar a presença negra como eixo estruturante de seu acervo e de suas ações educativas, contribui para a construção de uma historiografia mais diversa, plural e comprometida com as narrativas afrocentradas. No caso específico deste trabalho, os museus desempenham função metodológica fundamental:

constituem-se como fontes institucionais para a identificação de materialidades que evidenciem práticas culturais afro-brasileiras, permitindo que a arqueologia, a história pública e as humanidades digitais avancem na interpretação e valorização dessas presenças no território goiano.



Figura 23. Vista externa do Museu da Bandeiras, sala da cadeia/ porão MUBAM.

Fonte: Acervo pessoal Simoni, 2012.

Outra instituição visitada, com função que detém grande importância no contexto histórico de Goiás, é o arquivo Frei Simão. Funcionando em um espaço ‘híbrido’ por mesclar no mesmo ambiente um arquivo histórico, uma biblioteca e um anexo com o Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás, doutora Mari de Nasaré Baiocchi – ARQUICONGO, a instituição tem buscado manter viva a história e a memória da antiga capital, além de incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. A Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO, instituição vilaboense sem fins lucrativos de direito privado, popularmente conhecida como

Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ou simplesmente Arquivo Frei Simão, um lugar de memória e de preservação documental, foi criada em 1970, pelo eclesiástico italiano-vilaboense Giuseppe Dorvi e está localizada na Rua da Abadia Nº 11, na antiga capital de Goiás, compondo o conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade em 2001. Em suas instalações, tem preservado, restaurado e disponibilizado para a pesquisa um diversificado acervo de livros, periódicos e documentos históricos vinculados à memória e à história goiana, contribuindo para a inclusão social, para o fortalecimento dos laços de cidadania e principalmente para a preservação da história e da memória coletiva local. Entre os diversos documentos preservados na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, são encontrados documentos, livros e manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX, que representam verdadeiras heranças documentais da cidade de Goiás.

Pela preservação, restauração e principalmente pela disponibilização de documentos ligados a diferentes órgãos governamentais, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, ao longo dos anos, além de ser fonte de pesquisa, tem propiciado a transparência e o acesso à informação aos cidadãos locais, corroborando, efetivamente, para a implementação da Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação, no estado Goiano. O Acervo Museológico da Fundação Frei Simão Dorvi reúne peças que testemunham séculos de história, memória e formas de viver que constituem o patrimônio cultural da Cidade de Goiás e de seu território. São objetos que atravessaram gerações, carregando consigo marcas de identidades, saberes e modos de existir que ajudam a compreender a formação social da região. Entre os destaques, encontra-se um conjunto de mobiliário dos séculos XVIII e XIX, composto por mesas, arcazes, cadeiras, oratórios e outros elementos que refletem a estética, os materiais e os usos do período colonial. Cada peça revela aspectos da arquitetura doméstica, da religiosidade e do cotidiano das antigas famílias vilaboenses, constituindo uma importante fonte histórica para pesquisadores e visitantes.

O acervo também preserva artefatos indígenas, representativos das populações originárias que habitavam e ainda habitam o território goiano. Esses objetos testemunham tradições, técnicas de produção, expressões artísticas e conhecimentos ancestrais que antecedem a própria formação da sociedade colonial. São peças que dialogam com a memória viva e a resistência dos povos indígenas. Outro conjunto fundamental do acervo são os artefatos quilombolas, com destaque para materiais e expressões culturais provenientes das comunidades Kalunga, uma das maiores comunidades remanescentes de quilombo do Brasil. Esses objetos

dão visibilidade às histórias de luta, autonomia, espiritualidade e permanência que marcaram e continuam marcando a trajetória quilombola em Goiás.

A Fundação Frei Simão Dorvi configura-se como um espaço de memória indispensável para a preservação, interpretação e difusão da história e da cultura goiana. Seu acervo, constituído por documentos, objetos e registros de diferentes temporalidades, é tratado como um conjunto de testemunhos das experiências humanas que marcaram o desenvolvimento social, político, religioso e cultural da antiga capital do Estado de Goiás. Cada peça sob sua guarda possui valor histórico singular, capaz de conectar pesquisadores, moradores e visitantes aos múltiplos tempos e territórios que compõem a trajetória da cidade. Com ações contínuas de conservação, pesquisa, catalogação e mediação cultural, a instituição empenha-se em garantir que esses bens permaneçam acessíveis às gerações presentes e futuras. Essa atuação reforça seu compromisso com a preservação da memória coletiva, do patrimônio cultural material e imaterial e da promoção da diversidade cultural.

Assim, a Fundação Frei Simão Dorvi assume papel central na manutenção dos registros históricos de Goiás, contribuindo diretamente para o fortalecimento da identidade local e para a valorização das narrativas que estruturam a formação da sociedade goiana (Dorvi, 2025). A relevância dessa instituição para a cidade de Goiás e para o estado é incontestável, pois ela se configura como um dos principais espaços responsáveis pela salvaguarda documental e patrimonial do município. Em um território marcado pela pluralidade étnica e pela presença de populações negras, indígenas e europeias, a Fundação desempenha função estratégica ao preservar fontes primárias que possibilitam novas leituras sobre o passado, incentivam pesquisas acadêmicas e fortalecem ações educativas e culturais. Dessa maneira, a instituição contribui para a compreensão ampliada da história local e para a consolidação da cidade de Goiás como referência em políticas de patrimônio e memória no Brasil.

Mesmo reconhecendo a importância dos demais espaços, arquivos e museus visitados a pesquisa surgiu no intuito de pesquisar o acervo do IGPA; buscando por acervos africanos ou afro-brasileiros, com ênfase em um acervo já evidenciado o acervo de peças arqueológicas da Fonte da Carioca. O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) teve sua origem no início da década de 1970, inicialmente instituído como Gabinete de Arqueologia voltado exclusivamente às pesquisas arqueológicas no estado de Goiás. Com a ampliação de suas atribuições, sobretudo no campo da arqueologia, consolidou-se em 1972 como Instituto Goiano

de Pré-História e Antropologia, assumindo uma perspectiva interdisciplinar que articula arqueologia, antropologia, etnografia, documentação e memória (IGPA, 2025). Desde sua criação, o IGPA tem desempenhado papel fundamental no reconhecimento, na valorização e na preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, Arqueológico e Etnográfico, atuando de modo articulado com a dimensão multicultural que caracteriza o Centro-Oeste brasileiro. A instituição, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), tornou-se referência nacional no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, destacando-se entre as instituições de pesquisa, cultura e ensino superior do país (Igpa, 2025).

Ao longo de sua trajetória, o IGPA estruturou uma tradição sólida, construída por meio de ações científicas contínuas nas áreas de Arqueologia, Antropologia, Meio Ambiente e Documentação Audiovisual. Além de desenvolver pesquisas, o instituto coordena o curso de graduação em Arqueologia da PUC-Goiás, oferece cursos de educação continuada e atua na extensão universitária por meio do Centro Cultural Jesco Puttkamer. Esses esforços consolidam o IGPA como importante centro produtor e difusor de conhecimento científico e cultural.

O instituto já abrigou diversos projetos que envolviam as investigações arqueológicas e antropológicas em diferentes temporalidades desde pesquisas sobre a pré-história regional até estudos sobre contextos históricos mais recentes. Entre esses projetos, destacam-se: as escavações no sítio arqueológico GO-Ja-02, em Serranópolis, coordenadas pelo Prof. Dr. Júlio César Rubin de Rubin; as ações educativas e de qualificação intercultural vinculadas à Coleção Jesco Puttkamer; e o projeto de levantamento, salvamento e monitoramento arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Figueirópolis/TO – Ilhéus/BA), que esteve sob a coordenação da Dr.^a Rosicler Theodoro da Silva. Todos esses projetos evidenciaram e evidenciam o compromisso do Instituto com a diversidade cultural e com a proteção do patrimônio arqueológico nacional.

Sua estrutura organizacional, distribuída em núcleos temáticos, permite o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. O Núcleo de Arqueologia, composto por professores, pesquisadores e técnicos especializados, é responsável tanto pela produção científica quanto pela curadoria e guarda do acervo arqueológico proveniente das pesquisas do instituto e de trabalhos realizados em parceria com instituições públicas e privadas. A arqueologia realizada no IGPA caracteriza-se por metodologias consolidadas, pela

interdisciplinaridade e por um forte compromisso social, ético e científico. Esses princípios orientam não apenas as investigações de campo e laboratório, mas também as práticas de documentação, interpretação e conservação dos materiais arqueológicos. O acervo sob responsabilidade do IGPA é um dos mais importantes do país, abrangendo coleções arqueológicas, audiovisuais, históricas e etnográficas. Esse conjunto constitui campo primordial para o desenvolvimento das pesquisas internas e também atende demandas externas, sendo amplamente consultado por pesquisadores de universidades de diferentes regiões do Brasil e do exterior. Devido à sua relevância científica e histórica, o acervo cresceu e se qualificou ao longo dos anos, acompanhando os avanços teóricos, técnicos e metodológicos das áreas de antropologia, arqueologia e documentação.

Dessa forma, o IGPA constitui não apenas um centro de pesquisa e formação acadêmica, mas um espaço de preservação, salvaguarda e interpretação de memórias, desempenhando papel crucial na valorização da história e da cultura em Goiás e no Brasil. Seu acervo, sua atuação interdisciplinar e sua responsabilidade com a preservação de evidências arqueológicas e etnográficas tornam-no um dos principais guardiões da memória sociocultural da região, contribuindo diretamente para o fortalecimento da arqueologia enquanto ciência e para a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Desde sua criação, o IGPA tem desempenhado papel fundamental no reconhecimento, na valorização e na preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, Arqueológico e Etnográfico, atuando de modo articulado com a dimensão multicultural que caracteriza o Centro-Oeste brasileiro. A instituição, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), tornou-se referência nacional no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, destacando-se entre as instituições de pesquisa, cultura e ensino superior do país (IGPA, 2025).

Ao longo de sua trajetória, o IGPA estruturou uma tradição sólida, construída por meio de ações científicas contínuas nas áreas de Arqueologia, Antropologia, Meio Ambiente e Documentação Audiovisual. Além de desenvolver pesquisas, o instituto coordena o curso de graduação em Arqueologia da PUC-Goiás, oferece cursos de educação continuada e atua na extensão universitária por meio do Centro Cultural Jesco Puttkamer. Esses esforços consolidam o IGPA como importante centro produtor e difusor de conhecimento científico e cultural.

Atualmente, o instituto abriga diversos projetos que envolvem investigações arqueológicas e antropológicas em diferentes temporalidades — desde pesquisas sobre a pré-história regional até estudos sobre contextos históricos mais recentes. Entre esses projetos, destacam-se: as escavações no sítio arqueológico GO-Ja-02, em Serranópolis, coordenadas pelo Prof. Dr. Júlio César Rubin de Rubin; as ações educativas e de qualificação intercultural vinculadas à Coleção Jesco Puttkamer; e o projeto de levantamento, salvamento e monitoramento arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Figueirópolis/TO – Ilhéus/BA), sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Rosicler Theodoro da Silva. Todos esses projetos evidenciam o compromisso do IGPA com a diversidade cultural e com a proteção do patrimônio arqueológico nacional.

Sua estrutura organizacional, distribuída em núcleos temáticos, permite o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. O Núcleo de Arqueologia, composto por professores, pesquisadores e técnicos especializados, é responsável tanto pela produção científica quanto pela curadoria e guarda do acervo arqueológico proveniente das pesquisas do instituto e de trabalhos realizados em parceria com instituições públicas e privadas.

A arqueologia realizada no IGPA caracteriza-se por metodologias consolidadas, pela interdisciplinaridade e por um forte compromisso social, ético e científico. Esses princípios orientam não apenas as investigações de campo e laboratório, mas também as práticas de documentação, interpretação e conservação dos materiais arqueológicos.

O acervo sob responsabilidade do IGPA é um dos mais importantes do país, abrangendo coleções arqueológicas, audiovisuais, históricas e etnográficas. Esse conjunto constitui campo primordial para o desenvolvimento das pesquisas internas e também atende demandas externas, sendo amplamente consultado por pesquisadores de universidades de diferentes regiões do Brasil e do exterior. Devido à sua relevância científica e histórica, o acervo cresceu e se qualificou ao longo dos anos, acompanhando os avanços teóricos, técnicos e metodológicos das áreas de antropologia, arqueologia e documentação.

Em reconhecimento à sua trajetória institucional, o IGPA recebeu diversas distinções por suas ações na proteção e difusão de patrimônios materiais e imateriais. Entre essas, destaca-se o certificado concedido em 2010 pelo Comitê Regional para a América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo (UNESCO), que homologou a inclusão da Coleção Jesco

Puttkamer no registro internacional, devido à sua importância para a memória coletiva da América Latina e do Caribe.

Dessa forma, o IGPA constitui não apenas um centro de pesquisa e formação acadêmica, mas um espaço de preservação, salvaguarda e interpretação de memórias, desempenhando papel crucial na valorização da história e da cultura em Goiás e no Brasil. Seu acervo, sua atuação interdisciplinar e sua responsabilidade com a preservação de evidências arqueológicas e etnográficas tornam-no um dos principais guardiões da memória sociocultural da região, contribuindo diretamente para o fortalecimento da arqueologia enquanto ciência e para a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Ao longo dos seus 40 anos, o IGPA recebeu diferentes prêmios em decorrência de suas atuações no campo da proteção e divulgação dos patrimônios de natureza material e imaterial, bem como por seus acervos arqueológico, histórico, filmico e fotográfico, que estão sob sua guarda e responsabilidade. O comitê regional para a América Latina e Caribe – Memória do Mundo, certificou em 2010, a incorporação da Coleção Jesco Puttkamer da PUC Goiás – IGPA, em reconhecimento de sua significação para a Memória Coletiva da sociedade da América Latina e Caribe.



Figura 24. Certificado de reconhecimento conferido ao IGPA por sua relevante atuação no campo da guarda e pesquisa das culturas materiais e imateriais em 2010.

Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/> acessado em novembro 2025.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO nominal no Registro Nacional do Brasil e Acervo Documental a Coleção Jesco von Puttkamer da PUC Goiás – IGPA, pelo valor excepcional e o interesse nacional de proteção para benefício da humanidade.



Figura 25. Certificado de reconhecimento conferido ao IGPA por sua relevante atuação no campo da guarda e pesquisa das culturas materiais e imateriais .

Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/> acessado em novembro 2025.

O compromisso do IGPA com a pesquisa e a preservação do patrimônio cultural brasileiro foi reconhecido também em 2001, pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Inventário de acervos e Pesquisa pela qualidade e caráter científico de seu acervo audiovisual.

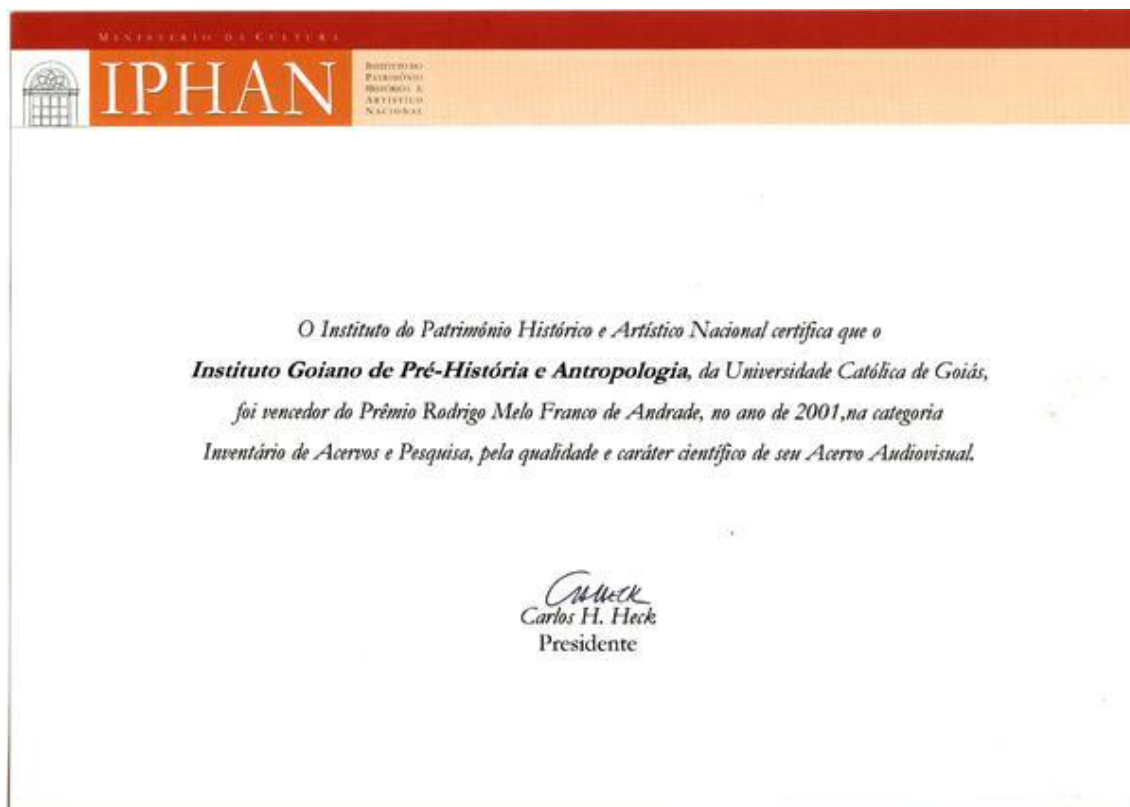


Figura 26. Certificado de reconhecimento conferido ao IGPA por sua relevante atuação no campo da guarda e pesquisa das culturas materiais e imateriais .

Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/> acessado em novembro 2025.

Os filmes e documentários produzidos no IGPA foram premiados em diversos festivais nacionais e internacionais. Destaque especial para os filmes *Bubula*, *O Cara Vermelho* e *Passageiros de Segunda Classe*, que juntos acumulam dezenas dos melhores prêmios distribuídos nos principais festivais de cinema do Brasil e do exterior. (IGPA, 2025) Além disso, seu acervo inclui materiais arqueológicos que remetem a culturas passadas, preservando também artefatos relacionados à história dos povos afro-brasileiros. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França, por exemplo, instituição tombada como patrimônio cultural nacional e que também passou por processo de restauração, tendo como coordenadora a arqueóloga Cristiane Loriza Dantas; a esse respeito a arqueóloga comenta; a presente pesquisa estava inserida no processo de restauração da Igreja de Nossa Senhora da França na Cidade de Corumbá de Goiás entre 2013 e 2014, e teve como objetivo a integração e intercâmbio de demais equipes envolvidas nas atividades de restauro, de modo que pudesse viabilizar a

salvaguarda dos bens arqueológicos provenientes das remoções de pisos e sedimentos. (Dantas, 2014)

Este projeto, proporcionou o resgate de uma materialidade arqueológica contendo também, diversos vestígios que são atribuídos aos povos afro-brasileiros do período colonial no século XVIII, ainda segundo Dantas (2014),

No Brasil, devido a heterogeneidade de grupos sociais que vieram imigrados e escravizados de outros países e continentes, é possível encontrar diversas informações referentes às relações simbólicas estabelecidas entre esses grupos e o contexto espacial ao qual eles estavam inseridos. No entanto, em alguns casos controversos, os estudos arqueológicos puderam revelar outras relações socioculturais que eram estabelecidas entre grupos distintos. Por exemplo, a Igreja da Sé em Salvador, construída em 1552, além do envolvimento religioso por parte da população relacionada à corte portuguesa e espanhola (principais países europeus colonizadores do território brasileiro), nota-se, a partir dos dados históricos e achados arqueológicos, que os negros alforriados também mantinham contatos com o templo cristão, pois, embora considerados indivíduos sem prestígio social, foram também sepultados no adro da igreja, como destacaram (Mendonça e Etchevarne 2007 *apud* Dantas, 2014, p. 58).

Assim como na Fonte da Carioca, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França, localizada no município de Corumbá de Goiás, foi frequentada, durante o período colonial, por povos afro-brasileiros em condição de escravizados, alforriados ou livres e pelo restante da população pois era sede também de irmandades negras como irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Elesbão. Contudo, não há consenso sobre como se estabeleciam as relações sociais entre brancos e negros no uso e na apropriação desse espaço isso se deve ao fato que a relação era pautada na dominação senhor/escravizado. Ainda assim, a materialidade evidenciada e resgatada no local permite comprovar que houve, convivência entre os grupos étnicos mencionados. Segundo Dantas (2014)

“...Junto aos esqueletos de alguns sepultamentos foram encontrados outros vestígios arqueológicos associados, como contas de colares, madeiras e metais de caixões, botões e elementos religiosos, como crucifixos....”(Dantas, 2014 p. xx)



Figura 27. Contas de colar esqueleto 2.

Fonte: Dantas 2014, p.150.

As contas de colar, diferentemente de outras classes de vestígios arqueológicos, aparecem de forma exclusiva em contextos funerários. No conjunto analisado, foram identificadas contas confeccionadas em marfim associadas a três sepultamentos. Essa ocorrência reforça que o ritual de enterramento constitui um processo social e simbólico complexo, no qual a despedida do ente familiar envolve uma seleção minuciosa dos artefatos que acompanharão o corpo. Tais objetos não são escolhidos aleatoriamente, mas cumprem funções enquanto signos simbólicos.

De acordo com Pierce (1977), o signo simbólico é aquele capaz de materializar uma ideia geral associada ao símbolo, ativando processos psíquicos e imagens mentais que carregam significados culturais específicos. Assim, uma joia ou qualquer adorno inserido no contexto mortuário ultrapassa a dimensão estética, evidenciando valores sociais, espirituais, identitários e cosmológicos dos grupos a que pertencem. Como observa Dantas (2014, p. 153), os adornos arqueológicos podem aludir a proteção espiritual, religiosidade, status, poder ou distinção social. Nesse sentido, as contas confeccionadas em vidro, marfim, conchas, pedra ou outros materiais funcionam como marcadores identitários e simbólicos, revelando práticas rituais e concepções de mundo, sobretudo em contextos vinculados a populações africanas e afrodescendentes. Esses objetos, inseridos em práticas funerárias, expressam redes culturais, cosmologias e continuidades históricas essenciais para a interpretação do patrimônio arqueológico.

A compreensão desses vestígios torna-se ainda mais significativa quando articulada às discussões sobre arqueologia urbana e arqueologia da escravidão no Brasil, tema do tópico subsequente. Nas cidades coloniais brasileiras como Goiás, reconhecida como Sítio Histórico pela Unesco os espaços funerários, domésticos e cotidianos revelam materialidades diretamente associadas às populações escravizadas e libertas que construíram a urbe. Nesse contexto, objetos como contas de colar aparecem como elementos fundamentais para recuperar memórias silenciadas, práticas culturais afro-brasileiras e dinâmicas sociais apagadas pelos discursos hegemônicos.

Assim, ao analisar contas de colar nos sepultamentos, ampliam-se as possibilidades interpretativas sobre o cotidiano da escravidão, os marcadores identitários presentes na cidade de Goiás e as estratégias de resistência cultural materializadas nos adornos. Tais discussões introduzem, de forma coerente, a próxima seção do trabalho, dedicada à arqueologia urbana e às materialidades da escravidão, destacando Goiás como um território de permanências históricas e patrimônio afro-brasileiro.

2.1 Arqueologia urbana e arqueologia da escravidão em Goiás

Goiás enquanto sítio histórico: Breve histórico

Nesse tópico nos dedicamos a apresentar um breve histórico sobre dos campos da arqueologia, arqueologia urbana e arqueologia da escravidão, ambos foram campos basilares dessa pesquisa; isso porque nos auxiliaram na compreensão da formação das cidades brasileiras e das dinâmicas sociais que estruturaram o período colonial. Mesmo não sendo foco central dessa pesquisa essa foi uma demanda, uma abordagem que nos auxiliou nas considerações sobre as materialidades urbanas em diálogo com as experiências de populações subalternizadas a exemplo dos indígenas e afrodescendentes. Nesse contexto, a arqueologia urbana e a arqueologia da escravidão consolidaram-se como campos fundamentais de investigação, pois revelaram camadas históricas de grupos, a exemplo dos saberes fazeres ligados ao ofício ceramista foco dessa pesquisa, esse ofício foi delegado apenas aos povos originários; e as pesquisas arqueológicas ajudaram a mudar esse discurso considerando os africano e

afrodescendentes que também praticaram e praticam esse saber mesmo que permaneçam silenciadas nos discursos patrimoniais tradicionais.

No Brasil esses dois campos ganharam força com as pesquisas da historiadora e amplamente reconhecida como arqueóloga, Sílvia Hunold Lara, cuja atuação pioneira nos anos 1980 abriu caminhos para o estudo sistemático da escravidão a partir da cultura material. Embora outros pesquisadores tenham contribuído posteriormente para consolidar o campo a exemplo de Zezé Motta Barreto, Tânia Andrade de Lima, Pedro Paulo Funari, Luiz Cláudio Symanski e Marcos Torres; a primeira pesquisadora a propor metodologias e diretrizes específicas para investigar a escravidão brasileira por meio da arqueologia foi Sílvia Hunold Lara, ao articular arqueologia, história social e estudos da diáspora africana. A pesquisadora foi pioneira em utilizar evidências materiais (objetos, estruturas, vestígios de senzalas e quilombos) articuladas a documentos históricos e análises etnográficas, entre os anos 1980 e 1990, iniciou a discussão sobre arqueologia da escravidão no país, influenciando diretamente gerações posteriores de arqueólogos. Sua contribuição foi além das metodologias ela foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a afirmar que a escravidão deveria ser estudada a partir da agência, da vida cotidiana e das resistências das populações escravizadas.

Em resumo suas contribuições para esse campo podem ser explicitadas da seguinte forma;

- Integração entre Arqueologia Histórica e História Social da Escravidão.
- Definição de categorias de análise que mais tarde seriam adotadas por arqueólogos como Luiz Cláudio Symanski, Ana Cristina Souza, Marcos Torres, entre outros.
- Reflexões pioneiras sobre quilombos como espaços históricos de territorialidade, política e materialidade, introduzindo a ideia de quilombo enquanto um organismo vivo formado e ressignificado por seus remanescentes.

Embora Lara seja a precursora, é importante destacar pesquisadores que também deram e dão sustentação à arqueologia da escravidão no Brasil nos anos seguintes a exemplo de; Luiz Cláudio Symanski que sistematizou o campo, pesquisando senzalas, quilombos, vida cotidiana e materialidades da diáspora africana. Pedro Paulo Funari que contribuiu para os fundamentos da arqueologia histórica e para a análise crítica de patrimônio e agentes subalternos; Marcos Torres que ampliou a discussão para paisagens da escravidão no Centro-Oeste e arqueologia

da diáspora africana; Ana Cristina Rocha Souza tem contribuições significativas sobre arqueologia de quilombos; André Prous fomentou as discussões sobre sítios históricos e materialidades da Colônia; nesse contexto não se pode negar as contribuições da Dra. Tania Andrade Lima é uma figura central na consolidação da arqueologia da escravidão, sobretudo a partir dos anos 1990. Ela integra o grupo de pioneiros que estruturaram a arqueologia histórica no país. Ainda que não seja a fundadora isolada da arqueologia da escravidão, suas pesquisas deram base metodológica e epistemológica para a análise da escravidão por meio da materialidade. Lima ajudou a situar a arqueologia histórica dentro das ciências sociais brasileiras, propondo que a cultura material é fonte indispensável para a compreensão de grupos marginalizados, como populações escravizadas.

Grande parte de sua obra se concentra em investigar; padrões alimentares de escravizados, libertos e trabalhadores pobres; práticas de consumo; usos do espaço urbano; cultura material produzida ou reutilizada por grupos negros; articulações entre pobreza, escravidão e desigualdade. A partir das pesquisas desses arqueólogos fica evidente que os dois campos citados arqueologia urbana e arqueologia da escravidão se entrelaçam em alguns casos a exemplo de estudos sobre portos negreiros, cemitérios ligados a irmandades negras, quilombos urbanos e outros espaços de disputas seja ligados aos afrodecentes ou aos povos ameríndios; a respeito desses dois campos Funari afirma: “...a arqueologia urbana permite interpretar; a vida cotidiana das populações comuns e as estruturas de poder expressas no espaço urbano...” (Funari, 1998, p. 32) isso nos permite resgatar práticas sociais que não aparecem nos registros escritos ou que foram intencionalmente apagadas.

Assim a arqueologia da escravidão, amplia esse horizonte analítico ao privilegiar as materialidades produzidas e utilizadas por africanos e afrodescendentes no Brasil. Tania Andrade Lima (1995) ressalta que a cultura material é uma via privilegiada para compreender sujeitos historicamente marginalizados, pois revela “práticas e significados que escapam ao registro documental” (Lima, 1995, p. 17). Suas pesquisas demonstram que objetos cotidianos, restos alimentares e espaços de habitação constituem evidências essenciais da experiência de pessoas escravizadas, evidenciando tanto coerções quanto estratégias de resistência e recriação cultural. A esse respeito Symanski (2011) argumenta que, a arqueologia da escravidão permite deslocar a narrativa historiográfica ao evidenciar “as estratégias de sobrevivência, agência e redefinição cultural” dos africanos e afrodescendentes no Brasil e em Goiás (Symanski, 2011, p. 57).

Por sua vez Marcos Torres (2018), contribui de modo expressivo ao problematizar a relação entre escravidão, território e materialidade, ressaltando que a arqueologia da escravidão deve considerar o papel das cidades e das regiões mineradoras e sertanejas na constituição de paisagens marcadas pela coerção e pela agência africana.

Para Torres (2018), a arqueologia da escravidão no Brasil central revela “uma complexidade de interações sociais” que ultrapassa modelos rígidos de dominação, demonstrando a construção de identidades e territorialidades afro-brasileiras (p. 112).

Em suma essa articulação entre arqueologia urbana e arqueologia da escravidão é especialmente produtiva quando aplicada ao contexto goiano. A antiga Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás, apresenta-se como um sítio histórico singular, cuja formação urbana está diretamente associada à exploração aurífera e à intensa presença de populações africanas escravizadas. Como destaca Funari (2005), as cidades coloniais brasileiras são produtos de relações de poder que estruturaram o trabalho, a circulação de pessoas e a organização espacial, de modo que compreender sua materialidade implica necessariamente considerar as dinâmicas escravistas que lhes deram forma.

Nesse sentido, Goiás constitui um território privilegiado para analisar como elementos urbanos ruas, calçamentos, edificações, estruturas de abastecimento e áreas de mineração se entrelaçam com as experiências dos sujeitos negros que atuaram na construção física e simbólica da cidade. Retomando Lima (2000), pensar as materialidades ligadas à escravidão implica compreender a cidade como uma paisagem de desigualdades, mas também como espaço de criatividade cultural, agência e circulação de saberes afro-brasileiros. Assim, a abordagem arqueológica aplicada a Goiás permite iluminar processos históricos longamente invisibilizados, afirmando a centralidade das populações africanas e afrodescendentes na formação do território, de sua cultura e de suas memórias isto porque diversas pesquisas demonstraram que Goiás foi profundamente marcado pelo trabalho compulsório de africanos e afrodescendentes, cujas práticas culturais, técnicas de mineração e modos de vida deixaram marcas materiais no território. Symanski (2007) e Torres (2020) argumentam que a paisagem urbana goiana deve ser compreendida como um palimpsesto, no qual se inscrevem relações sociais de poder, resistência e negociação.

Segundo Funari (2005), sítios históricos como Goiás evidenciam que a arqueologia urbana e a arqueologia da escravidão não podem ser dissociadas, pois a formação das cidades

coloniais brasileiras estão diretamente vinculada à exploração da mão de obra escravizada e indígena, nesse contexto, a Cidade de Goiás não é apenas um centro histórico preservado, mas um território vivo onde se articulam narrativas ancestrais, memórias coletivas e materialidades que dialogam com o presente, marcado por populações negras que atuaram na construção física e simbólica da cidade, seja na mineração, nos ofícios especializados, nas práticas religiosas ou na constituição de quilombos no entorno. Esses elementos reforçam a necessidade de interpretar Goiás como patrimônio cultural que ultrapassa o registro arquitetônico, incorporando experiências afro-brasileiras historicamente marginalizadas.

Por fim, a pesquisa evidencia que a articulação entre arqueologia urbana e arqueologia da escravidão constitui uma abordagem indispensável para compreender a complexidade histórica do Brasil, especialmente em regiões como Goiás. Nesse contexto, a arqueologia assume não apenas um papel analítico, mas também político e epistemológico, ao revelar experiências silenciadas e afirmar a centralidade das populações afrodescendentes na formação da sociedade brasileira e goiana. Reconhecer Goiás como lugar de memória e ancestralidade possibilitou desenvolver uma interpretação mais profunda sobre os processos coloniais e pós-coloniais que moldaram suas paisagens e suas dinâmicas sociais, oferecendo um campo privilegiado para práticas de pesquisa e preservação mais inclusivas, críticas e socialmente comprometidas. Embora tais reflexões sejam ampliadas em investigações futuras, sua incorporação neste Trabalho de Conclusão de Curso foi necessária para delinear um panorama atualizado do estado da arte e situar os debates contemporâneos que orientam os dois campos arqueológicos discutidos. Além disso, esses referenciais teóricos e metodológicos constituíram o alicerce da proposta e da escrita aqui desenvolvida. Assim, estabelecido esse marco conceitual, avançamos para o próximo tópico, dedicado à descrição e análise das coleções arqueológicas oriundas do sítio, etapa essencial para a compreensão empírica do contexto investigado.

2.2 Uma fonte de Memórias: descrição e reflexões sobre o acervo da Fonte da Carioca: A fonte de Ontem e de Hoje

O conjunto de artefatos históricos resgatado durante as escavações realizadas no processo de restauração da Fonte da Carioca, atualmente sob guarda do Instituto Goiano de

Paleontologia e Antropologia (IGPA), apresenta significativa variabilidade tipológica. Considerando a relevância desse acervo para a caracterização da identidade do povo goiano e, de maneira especial, para a compreensão das experiências dos povos afro-brasileiros, torna-se imprescindível compreender a análise desenvolvida por Dantas (2014) acerca dessa materialidade. Tal análise extrapola o estudo dos cachimbos, incorporando a totalidade dos materiais recuperados no sítio.

Nesse sentido, parte-se da premissa estabelecida por Dantas (2014) de que os vestígios arqueológicos provenientes da Fonte da Carioca constituem portadores de informações singulares, frequentemente ausentes no registro documental escrito. A materialidade, enquanto testemunho físico das ações e dos comportamentos humanos no passado, possui o potencial de elucidar narrativas históricas não inscritas nas fontes convencionais. Cabe, portanto, ao arcabouço teórico-metodológico da Arqueologia Histórica, aliado à interpretação crítica do pesquisador, conferir significado a esses objetos, transformando artefatos isolados em evidências de práticas socioculturais e econômicas dos grupos que habitaram e vivenciaram o local.

Dantas (2014) ressalta que a compreensão do sítio arqueológico da Fonte da Carioca não deve restringir-se à mera catalogação dos vestígios resgatados. A autora defende a necessidade de interpretar o local como uma unidade contextual integrada, na qual múltiplos aspectos culturais convergem e se inter-relacionam, manifestando-se na cultura material utilizada no período analisado e posteriormente descartada. Sob essa perspectiva, o sítio arqueológico ultrapassa sua dimensão estritamente artefactual.

Ele se materializa como um conjunto que engloba tanto as edificações quanto os objetos soterrados no subsolo e aqueles recuperados durante as escavações. Trata-se de um espaço culturalmente carregado, no qual se processaram a construção e a fixação de memórias individuais e coletivas. A constante apropriação simbólica do local pela população reforça sua importância não apenas como um depósito de vestígios, mas como um verdadeiro palimpsesto de práticas sociais, econômicas e afetivas.

Nesse contexto interpretativo, a cultura material resgatada na Fonte da Carioca que constitui o corpus primário desta pesquisa, com destaque para os cachimbos organiza-se, conforme apresentado por Dantas (2014), da seguinte forma:

Foram considerados artefatos não móveis estruturas classificadas em cinco categorias funcionais: estas evidências foram mantidas no local e devidamente registradas por meio da elaboração de mapas tridimensionais, fotografias, croquis, filmagens. Associada a cada estrutura foram recuperadas quantias significativas de material arqueológico que são aqui tratados como objetos móveis tais como fragmentos de cerâmica, vidro, louça e metal que passou por análise no âmbito desta pesquisa (Dantas, 2014, p. 72).

Dessa forma, ao refletir sobre a cultura material, é imprescindível compreendê-la como intrinsecamente vinculada à existência cotidiana dos grupos passados em qualquer circunstância no que se refere ao trabalho arqueológico. Sob esta perspectiva, os vestígios arqueológicos resgatados no Sítio da Fonte da Carioca não constituem uma exceção, mas sim um testemunho material dessas práticas diárias. Esta perspectiva corrobora com Dantas (2014). Assim, ao analisar o conjunto da cultura material identificada no sítio da Fonte da Carioca descrito no relatório acessado durante essa pesquisa pode -se perceber que esse acervo é composto por um complexo emaranhado de evidências arqueológicas.

A partir de sua análise sistemática mesmo que prévia, o relatório descreve a extração de alguns dados que permitiram as arqueólogas inferirem as práticas sociais, econômicas e cotidianas dos grupos que passaram pelo local, dentre eles os africanos e afrodescendentes responsáveis por abastecer a capitania de água potável transportando-as quase sempre em potes de cerâmicas.

E preciso enfatizar que a fonte da carioca está margem do rio vermelho e que também foi utilizada com ponto de parada de tropeiros e tropas que cruzavam em direção ao atual Mato Grosso por isso dentre os vestígios havia projeteis de fuzil e moeda do período imperial (Souza, 2011). Para além das tropas as lavadeiras são personagens que desde o período da Capitania ocupavam as margens do Rio Vermelho com suas trouxas de roupas; outro elemento a ser ressaltado é que a poucos metros da Fonte da Carioca no início do século XX, foi construída a primeira usina de energia elétrica do estado de Goiás, em um contexto de modernização urbana que atingia principalmente cidades como Goiânia, Cidade de Goiás e Anápolis. Um dos nomes mais associados a esse processo é Guilherme Guedes, empresário que se destacou pelo investimento pioneiro em infraestrutura energética no estado. Guedes foi responsável pela instalação das primeiras unidades geradoras de eletricidade que abasteceram áreas urbanas goianas, permitindo a adoção da iluminação pública, a eletrificação de equipamentos urbanos e a dinamização do comércio e da vida cotidiana. Seu empreendimento marcou a transição do uso de lampiões a querosene e sistemas hidráulicos rudimentares para fontes de energia mais

estáveis, ainda que limitadas no início. Essas primeiras usinas funcionavam, em geral, por meio de força hidráulica ou geradores movidos a combustão, com capacidade reduzida, mas suficiente para iniciar a reorganização do espaço urbano e possibilitar novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

Com o passar das décadas, esses sistemas iniciais foram substituídos por redes integradas mais robustas, porém a atuação de Guedes é reconhecida como um marco fundador da eletrificação goiana, essencial para compreender o processo de modernização regional, ainda assim ela significou um passo para modernidade em Vila Boa (Simoni, 2012).

Para além da modernidade a presença material desses atores/grupos foram evidenciados através das materialidades coletadas pelas pesquisadoras Loriza Dantas e Margareth Souza em momentos diversos entre os anos de 2010 e 2012, essas materialidades ressaltam a importância da Fonte da Carioca para o nascimento e crescimento da cidade de Goiás o que resalta ainda mais a relevância desse acervo para a identidade do povo vilaboense e goiano, de maneira especial, para a compreensão das experiências dos povos afro-brasileiros. Nesse sentido, parte-se da premissa/ hipótese estabelecida por Dantas (2014) durante a análise prévia do material e a construção do relatório, apontam que os vestígios arqueológicos provenientes da Fonte da Carioca são portadores de informações singulares, frequentemente ausentes no registro documental escrito, por fazerem parte de culturas subalternizadas como os africano, afrodescendentes e indígenas.

A esse respeito Camila Agostini (2013), acrescenta que as materialidades arqueológicas são como testemunhos vivos do passado, a pesquisado reforça que os objetos encontrados em contexto arqueológico não são meros vestígios inertes, mas agentes que continuam a produzir sentidos, mobilizando memórias, relações e práticas culturais ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, a materialidade se configura como uma presença ativa, capaz de atualizar histórias silenciadas e de convocar interpretações que ultrapassam as fronteiras das fontes documentais tradicionais.

O estudo das materialidades históricas, nos convidam a apuração de um olhar teórico-metodológico, que dialogue com essa vitalidade inscrita nos artefatos. Nesse contexto nos cabe identificar e refletir sobre as formas, usos, desgastes e ressignificações dessas materialidades, em quais dinâmicas sociais eles estiveram em quais ainda permanecem, e sobretudo de que forma elas moldaram a vida cotidiana, daquele período e grupos. Porém para responder a essas

reflexões será preciso uma análise minuciosa de cada conjunto de peças resgatado; porém essa análise ainda não foi realizada; por isso o que foi considerado como ponto de partida das reflexões trazidas para esta pesquisa partem dos relatórios técnicos construídos, do contato com o acervo no IGPA e das visitas feitas a ceramista senhora Maria das Graças Siqueira conhecida como dona Chica; moradora do quilombo Alto Santana e uma das ceramistas mais antigas de Goiás, sobre a qual abordaremos um pouco mais no próximo tópico. Abordagens como as dos autores citados nesse tópico nos levam a crer que a arqueologia enquanto ciência investigativa tem se ressignifica no campo da arqueologia histórica e por isso a arqueologia tem se transformado em instrumento não apenas científico mais político e social por auxiliar grupos subalternizados historicamente a serem reconhecidos como produtor não apenas de mão de obra mais de sentidos epistemologias e técnicas recriadas no contexto Brasileira nesse contexto em Goiás.

Partindo dessa perspectiva, aquilo que antes poderia ser visto como objetos isolados transforma-se em evidências densas, capazes de revelar experiências, conflitos, resistências e modos de viver, reafirmando o potencial da arqueologia como campo que interpreta, atualiza e reinscreve essas materialidades na tessitura mais ampla da história.

Dantas (2014) ressalta que a compreensão do sítio arqueológico da Fonte da Carioca não deve restringir-se à mera catalogação dos vestígios resgatados. A autora defende a necessidade de interpretar o local como uma unidade contextual integrada, na qual múltiplos aspectos culturais convergem e se inter-relacionam, manifestando-se na cultura material utilizada no período analisado e posteriormente descartada.

Sob essa perspectiva, o sítio arqueológico ultrapassa sua dimensão estritamente artefactual, se materializando como um conjunto que engloba tanto as edificações quanto os objetos soterrados no subsolo e aqueles recuperados durante as escavações. Trata-se de um espaço culturalmente carregado, no qual se processaram a construção e a fixação de memórias individuais e coletivas. A constante apropriação simbólica do local pela população reforça sua importância não apenas como um depósito de vestígios, mas como um verdadeiro palimpsesto de práticas sociais, econômicas e afetivas.

Nesse sentido, a Fonte da Carioca, interpretada a partir desses vestígios, pode ser ressignificada não apenas como uma estrutura utilitária pela comunidade local do referido período, mas como um local dinâmico onde se desenvolviam atividades cotidianas e onde

muitas memórias individuais e coletivas foram criadas. Essa materialidade é particularmente crucial para acessar narrativas não-inscritas ou sub-representadas na documentação oficial escrita. Em todos os casos, a arqueologia nesse contexto auxilia no preenchimento de lacunas existentes no registro histórico no que tange a presença e participação ativa de africanos e afrodescendentes na construção de Goiás.



Figura 28. Lavadeiras no rio vermelho

Fonte: arquivo MIS (Dantas, 2014, p. 68)

Para além das carregadeiras de água que se ocupavam de abastecer os casarões, durante o período escravocrata pessoas já retratadas nesse texto evidencia-se que as mesmas se ocupavam também das lavagens das roupas o Rio Vermelho era palco para as inúmeras lavadeiras que ali através do seu labor antes como escravizada e depois exploradas como libertas se ocupavam de tirar as “manchas” das roupas dos mais abastados de vilaboa. O papel das lavadeiras segundo Simoni(2012) era uma nova forma de escravização cabia a elas não apenas lavar, secar e passar as roupas, mas também eram as carteiras as vendedoras de quitandas; abasteciam as senhoras de vilaboa de tudo que uma mulher branca de família tradicional não podia fazer.

As lavadeiras de roupa “para fora” a lavagem de roupas que não as da própria família fizeram parte das paisagens urbanas brasileiras: passando pelas ruas carregando as trouxas na cabeça, buscando a roupa suja e entregando a roupa limpa; imersas nas águas rasas dos rios, batendo as roupas nos batedouros formados pelos lajedos e pedras que escapavam acima da superfície da água; ensaboando, esfregando e enxaguando as peças; estendendo-as nos varais, arbustos e cercas... Para que as casas e os corpos

pudessem se purificar com as trocas constantes de roupas, recorria-se ao trabalho das lavadeiras.” (2010, s/p, apud Dantas, p. 68).

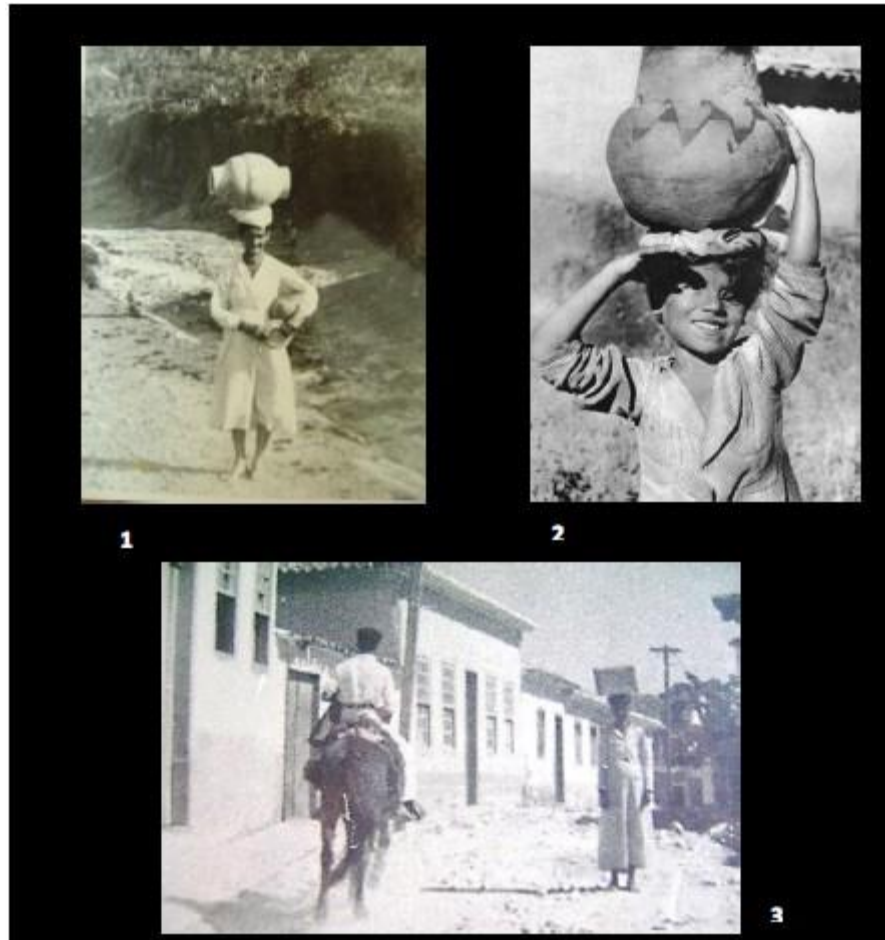


Figura 29, 30 e 31. Registro da atividade de carregadores de água.

Fonte: 1 arquivo da Boa Morte; 2 arquivo Frei Simão Dorvi (apud Simoni, 2012); 3 arquivos Igreja da Boa Morte. (Dantas, 2014, p. 67)

A imagem em referência ilustra uma fração do cotidiano socioeconômico da sociedade vila-boense, representando espaços que foram continuamente ocupados e utilizados por sua população. Tais áreas constituem o palco de atividades cotidianas desempenhadas trabalhadores como tropeiros, carregadores e carregadoras de água, lavadeiras dentre outros ofícios, exercidos majoritariamente pela população pobre, composta por negros livres e escravizados que habitavam a localidade ao longo do século XVIII e XIX.

Outro elemento que merece destaque na coleção são as estruturas da primeira Usina de Energia de Goiás datada do início do século XX. A primeira usina de energia elétrica do estado de Goiás foi implantada, em um contexto de modernização urbana que atingia principalmente cidades como Goiânia, Cidade de Goiás e Anápolis. Um dos nomes mais associados a esse processo é Guilherme Guedes, empresário que se destacou pelo investimento pioneiro em infraestrutura energética no estado.

Guedes foi responsável pela instalação das primeiras unidades geradoras de eletricidade que abasteceram áreas urbanas goianas, permitindo a adoção da iluminação pública, a eletrificação de equipamentos urbanos e a dinamização do comércio e da vida cotidiana. Seu empreendimento marcou a transição do uso de lampiões a querosene e sistemas hidráulicos rudimentares para fontes de energia mais estáveis, ainda que limitadas no início. Essas primeiras usinas funcionavam, em geral, por meio de força hidráulica ou geradores movidos a combustão, com capacidade reduzida, mas suficiente para iniciar a reorganização do espaço urbano e possibilitar novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Com o passar das décadas, esses sistemas iniciais foram substituídos por redes integradas mais robustas, porém a atuação de Guedes é reconhecida como um marco fundador da eletrificação goiana, essencial para compreender o processo de modernização regional. Essas estruturas fazem parte do Complexo do Museu Fonte da Carioca.

O Museu da Fonte da Carioca, constitui-se como um dos mais relevantes espaços de memória, patrimônio e arqueologia histórica do estado. Ele foi pensado pelo IPHAN e construído durante seu processo de restauração da fonte da Carioca, a área passou por intervenções arqueológicas, que resultaram no resgate de um conjunto expressivo de artefatos do qual fazem parte as estruturas da antiga usina, essas descobertas só ressaltam a importância do sítio Fonte da Carioca enquanto testemunha histórica das mudanças de Goiás.

Em sua configuração o Museu da Fonte da Carioca funciona como espaço educativo e interpretativo, articulando memória, arqueologia, história urbana e cultura afro-goiana. O museu busca valorizar a relação da comunidade com o sítio, ressaltando-o como lugar de afeto, ancestralidade e permanências históricas, a musealização do espaço foi feita pela historiadora e arqueóloga Rosinalda C. da Silva Simoni, que compunha a equipe de pesquisadoras responsáveis pelo projeto de restauro Fonte da Carioca, a pesquisadora fez o levantamento histórico cultural do sítio levantando inúmeros documentos e imagens de períodos diversos

vividos no espaço/fonte, Ela também foi responsável pela curadoria da musealização em parceria com a historiadora do IPHAN responsável pela obra no período Hellem de Carvalho.

Entre 2012 e 2013 parte da coleção da cultura material resgatada no sítio foi analisada por amostragem por Dantas nessa análise por amostragem afirma que foi possível evidenciar práticas cotidianas como as do labor vivenciado pelas mulheres negras citadas acima, as redes de circulação e formas de resistência inscritas nos objetos elementos fundamentais para compreender a formação social goiana, segundo a pesquisadora as dinâmicas dessas atividades estão por consequência, refletidas diretamente na cultura material recuperada nas escavações feitas por Dantas (2014).

O descarte dos instrumentos, quando chegou o final de sua vida útil em um processo de desgaste pelo uso, deu origem aos vestígios arqueológicos em um processo de formação do sítio de forma lenta e contínua. No entanto enquanto a trajetória cultural seguiu seu curso, o registro material dessas práticas cotidianas permaneceu preservado, contido nas camadas estratigráficas formadas em seus locais de descarte, aguardando a chave interpretativa da Arqueologia para inferir suas narrativas. Dessa forma, essa materialidade, é portadora de um denso conteúdo cultural que pode fornecer informações durante suas análises é constituída por um conjunto diversificado de vestígios. A caracterização tipológica e a análise específica de cada categoria artefactual que compõe este acervo serão detalhadas na seção subsequente deste trabalho.

A coleção arqueológica oriunda do conjunto de artefatos resgatado no Sítio Arqueológico da Fonte da Carioca é constituída por um diversificado e quantitativo de materiais, incluindo fragmentos de louça, vidro, metal, cerâmica, contas de colares e ossos. Para a realização da análise completa por amostragem dos fragmentos de louça, as pesquisadoras adotaram a metodologia tipológica a qual permite uma sistematização crono-cultural detalhada do material. Seguindo esta classificação, o conjunto de louças foi dividido em subcategorias, com base na tecnologia de sua produção e no tipo, a saber: faiança comum, faiança fina, porcelana e ironstone.

Conforme estabelecido por Dantas (2014), a análise da louça requer particular atenção à tipologia do esmalte e às decorações presentes em suas superfícies. Esta premissa é fundamental, pois a sequência tecnológica de produção e uso de diferentes tipos de esmalte possui uma seriação cronológica bem definida. Dessa forma, a identificação desses atributos

serve como um dos principais critérios para a classificação das subcategorias e, conseqüentemente, para a datação relativa e sobretudo, dos contextos de uso, descarte e deposição em seus referidos períodos.

O primeiro atributo a se considerar na análise deste material é o tipo de esmalte utilizado, uma vez que para esta categoria existe uma divisão cronológica bem definida, que contribui para a elaboração de feixes cronológicos para as camadas estratigráficas, entretanto além do esmalte é importante a associação de vários outros atributos para se conseguir data média confiável. No quadro abaixo pode ser observado a classificação quanto ao tipo esmalte. (Dantas, 2014, p. 78, 79)

Quadro de classificação da louça segundo o esmalte utilizado		
Tipo de	Características	Periodo
Cream ware	Deixa a louça com uma tonalidade creme, e com concentrações esverdeadas de esmalte, proporcionadas pela adoção do óxido de chumbo. (Josiah Wedgwood)	1763-1810
Pearl ware	Deixa a louça com uma tonalidade azulada, e com fortes áreas de concentração de esmalte azul, proporcionada pelo cobalto	1779-1850
White were	O produto não deixa marcas, tornando a louça branca.	1820- até os dias atuais

Quadro 1. Imagem do quadro de classificação da louça segundo esmalte.

Fonte Tocchettto et al 2001 (Dantas, 2014, p. 79)

Na amostra analisada, todos os tipos de esmalte foram identificados nas análises de Dantas (2014).

Os três tipos de esmalte geralmente encontrados na faiança fina estão presentes na amostra com predominância do Peal Ware. Com este tipo de classificação é possível filtrar uma primeira data média para o depósito. Este cálculo é feito pela data média da manufatura que é obtida através média aritmética do intervalo de produção. (Dantas, 2014, p. 80)

Faiança Fina /tipo de esmalte			
Tipo de Esmalte	Período	Data Média da Manufatura	Qtde. (Frequência)
Cream Ware	1763-1810	1787	6
Pearl Ware	1779-1850	1815	24
White Ware	1820-até hoje	1915	8
Total			38

Quadro 2. Imagem do quadro de Cálculo de média aritmética (Dantas, 2014, p. 79)

Para o material vítreo, seguindo a metodologia proposta por Dantas (2014), realizou-se inicialmente uma triagem e separação dos fragmentos com base em critérios morfo-tipológicos que permitissem fazer inferências sobre as técnicas de sua produção. Do total de 1024 fragmentos recuperados, foi selecionada uma amostra significativa de 307 fragmentos que pudessem ser detalhadamente analisados. Esta amostragem abrangeu elementos morfológicos distintivos, compreendendo gargalos, bases e paredes de artefatos vítreos. Para a sistematização do estudo, elaborou-se um protocolo analítico estruturado nas seguintes categorias:

Critérios de análise				
Análise das bases				
<i>Técnica de manufatura</i> 1. Industrial 2. Manual	<i>Tipos de base</i> 1.plana 2. conica	<i>Marcas de pontil</i> 1. pontil de areia 2. pontil de vidro 3. pontil de metal	<i>Snap-case</i> 1. Sim 2. Não	<i>Cor</i> 1. Verde 2. Incolor 3. Âmbar 4. Azul
Análise dos Gargalos				
<i>Técnica de manufatura</i> 1. Molde 2. Modelagem 3. Industrial 4. Não Identificado	<i>Tipo de gargalo</i> 1. Quebrado 2. Polido no fogo 3. Polido 4. Manipulado 5. Vidro adicionado 6. Lipping-Tool 7. NI		<i>Cor</i> 1. Verde 2. Incolor 3. Âmbar 4. Azul	
Análise das paredes				
<i>Técnica de Manufatura</i> 1. Molde 2. Industrializado 3. Não Identificado			<i>Cor</i> 1. Verde 2. Incolor 3. Âmbar 4. Azul	

Quadro 3. Imagem do quadro de Diretrizes de análises do vidro (Dantas, 2014, p. 82)

A separação do material para análise teve como referência os elementos que permitissem identificar marcas de técnicas de produção que neste caso é o elemento de maior potencial informativo. As 307 peças analisadas estão distribuídas da seguinte forma: 40 fragmentos de base, 25 fragmentos de gargalos e 242 fragmentos de paredes (Dantas, 2014, p. 83, 84)

De acordo com as análises de Dantas (2014), a amostra de material vítreo resgatada no sítio da Fonte da Carioca apresenta baixa representatividade estatística quando comparada a outras categorias artefatuais do conjunto. O conjunto caracteriza-se por um elevado grau de fragmentação, o que limitou significativamente o potencial interpretativo dos vestígios para reconstituições crono-culturais mais abrangentes. Consequentemente, a escassez de elementos diagnósticos (como bordas, bases e gargalos completos) impossibilitou a aplicação de tipologias comparativas. Segundo Dantas (2014), em função dessas limitações, os dados obtidos das análises do material vítreo demonstraram potencial cronológico reduzido, não permitindo associações seguras com as datações estabelecidas a partir das análises da louça.

Esta condição restringiu o material vítreo a um papel complementar no entendimento geral do sítio.

Entretanto ressaltamos que este material proveniente de períodos mais recentes se encontra em níveis entre 30 e 40 cm, estando, portanto, acima do calçamento original identificado nas escavações. [...] No caso das bases foram analisados 40 fragmentos de bases de garrafas, entretanto, não foi possível atribuir função (Dantas, 2014, p. 84)

Dantas (2014) complementa sua análise ao afirmar que, entre os fragmentos de bases analisados, verifica-se um predomínio a partir de manufatura industrial. Estes materiais estão localizados nas camadas estratigráficas que se estendem até 40 cm de profundidade. Paralelamente, foi possível identificar um conjunto de 13 bases cônicas, das quais oito apresentam atributos tecnológicos compatíveis com produção artesanal, como assimetrias e variações na espessura do vidro. Contudo, a ausência de marcas de pontil nestes fragmentos, impossibilitou a confirmação inequívoca do método de manufatura e uma datação mais precisa para este subconjunto. No que concerne à análise dos gargalos, os resultados obtidos permitiram as seguintes inferências:

Com relação aos gargalos analisados foi possível a identificação de topos de produção industrial e manual, sendo que entre os fragmentos foram identificados topos do tipo manipulado e do tipo lipping-tool. Somente para estas categorias seria possível se ter um feixe cronológico, entretanto a baixa frequência do material arqueológico inviabiliza uma datação confiável. (Dantas, 2014, p. 85)

Com relação as paredes, Dantas (2014) obteve nas análises, as informações que retratam elementos analíticos ainda mais resumidos, pois desta subcategoria poucas informações com relação à técnica de produção puderam ser retiradas; no que se refere aos fragmentos de paredes cerâmicas, Dantas (2014) aponta que essa subcategoria apresenta um conjunto de informações bastante restrito, uma vez que a técnica de produção não pôde ser plenamente identificada a partir do material disponível. A autora destaca que, devido ao estado dos vestígios, apenas elementos analíticos gerais puderam ser extraídos (Dantas, 2014).

Quanto ao conjunto metálico, do total de 210 fragmentos recuperados, foram identificados 76, correspondentes a 36% da coleção analisada. Dantas (2014, p. 87) esclarece que a análise desse material não se deteve à classificação por categorias formais, mas foi estruturada a partir de categorias funcionais, a saber: arsenal, ferramentas, material construtivo, transporte, objetos de uso doméstico e itens diversos. Entre essas categorias, o material construtivo apresenta a maior representatividade, totalizando 51 fragmentos. Em seguida, a

pesquisadora destaca o arsenal, com 21 fragmentos identificados. Além disso, foram encontrados um anel de bronze, duas moedas e objetos associados ao uso doméstico, como o fragmento de uma caneca (Dantas, 2014, p. 87).

E por fim no que se refere ao conjunto cerâmico, Dantas (2014, p. 90) detalha que as peças somam 683 fragmentos, e apresentam as seguintes distribuições: um apêndice, um fragmento de junção de forma conjugada, uma peça contendo borda, parede e base, dois fragmentos de parede angular, três fragmentos de asas, dez alças, onze apliques, vinte e um cachimbos (entre fragmentos e peças inteiras), quarenta e seis fragmentos de paredes, oitenta e dois fragmentos de bases e 476 fragmentos de bordas. Conforme ressalta a autora, essa predominância de bordas constitui elemento importante para a caracterização tipológica e tecnológica do conjunto cerâmico proveniente da Fonte da Carioca.

Classe		
Classes	Quantidade de peça	Porcentagem
Bordas	476	69,7%
Bases	82	12%
Cachimbos	21	3,1%
Aplique	11	1,6%
Alças	10	1,4%
Asas	03	0,4%
Borda + parede + base	01	0,1%
Junção de forma conjugada	01	0,1%
Apêndice	01	0,1%

Quadro 4. Imagem do quadro de Classificação da cerâmica (Dantas, 2014, p. 91)

De acordo com as análises realizadas por Dantas (2014), o processo de construção dos vasilhames cerâmicos está associado a um conjunto diversificado de técnicas empregadas pelos ceramistas, sendo possível identificar mais de uma técnica em um mesmo artefato. As principais técnicas de manufatura registradas no conjunto são: roletada, caracterizada pela sobreposição e junção de roletes de argila; acordelada, na qual os roletes são dispostos de forma espiralada;

placas, técnica em que a argila é moldada em placas posteriormente unidas; modelada, quando a conformação da peça ocorre manualmente; moldada, caracterizada pelo uso de moldes pré-fabricados que conformam as duas faces unidas do artefato; e torneada, técnica que utiliza o torno para a produção da peça (La Salvia; Brochado, 1989; Scatamacchia, 2004 *apud* Dantas, 2014, p. 92).

No que se refere aos fragmentos de vasilhames cerâmicos com grafismos característicos, Dantas (2014) analisou também um conjunto de 21 cachimbos. A autora define, com base na literatura especializada, que “cachimbos são forninhos (cavidades onde se introduz o tabaco) acoplados a uma haste (tubo para tragar o tabaco), que pode ser feita de cerâmica, madeira ou outros materiais” (Matea et al., 2014; Faccio; Baco, 2009 *apud* Dantas, 2014, p. 104).

Na Fonte da Carioca foram exumados 21 cachimbos cerâmicos. Desses, três apresentaram ótimo estado de conservação, enquanto os 18 restantes foram classificados entre regular e péssimo. Em relação aos atributos técnico-morfológicos, verificou-se que a técnica de manufatura moldada foi identificada em 15 fragmentos, não sendo possível determiná-la nos seis fragmentos restantes. Quanto ao tratamento de superfície, observou-se a aplicação da técnica de alisamento em três fragmentos, conferindo às peças uma aparência de acabamento mais refinado.

No conjunto analisado, 18 fragmentos apresentaram decoração aplicada sobre toda a face externa. Essas intervenções decorativas foram classificadas como decoração plástica, subdividida em dois tipos de ação; estriada e impressa. A ação estriada consiste no uso de um instrumento friccionado sobre a peça, produzindo marcas lineares. Esse tipo de decoração foi identificado em dez fragmentos, apresentando variações de expressão incisa, como linhas longitudinais, verticais, semicirculares e oblíquas. Já a ação decorativa impressa é obtida mediante o uso de um instrumento, estampa ou molde que imprime padrões na superfície da peça.

Entre os 21 fragmentos analisados, oito apresentaram decoração por impressão, exibindo motivos variados, tais como círculos, flores, pontilhismos e combinações de semicírculos com pontilhados. Esses padrões decorativos provavelmente foram entalhados nos instrumentos utilizados na confecção dos cachimbos. Para a análise dos cachimbos, considerou-se que a descrição sumária constituía o procedimento metodológico mais adequado. Dessa

forma, foram definidos critérios específicos de observação e caracterização, apresentados na tabela a seguir:

Número da peça	Descrição sumária
	Fornilho: Corpo do fornilho: Chaminé: Porta-boquilha: Boquilha: Apêndice: Furo do apêndice: Corpo: Estado de conservação: Observações:

Quadro 5. Imagem do quadro referências para descrição sumária de cachimbos

Fonte: Dantas 2014, p. 107)



Quadro 6. Imagem do quadro Cachimbos

Fonte: Dantas, 2014, p. 107)

ANÁLISE DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO PROVENIENTE DAS ESCAVAÇÕES DA RESTAURAÇÃO DA FONTE DA CARIOCA			
Dados de identificação: 1 Corte: 06 Nível: 30 – 40 cm Nº da peça: 05 A			
			
Desenho sem escala em tamanho real			
Quadro de descrição sumária			
Medidas em mm			
Fornilho: 21 mm Corpo do fornilho: 26 mm Chaminé: 38 mm Porta-boquilha: 16 mm Boquilha: - Apêndice: 07 mm Furo do apêndice: - Corpo: 32 mm Estado de conservação: ótimo Observações:			

Quadro 7. Imagem do quadro Exemplo de análise

Fonte: Dantas, 2014, p. 109.



Quadro 8. Imagem do quadro

Fonte: Dantas, (2014)

Ressalta-se que vestígios materiais resgatados no sítio Fonte da Carioca articulam-se diretamente com a complexidade das práticas cotidianas que caracterizavam a sociedade vila-boense entre os séculos XVIII e XIX. O conjunto artefactual compreendendo categorias como louça, cerâmica, vidro, cachimbos e contas de colar constitui evidência material de atividades diversas, hábitos alimentares e práticas de sociabilidade que estruturavam o dia a dia da população. Dentro deste contexto, as contas de colar compõem uma categoria particularmente significativa. Sua presença no registro arqueológico associa-se diretamente à confecção de adornos corporais por grupos escravizados e libertos, representando uma expressão de resistência cultural além da manutenção de tradições africanas e afro-brasileiras nos espaços por eles ocupados. Tais artefatos ultrapassam os limites de suas funções utilitária e trazem também uma representação cultural afrobrasileira neste contexto, configurando-se como marcadores de identidade e de práticas não registradas pelos documentos escritos.

Os estudos arqueológicos apontam que determinados artefatos, como cachimbos cerâmicos e contas de colares, constituem marcadores recorrentes em sítios relacionados à presença africana e afro-brasileira no Brasil. Esses objetos aparecem não apenas como itens de uso cotidiano, mas também como elementos simbólicos que evidenciam práticas culturais,

identitárias e espirituais. (Agostini et al. 2007, *apud* De Lima, Salum, 2017, p. 4) demonstram que tais materiais são amplamente registrados em escavações realizadas em áreas de ocupação de populações escravizadas, além de figurarem com frequência nas iconografias produzidas por viajantes do século XIX, que documentaram aspectos do cotidiano colonial e imperial. A repetição desses artefatos em diferentes contextos arqueológicos reforça seu papel enquanto testemunhos das formas de vida, dos gestos técnicos e das expressões de resistência inscritas na cultura material desses grupos.

Do mesmo modo, diversas pesquisas ressaltam que uma grande variedade de contas está diretamente associada às populações africanas escravizadas, entre elas aquelas extraídas de rosários católicos. A presença desses colares, geralmente produzidos tanto na Europa quanto no continente africano, se forma especial por grupos como os Yorubas moradores de países como Benin, Nigéria, Burquina Faso e parte do Gabão, trazidos durante a diáspora, revelam processos complexos de resignificação cultural, nos quais itens inseridos no contexto da religiosidade cristã passaram a adquirir novos sentidos espirituais, protetivos e estéticos no âmbito das práticas afro-diaspóricas.

Conforme observam (Symanski et al. 2007, *apud* De Lima; Salum, 2017, p. 4), o uso dessas contas evidencia estratégias de agência cultural e bricolagem simbólica que caracterizam a experiência africana e afro-brasileira na diáspora. Assim, tanto os cachimbos quanto as contas de colares constituem importantes chaves interpretativas para compreender a materialidade da escravidão, as dinâmicas de sociabilidade e os processos de resistência e reinvenção cultural presentes nas comunidades negras no Brasil.



Quadro 9. Imagem de contas de colar e adornos

Fonte: Dantas, 2014, p. 126)

Neste contexto interpretativo, infere-se que indivíduos escravizados mantiveram e ressignificaram práticas culturais e saberes tradicionais em contexto diaspórico. A persistência de tecnologias cerâmicas, padrões alimentares e sistemas de adornos corporais atesta a resiliência cultural destes grupos frente ao regime ao qual estavam submetidos. Estas manifestações culturais frequentemente assumiram caráter étnico, desenvolvendo-se de forma velada como mecanismo de preservação de sua identidade frente à repressão sistemática da igreja e de seus feitores. A materialidade arqueológica associada a estas práticas, tais como contas de colar, cachimbos e vasilhas cerâmicas, já citados anteriormente, com morfologias distintas, constitui assim, evidências concretas estratégias de resistência cotidiana e da recriação do universo simbólico afro-brasileiros.

Considerando-se outro campo interpretativo analítica, as contas de colar identificadas no registro arqueológico também possuem relevante valor simbólico-espiritual que está além da sua função meramente ornamental. Conforme demonstrado por (Agostini et al, 2007, *apud* De Lima; Salum, 2027), estes artefatos integram práticas ritualísticas tanto do cristianismo quanto em manifestações espiritualistas de matriz africana praticadas em terras brasileiras desde o período escravista no Brasil. Em contexto goiano, esse fenômeno não se mostra diferente,

constituindo-se como evidência material do hibridismo religioso característico da formação sociocultural brasileira. A presença destes adornos no sítio Fonte da Carioca sugere a coexistência de diferentes expressões de fé e a ressignificação de objetos em distintos universos cosmo-religiosos.

A partir das pesquisas arqueológicas realizadas por Áurea Conceição Pereira Tavares em sua dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco, a autora analisou enterramentos localizados na antiga Sé de Salvador, interpretando-os como possíveis expressões das práticas religiosas afro-brasileiras durante o período escravagista. Segundo a análise apresentada por Tavares (2006 apud DE LIMA; SALUM, 2017, p. 8), os cinquenta e cinco sepultamentos identificados continham grande quantidade de contas de origem africana produzidas em vidro e marfim, além de cauris, elementos recorrentes em contextos rituais associados às tradições religiosas africanas. Com base na estratigrafia e em fontes documentais, esse conjunto funerário foi datado entre os séculos XVIII e XIX, sugerindo a presença de práticas simbólicas e espirituais de matriz africana mesmo em espaços regulados pela Igreja Católica.

Considerando esse panorama interpretativo, e as evidências descritas por Dantas no acervo da Fonte da Carioca, é possível inferir que dinâmicas semelhantes de uso, circulação e ressignificação de contas também ocorreram no contexto goiano. Tal hipótese é plausível não apenas porque a mão de obra escravizada constituiu a base socioeconômica essencial para a ocupação, exploração e estruturação do território que viria a conformar o estado de Goiás, mas também porque Salvador concentrava um dos principais portos de entrada de africanos escravizados durante o tráfico atlântico, influenciando amplamente outras regiões pelas redes de dispersão de pessoas e práticas culturais. Essa perspectiva encontra respaldo nas reflexões pioneiras sobre presença africana em Goiás realizadas por Zoroastro Artiaga (1959), Paulo Bertran (1994), Nars Chaul, (2002), entre outros estudiosos que destacaram a profundidade e diversidade dessa matriz cultural no processo de formação social goiano.

Assim, a presença de contas, miçangas e artefatos correlatos na cultura material regional reforça a hipótese defendida nesta pesquisa: as práticas culturais africanas e afro-brasileiras manifestadas nas materialidades vão além da atuação já consolidada da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, revelando expressões identitárias, rituais e estratégias de

resistência que se enraizaram nas comunidades escravizadas algumas das quais persistem até hoje, como as técnicas cerâmicas tradicionais.

Para maior compreensão dessa discussão, torna-se fundamental compreender de que maneira tais evidências foram registradas, tratadas e interpretadas nos acervos regionais. Esse movimento analítico conduz diretamente a descrição das metodologias de catalogação, conservação e interpretação aplicadas pela pesquisadora Dantas já em laboratório no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA).

Segundo Dantas (2014), para a elaboração de características analíticas é necessário que sejam criadas formas de sistematização das informações. Estes dados provenientes da análise do material arqueológico configuram-se como possibilidades interpretativas a esse respeito Dunnel (2006) acrescenta que; os artefatos são considerados fonte de informações do comportamento de grupos que os utilizaram pela, recuperação desses dados descrevemos e entendemos os comportamentos humanos no passado, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações que acaba por expor determinada forma de comportamento (Dunnel, 2006, p.75).

Nesse sentido, as análises dos materiais resgatados no sítio arqueológico da Fonte da Carioca oferecem informações relevantes para a compreensão do contexto histórico investigado. Entretanto, por se tratar de cultura material, tais informações dependem necessariamente de inferências, uma vez que não existem registros escritos que permitam esclarecer de forma direta os aspectos buscados pela pesquisa. Conforme destaca Dantas (2014), a categoria de materiais classificados como louça foi examinada a partir das diretrizes previamente estabelecidas, de modo que cada peça foi analisada individualmente e, posteriormente, distribuída entre classes e grupos específicos. Nesse processo, cada fragmento foi devidamente alocado e suas informações sistematizadas, a fim de possibilitar uma compreensão mais ampla e integrada do conjunto.

Embora a proposta inicial da pesquisa fosse realizar a análise com base em amostragem, Dantas (2014) observou, ainda durante a triagem, a baixa densidade e a reduzida variabilidade do conjunto. Diante dessa constatação, optou-se pela análise de todos os fragmentos disponíveis. No total, foram exumados setenta e quatro fragmentos de louça, posteriormente organizados em quatro classes vinculadas à tecnologia de produção. A definição dos grupos teve como objetivo obter informações detalhadas acerca de cada objeto e vinculá-las às suas

respectivas funções. Quanto à classificação tipológica, foram estabelecidas as seguintes categorias: faiança, faiança fina, ironstone e porcelana (Dantas, 2014, p. 75).



Quadro 10: Tabela de Distribuição do material arqueológico por tipo de pasta

Fonte: Dantas, 2014, p. 76)

A análise do acervo arqueológico da Fonte da Carioca evidencia a complexidade histórica e cultural que permeia esse importante sítio urbano goiano, revelando como a cultura material preservada no subsolo funciona como um repositório privilegiado de memórias. As classificações e interpretações realizadas por Dantas (2014) demonstram que tanto as louças quanto os fragmentos cerâmicos apresentam atributos formais, técnicos e decorativos que permitem reconstruir práticas cotidianas, relações sociais, escolhas tecnológicas e padrões de consumo dos diferentes grupos que circularam pelo local ao longo do tempo. A predominância de faiança fina entre os fragmentos de louça, associada à baixa representatividade e elevada fragmentação dos demais tipos, reflete dinâmicas históricas específicas, inclusive no que se refere ao acesso a determinados bens e à circulação de produtos em um centro urbano que, embora periférico ao litoral, mantinha forte articulação com mercados externos.



Quadro 11. Imagem de Fragmentos de faiança fina.

Fonte. Dantas, 2014. P. 78.

Por sua vez, a análise técnico-morfológica das cerâmicas, especialmente das peças com decoração plástica ou pintada, permitiu que a pesquisadora identificasse escolhas culturais, práticas tecnológicas particulares e influências estéticas que atravessaram gerações. Fragmentos como bordas, bases, paredes selecionadas e cachimbos mostraram-se fundamentais para compreender tanto elementos do cotidiano quanto a presença de práticas culturais afro-brasileiras, que se expressavam nas materialidades de maneiras sutis, porém persistentes. Assim, o acervo da Fonte da Carioca não se configura apenas como um conjunto de objetos, mas como um conjunto de vestígios que articulam memória, identidade e presença de povos africanos e seus descendentes que historicamente construíram Goiás.

Dessa forma, a análise feita por Dantas (2012) transcrita neste tópico evidencia que a Fonte da Carioca é um lugar de memória, onde passado e presente se entrelaçam continuamente. Através da materialidade resgatada no sítio é possível reafirmar a relevância de preservar e interpretar criticamente o patrimônio arqueológico urbano para compreender as camadas históricas que constituem a cidade. Nesse conjunto, os artefatos confirmam que a fonte é um espaço carregado de significados sociais, simbólicos, existências cujas narrativas precisam ser

continuamente revisitadas. É com esse entendimento que avançamos para o próximo e último capítulo dessa trabalho de conclusão de curso, no qual serão discutidas as materialidades negras presentes no acervo do IGPA e sua articulação com memória, patrimônio e arqueologia pública, que refletem em períodos contemporâneos, também abordaremos questões sobre o patrimônio arqueológico, cujos quais, também refletem culturas ancestrais de diversas categorias, sobretudo, as materialidades negras no acervo do IGPA e como a arqueologia pública tem papel fundamental sobre questões relacionadas à estes temas.

CAPÍTULO 3 Memórias negras, patrimônio e arqueologia pública

O presente capítulo tem por objetivo discutir a relevância das materialidades negras como elementos constitutivos das memórias coletivas afro-diaspóricas, compreendendo-as como testemunhos que articulam temporalidades diversas, desde períodos históricos remotos até suas ressonâncias no presente. Propõe-se, assim, uma abordagem ampliada do patrimônio arqueológico, concebido não apenas como conjunto de vestígios materiais, mas como expressão de sistemas culturais, cosmologias, tecnologias e práticas ancestrais que estruturaram, e continuam a estruturar, modos de existência negra no Brasil.

Nesse sentido, serão analisadas as materialidades de matriz africana e afro-brasileira preservadas no acervo do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), evidenciando como tais artefatos contribuem para a reconstrução de narrativas historicamente marginalizadas. A partir da interpretação crítica desses objetos, busca-se compreender os processos de resistência, preservação cultural e continuidade identitária que emergem das experiências negras no território goiano. Por fim, destaca-se o papel fundamental da arqueologia pública como campo de mediação entre produção científica, políticas patrimoniais e participação social. Argumenta-se que práticas colaborativas e dialógicas possibilitam a revalorização das memórias negras, ampliando o debate sobre patrimônio, identidade e ancestralidade na arqueologia contemporânea e fortalecendo a construção de narrativas mais inclusivas sobre o passado e o presente das populações afrodescendentes.

3.1. Reflexões sobre memória coletiva, ancestralidade e patrimônio cultural afro-brasileiro.

A compreensão das materialidades negras e de seus significados no tempo exige uma reflexão aprofundada sobre os conceitos de memória, ancestralidade e patrimônio cultural. Partindo da noção de lugares de memória proposta por Pierre Nora (1984), é possível entender que objetos, práticas, espaços e narrativas se tornam suportes simbólicos capazes de condensar experiências históricas e afetivas de grupos sociais. Para Nora, a memória coletiva se fixa em marcos materiais e imateriais que emergem quando há risco de ruptura ou esquecimento, funcionando como dispositivos de atualização do passado no presente. Ao dialogarmos com Maurice Halbwachs (1950) e Stuart Hall (1990), ampliamos essa compreensão ao reconhecer que a memória seja individual, seja coletiva não é um depósito estático, mas um processo dinâmico de construção identitária, atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e reconfigurações constantes.

No campo da ancestralidade negra, Joel Rufino dos Santos (1985) e Leda Maria Martins (2002), contribuem para deslocar a discussão da memória apenas como registro para compreendê-la como prática viva. Joel Rufino enfatiza que a ancestralidade se manifesta nos modos de existir, nas corporalidades e nas estratégias de resistência construídas pelas populações negras ao longo da história, constituindo uma arqueologia da experiência que se atualiza no cotidiano. Já Leda Maria Martins, por meio do conceito de espiralaridade¹, evidencia que a temporalidade negra não é linear, mas se organiza em ciclos que entrelaçam passado, presente e futuro, permitindo que gestos, rituais, performances e objetos produzidos por comunidades afro-diaspóricas atuem como dispositivos de rememoração, reencantamento e continuidade histórica. No que se refere ao patrimônio cultural, as reflexões de Maria Cecília Londres Fonseca oferecem um marco fundamental. Para a autora, o patrimônio não se reduz à materialidade preservada, mas corresponde a um campo de disputas no qual determinados grupos lutam pelo reconhecimento de suas memórias e saberes como partes legítimas da história nacional. Essa perspectiva torna-se ainda mais significativa quando articulada às contribuições de Alana Moraes, que discute a noção de patrimônio cultural afro-brasileiro como uma categoria política, construída a partir das vivências, territorialidades e epistemologias negras. Moraes argumenta que os acervos, práticas culturais e espaços de memória vinculados às populações negras representam não apenas heranças históricas, mas tecnologias de sobrevivência e afirmação identitária.

Assim, ao integrar as reflexões de Nora, as reflexões feitas por Halbwachs, Hall, Joel Rufino, Leda Martins (1997) Fonseca e Alana Moraes, compreendemos que a memória negra, a ancestralidade e o patrimônio afro-brasileiro constituem dimensões indissociáveis. Cada uma delas contribui para interpretar as materialidades que compõem os acervos arqueológicos e museológicos, como os existentes no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), não apenas como vestígios do passado, mas como narrativas vivas que atravessam e reconfiguram o presente. Essa perspectiva fundamenta uma arqueologia pública comprometida com a valorização das histórias negras e com o reconhecimento dos saberes ancestrais como

¹ O **Tempo Espiral** de Leda Maria Martins é uma concepção de temporalidade afro-diaspórica em que o passado, o presente e o futuro se interpenetram continuamente, atualizando a ancestralidade através de performances, rituais e oralidades, a autora explica que o tempo para comunidades negras funciona como uma espiral, na qual passado e futuro se entrelaçam em contínua reatualização, a performance ativa o tempo ancestral, que se dobra sobre o presente sem se repetir exatamente MARTINS (1997)

parte constitutiva do patrimônio cultural brasileiro, resguardados por vezes nos lugares de memórias.

Os lugares de memória, segundo Pierre Nora (1984) podem ser compreendidos como, locais, objetos ou símbolos nos quais a memória coletiva de um grupo ou nação esteja preservado. Eles funcionam como marcadores que conectam o passado ao presente, ajudando a manter viva a lembrança de eventos e identidades, e podem ser físicos (monumentos, museus), simbólicos (comemorações) ou imateriais (canções, lendas). A sua existência pressupõe uma "vontade de memória", ou seja, uma intenção intencional de perpetuar essas lembranças materializando-as em espaços ou objetos; esses lugares de memória Podem ser tanto elementos materiais quanto imateriais. Nora os descreveu como "restos" e "sinais" de uma memória que não se perdeu, segundo Nora a função principal desses lugares é servir como ponto de ancoragem para a memória coletiva, contrapondo-se à história, que busca uma narrativa mais objetiva e distanciada, a exemplo de Monumentos, museus, arquivos, prédios históricos, comemorações, datas comemorativas, estátuas, nomes de ruas, objetos e até mesmo músicas e fontes como a fonte da carioca em Goiás. Nessa obra a autora convida a refletir sobre a diferença entre "lugar de memória" e "lugar de história" segundo ela; um lugar se torna um "lugar de memória" quando há a intenção consciente de um grupo de preservar um significado para ele. Caso contrário, ele é apenas um "lugar de história", um registro neutro do passado, como uma rua ou um edifício qualquer.

Neste capítulo, abordaremos sobre materialidades negras cujas quais, evocam memórias de períodos passados, mais especificamente do período colonial, mas, mesmo após séculos, ainda refletem na cultura das comunidades negras atuais e dos demais grupos contemporâneos. Também serão discutidas questões relacionadas ao patrimônio arqueológico, o qual expressa culturas ancestrais de diferentes categorias, no entanto, atendo-nos à cultura material dos povos afrobrasileiros. Além disso, abordaremos esses artefatos por um viés interpretativo das materialidades negras da Fonte da Carioca presente no acervo do IGPA, e que de alguma forma se resignificaram nas peças e utensílios cerâmicos confeccionados pelas mãos de Dona Maria da Graça, conhecida como dona Chica. Nesse sentido nós faremos valer das reflexões e da importância do papel da arqueologia pública em reflexões e discussões sobre temas como o descrito nessa pesquisa.

Nesse sentido, busca-se evidenciar neste trabalho a necessidade de compreender as memórias negras como parte do patrimônio das populações afro-brasileiras, capaz de assegurar

a continuidade de sua cultura ao longo do tempo. É fundamental lembrar que, à medida que o desenvolvimento social e tecnológico avança, muitos costumes são abandonados, e, em decorrência desse processo, a memória e a identidade desses grupos tendem a permanecer cada vez mais no passado, desaparecendo aos poucos dos costumes dos grupos que vivem o hoje. Deve-se ressaltar também que os processos históricos, de forma recorrente, estimularam entre as populações afro-brasileiras a valorização de culturas ocidentais, levando sua própria cultura ao esquecimento. Por outro lado, esquece-se também práticas e tradições próprias, cuja importância é singularmente significativa a partir do viés do relativismo cultural.

Segundo Mendes (2020, p, 22), o relativismo cultural apresenta três significados complementares. Primeiramente, qualquer elemento de uma cultura só pode ser compreendido em relação aos demais componentes que a constituem, adquirindo sentido apenas dentro desse conjunto. Em segundo lugar, sua validade depende do contexto em que está inserido, ou seja, de sua posição dentro dos diferentes níveis de conteúdo que estruturam a cultura à qual pertence. Além disso, as culturas são relativas, uma vez que não existe cultura ou elemento cultural dotada de caráter absoluto ou considerada perfeita em si mesma. Cada cultura é adequada para o grupo que a vivencia, na medida em que nela se expressa e se realiza. Desse modo, não há um padrão universal para julgar, de forma certa, o que é certo ou errado, belo ou feio entre sociedades distintas, pois cada uma carrega em si seus próprios critérios de avaliação. As culturas, portanto, são equivalentes, e não é possível estabelecer uma escala de valor que lhes atribua graus de perfeição. É incorreta, assim, a antiga concepção que organizava a diversidade cultural como uma passagem da “infância” para a “maturidade” da humanidade. O relativismo cultural não consiste apenas na suspensão de juízo em razão da ausência de critérios objetivos para classificar culturas; trata-se de uma afirmação positiva de que todas possuem igual validade, por representarem diferentes formas de o ser social vivenciar sua própria humanidade.

Assim, pressupõe-se, que não há importância maior a outros grupos culturais e seus costumes e que a arqueologia possui a capacidade de acessar culturas desconhecidas e, sobretudo, de mantê-las vivas ao longo do tempo, através de análises registro e publicações sobre as mesmas. Isso se torna evidente quando consideramos que, por meio de um projeto de restauração da Fonte da Carioca desenvolvido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e coordenado por Dantas (2014), identificou-se materialidades supostamente relacionadas aos costumes de povos africanos da diáspora, cuja agência se

expressa na forma e decoração dos objetos confeccionados para uso do grupo, sem deixar de refletir práticas culturais próprias.

Para Pereira (2017), o patrimônio arqueológico relacionado às populações negras possui potencial para promover o diálogo com a sociedade, permitindo que os grupos africanos e afrodescendentes que se reconhecem nas materialidades encontradas se expressem e tomem para si as materialidades que expressão não apenas a identidade de seus antepassados, mas também evidência a perpetuação de saberes milenares que sobreviveram as adversidades a travessia dos mares e os tempos. O estudo dessas materialidades apresenta uma nova história onde grupos subalternizados são protagonista de episódios até então desconhecido da história oficial do Brasil e de Goiás. Essas materialidades compõem o patrimônio cultural afrobrasileiro e contribui para estimular reflexões acerca das maneiras pelas quais esses grupos se organizaram redefinindo padrões socioculturais e utilizando dos mesmos como instrumentos de resistência a situação de opressão em que viviam.

Em se tratando de patrimônio afrobrasileiro afirma Moraes (2020) que ele não cabe nas prateleiras estreitas do conceito monumental. Ele pulsa como uma constelação de práticas, saberes, territorialidades e inscrições corporais que atravessam o tempo e devolvem ao presente a vitalidade do passado. Como destaca Alana Moraes, esse patrimônio não é apenas algo que se “preserva”; ele é sobretudo uma forma de existir o mundo, uma política de presença que afirma vidas negras diante das violências históricas que tentaram silenciá-las.

Para Moraes (2020), a experiência afro-diaspórica produz uma territorialidade insurgente, feita de encruzilhadas, roças, quintais, casas de axé, festas, cortejos, quilombos urbanos e rurais que resistem às cartografias oficiais. O patrimônio afro-brasileiro se manifesta como prática viva, atravessando disputas por memória, terra e reconhecimento. Ele consiste tanto nos objetos e espaços quanto nos gestos e saberes que reencenam o vínculo com a ancestralidade. Autores como Leda Maria Martins em suas afrografias (1997), acrescentam a essa leitura uma dimensão temporal complexa evidenciando que o patrimônio afro-brasileiro emerge dentro de um tempo espiralar, onde passado, presente e futuro se enroscam como fios de um mesmo tecido. Os rituais, as danças, os toques de tambor, as grafias dos corpos modos de ser e fazeres atualizam continuamente a presença dos ancestrais, tratando o patrimônio como experiência performativa, não como vestígio morto.

Nessa perspectiva, Muniz Sodré (2006) acrescenta que compreende a cultura negra como um sistema de “corponarrativas” que reinscreve a história na carne e objetos, onde memória e política se fundem. A esse respeito Beatriz Nascimento lembra que os quilombos são mais que um sítio Histórico; são uma forma de mundo, uma filosofia territorial que sustenta práticas de liberdade. Assim, o patrimônio afro-brasileiro não se reduz à materialidade arqueológica, embora ela seja fundamental para revelar as arquiteturas de resistência erguidas por pessoas escravizadas. Ele abrange também saberes etnobotânicos, tecnologias de cuidado, culinárias, modos de fazer e devires comunitários que não cabem na rigidez da burocracia patrimonial.

A arqueologia contemporânea, especialmente a arqueologia da escravidão e a arqueologia pública, tem ampliado sua escuta para dialogar com essas epistemologias negras. Pesquisadores como Pedro Paulo Funari, André Prous, Carolina Aguiar, Nívia Pombo e Sidney Chalhoub, apontam que os vestígios materiais das populações escravizadas precisam ser lidos junto às narrativas orais, aos silêncios e às memórias comunitárias, evitando interpretações que reproduzam perspectivas coloniais. No entanto a arqueologia da escravidão tem sido ressignificada a partir de pesquisadores que acumulam além de conhecimento formação e pesquisas o fato de serem ser quilombolas com Rosinalda Simoni, e afrodescendentes como Irislane Moraes, Patricia de Carvalho, essas arqueólogas respaldadas pela metodologia/conceito de autoarqueologia criado por Raquel Egmann. A autoarqueologia pode ser entendida como uma abordagem epistemológica e metodológica que propõe que sujeitos pertencentes a grupos historicamente silenciados como povos indígenas, quilombolas, populações negras e comunidades tradicionais atuem como protagonistas na interpretação, produção e validação do conhecimento arqueológico sobre si mesmos.

Essa metodologia rompe com o paradigma colonial da arqueologia clássica, deslocando o pesquisador “externo” para um papel de mediador, e não de porta-voz exclusivo dos significados atribuídos aos vestígios culturais. A presença cada vez mais frequente de afrodescendentes e indígenas na arqueologia tem fomentado não apenas o uso da autoarqueologia mas reforçado a ideia de uma arqueologia também viva e pulsante (Simoni, 2024). Nesse ecossistema plural, o patrimônio afro-brasileiro assume o formato de arquivo vivo, no qual samba de roda, capoeira, lugares sagrados, tecnologias agrícolas, territórios quilombolas, festas religiosas e sítios arqueológicos são camadas de uma mesma história de invenção e resistência.

Ele resiste à lógica classificatória que separa material e imaterial, porque, para os povos negros e ameríndios e seus mundos são vistos e vivenciados como um único organismo. Um objeto não existe sem o gesto que o produz; um território não existe sem a memória que o legitima; um rito não existe sem a ancestralidade que o sustenta (SIMONI,2024). Pensar o patrimônio afro-brasileiro, à luz de Alana Moraes e dos demais autores citados acima, é reconhecer que esse patrimônio não pode ser visto como estático. Pois ele desloca, cria, renova e incomoda. Muda com o corpo que dança, com a luta pela terra, com a escrita que recupera histórias silenciadas, com as disputas urbanas que reafirmam a presença negra nas cidades. Ele é, acima de tudo, um projeto de um presente que também é futuro, onde a memória ancestral se transforma em força política para produzir novas paisagens de liberdade (Simoni,2024).

Nesse contexto a arqueologia nos permite uma nova leitura no que tange a interlocução entre passado, presente e projeções futuras. Permite ainda a análise dos significados destes lugares sagrados de sociabilidade, construídos pelos grupos ao longo dos processos de resignificação de suas filosofias, organização socio espacial, mítico-espiritual e, sobretudo, de como estes espaços são negociados entre os membros desses grupos, no intuito de que expressem mais que uma ideia geral ou modelo cultural, mas também uma apropriação e intencionalidade não prevista em modelos ideais pelos que ali transitam enquanto pertencentes a grupos até então marginalizados historicamente. (Pereira, 2017, p. 25, 26).

No contexto desta pesquisa, a análise dos artefatos provenientes da Fonte da Carioca, evidenciaram a presença de costumes de seus antigos usuários, os quais conferem significado a muitos grupos contemporâneos que com eles se identificam. Dessa forma, a arqueologia contribui não apenas para a salvaguarda do material arqueológico, mas para evidenciar outras presenças não descritas em documentos oficiais. Essas presenças se tornam então elementos transformadores que permitem a releituras de histórias hegemônicas como as que margeavam o sítio Fonte da Carioca. Reescrevendo a história local a partir das materialidades analisadas que contribuem para a perpetuação de novas memórias coletivas afrogoianas. Assim espaços de salvaguarda e análises desses materiais são “escolas” convidativas a pensar novas formas de interpretações considerando que as materialidades afrobrasileiras representam muitas áfricas e em cada uma delas resguarda a memória e saber de um ou mais grupos africanos; assim como afirmam os autores afrocentrados citados nesse tópico.

E foi na busca por esse repensar o sítio fonte da Carioca e suas materialidades negras que essa pesquisa se iniciou e se “fecha “ não por acreditar que se está findada ,mas por crê que

após leituras e reanálises o acervo demonstrou ter muito a acrescentar ao que já foi descrito e pensado; porém para essas reflexões necessitaremos de mais leituras pesquisas e análises, a coleção em si merece ser revisitada e é de nosso interesse seguir inferindo analisando e reescrevendo a história desse sítio arqueológico que também é negro.

Por acredita que todos esses materiais arqueológicos têm a capacidade de evocar memórias dos grupos que os fizeram e utilizaram, nos ativemos em refletir as materialidades associadas a cultura africana e afrobrasileira, e partir delas buscamos por moradores afrodescentes que se identificavam com as materialidades cerâmicas ou que delas ainda vivem como é o caso de dona Chica; essa ceramista anciã de quase oitenta anos utiliza a técnica de roletes é uma das provas deque o passado que as cerâmicas encontradas na fonte da Carioca e analisadas demonstrou/comprovou ainda é latente na memória individual e no saber fazer de dona Chica e de outras ceramistas de Goiás elevando essa memória e saber fazer cerâmico a uma memória coletiva pulsante entre os afro-goianos.

Segundo Tognoli (2009, p. 125) não haveria passado se não houvesse memória e, consequentemente, não existiria história. a memória representa o ponto de interseção entre a identidade do indivíduo e a história de vida que o moldou, assim como é da memória coletiva pode ser pensada como um elemento construtor de identidade de um povo. Nesse sentido, a memória deve ser pensada pelo viés de que ela não é estanque assim como os indivíduos e seus grupos ela está em constante modificação, permanecendo viva mesmo sendo ressignificada dentro dos grupos.

Para Halbwachs (2006, p.77 apud Tognoli, p. 127), não existe memória individual isolada, ou seja, ela está atrelada as memórias dos demais integrantes do grupo, isso porque o ser humano antropológicamente falando é um ser relacional. Não há como não ser influenciado pelo meio em que se está inserido. Nesse sentido, ao nos referirmos ao saber fazer cerâmico e demais atividades cotidianas de grupos afro-brasileiros, não há como dissociar totalmente as práticas sociais das memórias coletivas dos grupos que as fizeram e de seus ancestrais. Sendo assim, todo indivíduo está sob influência do meio em que vive, dos costumes.

Em suma para Maurice Halbwachs (1990), a memória não é um ato individual isolado, mas um fenômeno social, construído e sustentado pelos grupos aos quais pertencemos. O autor afirma que toda recordação somente se torna possível porque existe um conjunto de referências coletivas que orienta aquilo que cada indivíduo pode lembrar. Assim, a memória é um processo social que se forma, se organiza e se preserva no interior dos grupos, constituindo aquilo que denomina de *memória coletiva*. Nessa perspectiva, a memória desempenha papel fundamental na continuidade e na coesão do grupo social. Ela constitui o fator mais importante para manter vivo o coletivo, permitindo que sua identidade cultural seja preservada de maneira duradoura.

Embora esteja sujeita a transformações ao longo do tempo, a memória coletiva fornece estabilidade simbólica e histórica, tornando possível que o grupo mantenha sentidos compartilhados, mesmo diante de mudanças sociais e temporais.

Nessa perspectiva a ancestralidade é um componente indissociável da memória, pois é por meio dela que se herda não apenas a carga biológica, mas também os vínculos simbólicos que conectam o presente ao passado. As práticas, os costumes, os gestos, os modos de vida e os saberes transmitidos entre as gerações constituem formas concretas de atualização da memória coletiva. Desse modo, tradições, rituais, ética, valores morais, conhecimentos ancestrais e expressões religiosas, saberes e fazeres são mantidos e ressignificados no tempo, com o tempo reforçando as ligações entre os membros do grupo e seus antepassados. Portanto, seguindo Halbwachs (1990), a memória coletiva é o tecido que sustenta a continuidade histórica e cultural do grupo. Ela funciona como uma estrutura viva que articula passado, presente e futuro, assegurando a permanência das identidades e dos saberes ancestrais que dão sentido à existência coletiva, essas memórias e suas materialidades compõem o vasto patrimônio cultural afro-brasileiro. Esse patrimônio cultural se distingue em vários aspectos mesmo sendo inerente as memórias individuais e coletivas ele demonstra resiliência resultando na permanência de saberes fazer como a cerâmica do século XIX encontrada nas pesquisas da fonte da Carioca, presente nas cerâmicas confeccionadas por dona Chica. A permanência desses saberes ancestrais, entre lugares e tempos e que proporcionaram a dona Chica, mestra do saber do Quilombo Alto Santana, a capacidade de recriar através da mesma técnica sua cerâmica reconhecida pela beleza e precisão ao longo dos anos. No próximo tópico descreveremos as impressões do trabalho de dona Chica e de seu saber fazer cerâmico, abordando a partir de sua narrativa o seu ofício de ceramista.

3.2. Impressões do saber fazer de uma mestra do saber cerâmico (Maria da Graças, dona Chica do quilombo Alto Santana dona Chica)

O quilombo Alto Santana é um quilombo urbano antes conhecido como bairro Alto Santana. A comunidade se localiza na Cidade de Goiás-GO, lá vivem aproximadamente 230 famílias. Ela foi reconhecida como quilombo em outubro de 2017, pela Fundação Cultural. Com este reconhecimento institucional. A sua localização aponta para um quilombo urbano que se desenvolveu na elevação do Morro das Lages. Situado atrás da Igreja Nossa Senhora do Rosário e próximo à Igreja Santa Bárbara, a qual faz parte de seu território. A história da formação do

bairro hoje denominado quilombo remete ao fluxo migratório do período da mineração, responsável pelo deslocamento de pessoas negras trazidas na condição de escravizadas como mão-de-obra no trabalho de exploração, ao final do período escravocrata os libertos foram se agrupando em áreas periféricas, como o bairro Alto Santana, a eles se juntaram imigrantes negros em busca de trabalho e moradia migratório proveniente do estado da Bahia.

A vulnerabilidade da população negra na Cidade de Goiás, que se perpetuava no século XX, foi mencionada por Tamaso (2007) onde ela afirma que a população negra da Cidade de Goiás continua se enquadrando entre os menos favorecidos socialmente, encontrando-se em condição de subalternização a esse respeito Spivak, 2014) e a estigmatização social (Goffman, 2008). Em suma, a História do Quilombo Alto Santana os remete a inúmeras outras que ainda sofre com os reflexos dos anos de escravização. É nesse contexto e bairro que reside dona Maria da Graça (dona Chica), mulher negra anciã, doceira, artesã, que produz painéis e peças em barro de forma completamente artesanal, sem o uso do torno, preservando as características do estilo de sua ancestralidade africana e participa da Associação dos Artesãos de Goiás, localiza na Igreja do Rosário da qual ela é uma das fundadoras. Dona Chica é a personalidade, mas conhecida da comunidade não apenas por seus atributos, mas por sua presença e força. Durante as pesquisas visitamos o ateliê de dona Chica e o que segue agora são parte de suas narrativas sobre o seu saber fazer.

A visitar ao Quilombo Alto Santana, ocorreu nos dias xx de xx e foi um encontro muito significativo com a mestra ceramista dona Chica, que recepcionou de maneira afetuosa, em conformidade com os costumes tradicionais das comunidades do interior. Ela nos convidou para que se sentasse em sua varanda. Não foi pensado nem construído um roteiro formal de entrevista isso porque já conhecíamos a suas cerâmicas ali estávamos como ouvintes atentos ao que ela quisesse contar. Assim durante a conversa, lhe perguntamos sobre seu nome, revelou-se que seu nome de registro é Maria das Graças, informação que contrariou a suposição inicial de que “Chica” fosse seu nome próprio. Conforme relatado por ela, esse apelido acompanha sua vida desde a infância. Após seu nascimento, sua mãe comunicou a seu irmão Antônio que havia nascido uma menina. Ao aproximar-se da recém-nascida e constatar que realmente se tratava de uma menina, o irmão atribuiu-lhe imediatamente o apelido “Chica”, que desde então passou a ser utilizado por toda a comunidade, assim ela se tornou a Maria da Graça que é conhecida como Chica nome com o qual ela assina suas peças.

A conversa seguiu com ela narrado entre risadas o “batizado “que seu irmão organizou para chamá-la de Chica.”...Minha mãe falou para ele assim: ‘Ô Toin, nasceu uma mocinha aí, Antônio’. Aí ele se aproximou e disse: ‘É chica, né mãe? É chica, né mãe?’...” narrativa coletada durante visita em 21 de setembro 2025. Dona Chica encontra-se atualmente em idade avançada e reside sozinha em uma casa na companhia de três cachorros, que lhe fazem companhia. Segundo relatou, um de seus filhos mudou-se para sua residência com o propósito de cuidar dela em razão dos problemas de saúde que a têm acometido; contudo, ele não permanece em casa com frequência. As dificuldades, oriundas das doenças cardíacas e reumatológicas não retiraram de dona Chica a grande paixão por seu ofício de ceramista. Ao ser indagada sobre como aprendeu ela afirmou que aprendeu a produzir cerâmica observando os mais velhos, aperfeiçoando posteriormente a técnica com o auxílio de sua irmã mais velha, que também era ceramista e lhe ensinou o ofício. Algumas das panelas que Dona Chica produz apresentam decorações, embora a maioria possua superfície lisa, com a aplicação de alguns adornos na parte externa, além das panelas ela produz pratos, potes, travessas jarro de diversos tamanhos copos e até cachimbos. Segundo ela, as decorações incisas feitas nas superfícies externas foram aprendidas com uma tia irmã de seu pai já falecida. Essa tia, Dona Ilda, era uma paneleira antiga da cidade de Goiás, e foi com ela que ocorreu o aprendizado dessas técnicas decorativas. Nas palavras de Dona Chica: “...Isso eu aprendi com minha tia, parente do meu pai; não era tia minha, não, era tia do meu pai, Dona Ilda, paneleira velha, antiga aqui do Goiás. Foi com ela que eu aprendi a fazer....” narrativa coletada durante visita em 19 de outubro 2025.

Dona Chica também relatou o processo de confecção dos vasilhames cerâmicos que costuma produzir. Segundo ela, a fabricação da cerâmica se inicia com a busca do barro (argila) na olaria da cidade de Goiás. O processo de produção de um pote geralmente leva cerca de um dia para ser concluído, quando iniciado cedo, por volta das sete horas da manhã; por volta das dezessete horas, a peça já está finalizada. Esse processo é realizado paralelamente ao trabalho de sua irmã. Ambas produzem diversos tipos de utensílios para que haja maior aproveitamento na etapa de queima. Ao final da modelagem dos vasos e potes, e demais peças são organizadas para a queima da seguinte maneira; inicialmente, os recipientes de maior porte são dispostos sobre a fornalha, ocupando todo o espaço disponível. Em seguida, nos pequenos intervalos entre jarros e potes, são colocadas peças de menores dimensões, de modo que todos os artefatos produzidos por ela e sua irmã passem pelo processo de queima, o qual normalmente dura toda a noite a esse respeito ela acrescenta:

A fabricação de um pote é rapidinho, num instante a gente faz. Um pote, eu começo ele cedo, sete horas por aí; quando for ali por umas cinco horas, ele já tá pronto. Então a gente pega e vai pondo as peças aqui de roda. Eu gosto de fazer pote e vaso porque enche logo o fundo do forno, aí a gente vai fazendo as pecinhas e encaixando por cima. Coloco os vasos primeiro e depois encaixo as pecinhas miúdas; aí pego aquela lata...”referindo-se a uma folha de zinco usada como tampa do forno “e tambo. ..”Aí eu toco fogo aqui o dia inteiro; quando é ali pelas cinco horas, seis horas, o fogo sobe e aí clareia as vasilhas. Elas têm que ficar pretinhas, da cor de carvão primeiro, pra depois ficar vermelhas. Aí no outro dia, tira a lata, aí desenforna. Nessa hora as vasilhas já estão frias, às vezes quentes, às vezes mornas; aí a gente vai carregando as peças e colocando lá na frente. Minha irmã morava aqui nessa casa” referindo-se à casa ao lado “quando ela ensinou eu a fazer as panelas (narrativa coletada por durante visita em 19 de outubro



2025).

Imagem 32. Peças fabricadas por dona Chica.

Fonte: Cardoso



Imagem 33. Peças fabricadas por dona Chica.

Fonte: Cardoso



Imagem 34. Peças fabricadas por dona chica.

Fonte: Cardoso

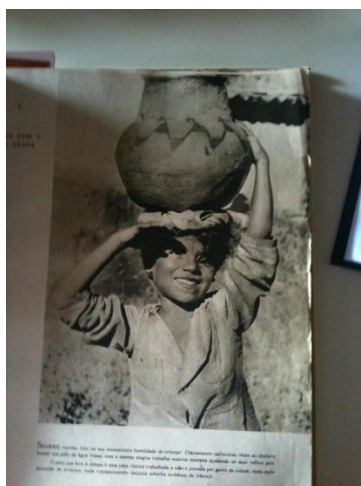


Imagem 35. Pote cerâmico menino carregando água início século 20.

Fonte: Acervo Frei Simao Dorvi.

Ao compararmos a decoração feita por dona Chica com a decoração de uma das peças resgatadas na fonte da carioca, é possível identificar uma leve semelhança. O que pode indicar, além da tradição cerâmica que faz parte da vida da comunidade afro-brasileira da cidade de Goiás, a continuidade do processo de manufatura de utensílios em cerâmica, trazido da África e sua continuidade na diáspora. Há uma pequena diferença tanto na pasta quanto na coloração da

peça. Embora a superfície do artefato esteja erodida, ainda é possível identificar o formato da decoração, que imita uma espécie de botão de rosa. Como mencionado anteriormente, a tradição é transmitida de geração em geração; contudo, ao longo desse processo podem ocorrer mudanças que alteram tradições, costumes e outros legados comumente compartilhados entre os indivíduos de um determinado grupo. Essas transformações, mesmo quando sutis, evidenciam a dinâmica cultural e mostram como práticas herdadas se adaptam ao tempo sem perder sua essência. Nesse sentido, Tognoli (2009, p. 128), afirma que “a memória consiste em trabalho, não é apenas um imaginário, um sonho, pois lembrar não seria reviver, mas sim reconstruir, na atualidade, as experiências do passado.”

Dona Chica ao ser abordada sobre a confecção de cachimbos, afirmou que, embora seja fumante, não costuma mais produzi-los, mesmo sabendo, pois, cresceu vendo a mãe e as demais ceramistas de sua família produzindo. O processo de produção, realizado por pessoas de seu grupo social, consistia em moldar uma bola de argila, fazer um furo inicial e, em seguida, modelar as paredes internas. Posteriormente, era realizado um segundo furo, no qual seria encaixada a haste; para isso, utilizava-se um pedaço de madeira que auxiliava na modelagem. Após a conformação da peça, a madeira era retirada, e o cachimbo era colocado no forno para a queima. Somente após esse processo a haste era novamente encaixada, finalizando o artefato. Sobre o porquê não faz mais cachimbo ela afirma; “...Fazer cachimbo não é custoso, não. Eles fazem um tufo assim, fura e faz outro e põe assim. Depois põe um pau para poder modelar, e depois da queima eles colocam um pau para poder puxar a fumaça....” narrativa coletada por Ribeiro durante visita em setembro de 2025.

Assim a convidamos a confeccionar um cachimbo para fins comparativos neste trabalho, isso depois de falar das peças encontradas no sítio Fonte da Carioca, ela afirmou:

“...Faço, faço sim. Não vai sair bonito não, mas eu faço sim. Eu nunca fiz, mas vai ser o meu primeiro. Eu pito desde menina e nunca larguei de pitar, mas nunca fiz cachimbo, não eu fumava no que mãe fazia...” narrativa coletada em setembro de 2025.

Ficamos no ateliê por horas e Dona Chica segue relatando as experiências adquiridas como mestre ceramista ao longo de seu período exercendo esse ofício. Segundo ela, as panelas de barro são utensílios que têm boa saída comercial, sendo frequentemente adquiridas por pessoas com melhores condições financeiras. Dona Chica costuma levar seus trabalhos para eventos a fim de realizar vendas; contudo, em sua última experiência, ocorrida em Pirenópolis, as vendas não foram tão satisfatórias, e sua saúde precária a impedem de viajar, desde setembro

ela não produz mais esteve hospitalizada por quase um mês e ainda não se recuperou ao ponto de voltar a trabalhar assim ficamos sem o cachimbo que segundo ela fara quando sarar.

Dona Chica é uma senhora bastante dedicada ao seu trabalho como paneleira, e seu relato reforça o processo de transmissão de tradições, de memória e, sobretudo, a constituição de uma identidade coletiva. Trata-se de um exemplo de uma pessoa que realiza seu ofício com prazer, buscando reviver suas memórias nas materialidades que produz e ensinando aos seus o ofício que é familiar. A preocupação de dona Chica em manter o seu ofício vivo fez dela mestra professora ela recebeu diariamente muitos alunos do curso de artes para oficinas de cerâmica. Sua postura permite que saberes como o seu não se percam ao longo do tempo. A mestra deu à luz cinco crianças, entre as quais não há mulheres e, por esse e outros motivos, sua descendência não demonstra interesse pelo ofício. Por isso ela sua irmã e sobrinhas se dedicam ao ofício e ao ensinar quem deseja aprender.

Devida a sua debilidade física que vem se agravando ela relata sentir dificuldades para continuar trabalhando com cerâmica. Na última visita realizada ao seu ateliê, ela não se encontrava devido a um novo problema de saúde que ocasionou outra internação.

4 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo evidenciar a relevância dos artefatos arqueológicos resgatados no Sítio Arqueológico da Fonte da Carioca, ressaltando seu valor enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro, assim como produzir um flyer de divulgação desse acervo no intuito de incentivar outros arqueólogos a pesquisar sobre o mesmo e demais coleções da cultura negra. Acreditamos que as evidências apresentadas na releitura do relatório sobre as análises das peças; contribuíram para a compreensão da importância das materialidades negras associadas às populações afro-diaspóricas que habitaram a cidade de Goiás. O acervo arqueológico proveniente da Fonte da Carioca possibilitou e possibilita o inferir práticas, técnicas e dinâmicas cotidianas dessas populações, cuja presença, embora fundamental, foi historicamente silenciada e marginalizada no contexto Goiás capitania. Assim, este estudo contribuiu para reforçar a necessidade de reconstrução de narrativas apagadas e para o reconhecimento da agência histórica desses grupos.

Apesar das limitações encontradas ao longo da pesquisa, especialmente na tentativa de estabelecer uma relação direta entre os artefatos arqueológicos e a cerâmica contemporânea produzida por Dona Chica, não foram identificados dados suficientemente consistentes para essa associação. Contudo, o estudo aponta caminhos importantes para a valorização dessas materialidades e para a compreensão de sua permanência histórica. A cerâmica de Dona Chica constitui um patrimônio imaterial de grande relevância, pois expressa um saber-fazer transmitido intergeracionalmente no Quilombo Alto Santana. Trata-se de uma tradição que atravessa gerações desde sua mãe tia e irmã até a própria artesã, revelando um repertório técnico, simbólico e identitário profundamente enraizado. Assim o ofício cerâmico, praticado desde os períodos pré-coloniais e profundamente reelaborado pelas populações africanas e afro-brasileiras, projeta o protagonismo negro na construção sociocultural da cidade de Goiás. Mestres e mestras de notório saber, como Dona Chica, desempenham papel essencial na preservação desse patrimônio, pois suas práticas mantêm vivos conhecimentos ancestrais relacionados à tecnologia cerâmica, aos modos de vida, às memórias coletivas e ao sentido de pertencimento comunitário. Esses mestres constituem pilares para a continuidade dos saberes afro-brasileiros, reafirmando a importância da transmissão oral e prática, bem como o papel central da ancestralidade na formação da identidade cultural do grupo.

Além disso, este estudo reforça a necessidade de ampliar e aprofundar as pesquisas sobre materialidades negras no estado de Goiás, especialmente por meio de análises comparativas, estudos etnoarqueológicos, autoarqueologia e investigações que articulem arqueologia, antropologia história e curadoria. A abordagem interdisciplinar mostra-se fundamental para a compreensão da tecnologia cerâmica, dos padrões decorativos e das possíveis continuidades históricas entre comunidades afro-brasileiras e seus antepassados.

Destaca-se, ainda, o papel fundamental desempenhado pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) na salvaguarda, curadoria e preservação desse acervo. Sua atuação contribui de forma decisiva para a manutenção do patrimônio arqueológico e etnográfico, bem como para o fortalecimento da arqueologia pública, promovendo a divulgação, o reconhecimento e a valorização das narrativas afro-brasileiras.

Em síntese, embora as evidências apresentadas não permitam estabelecer uma relação direta entre a tradição cerâmica de Dona Chica e práticas cerâmicas africanas do período colonial, este estudo demonstra a permanência de uma tradição artesanal profundamente vinculada à identidade, à memória e à ancestralidade de um grupo quilombola. Essa

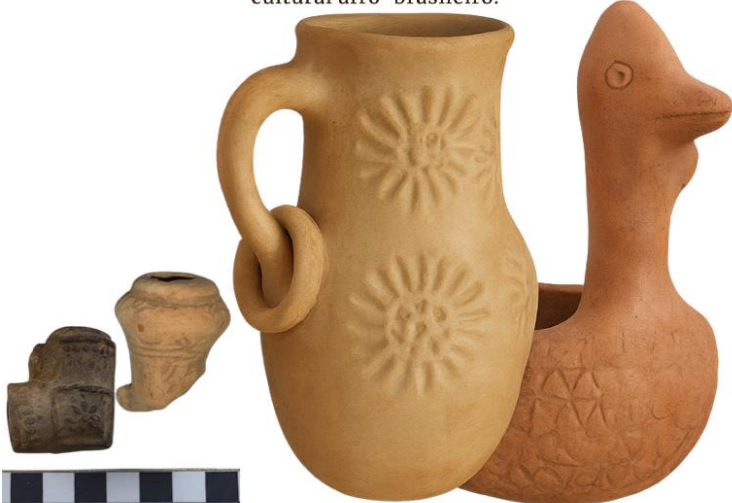
continuidade evidencia a vitalidade de uma herança cultural que transcende gerações e se manifesta tanto nos artefatos quanto nos saberes de seus praticantes. Por fim, este debate permanece aberto e aponta para a necessidade de futuras pesquisas que busquem explorar de forma mais profunda as múltiplas camadas de continuidade cultural presentes nos objetos, nas tecnologias, nos cachimbos cerâmicos, nos modos de vida e nas memórias de comunidades afro-brasileiras da região.

5. Anexo.



**Materialidades e Memórias Negras no
Acervo do IGPA: O Sítio Arqueológico da
Fonte da Carioca**

A pesquisa teve como objetivo evidenciar a importância dos artefatos resgatados no Sítio Arqueológico Fonte da Carioca, destacando seu valor enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro.



O estudo foi realizado a partir do acervo do Instituto Golano de Paleontologia e Antropologia (IGPA), com foco específico nos artefatos cerâmicos encontrados no sítio arqueológico.

**Cerâmica de Dona Chica como possível
continuidade cultural**

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosinalda Correa da Silva Simoni
Orientando: Gustavo Ribeiro Cardoso

^[1] A pesquisadora Margareth de Lourdes Souza é historiadora e arqueóloga com formação pela PUC-GO e USP, atualmente, atuando no IPHAN. Ela tem se dedicado à arqueologia histórica de Goiás, incluindo o estudo de caminhos coloniais, como os segmentos da Estrada Real e a Picada de Goiás no século XVII.

^[2] Para saber mais consultar: ORSER, Charles E. (1998); Funari, Pedro Paulo (2003); Agostini, Camilla (2009); Simoni, Rosinalda (2025); ENGMANN, Rachel (2019).

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camila. Agência, prática e cultura material: aportes teóricos para a arqueologia contemporânea. *Revista Habitus*, v. 14, n. 1, p. 71–89, 2016.

AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/c6cjmwwLsHwGyCZZ7pYkCMn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2025.

AGOSTINI, Camila. Materialidades e biografias dos objetos: caminhos interpretativos na Arqueologia Histórica. In: SYMANSKI, Luís Cláudio *et al.* **Arqueologia Histórica no Brasil: diálogos, objetos e métodos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

AGOSTINI, Camila. Objetos vivos, memórias ativas: reflexões sobre materialidades e agência na arqueologia histórica. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 94–110, 2013.

AGOSTINI, Camila; SYMANSKI, Luís Cláudio. Entre coisas e pessoas: agência, materialidade e prática social. In: SYMANSKI, Luís *et al.* **Arqueologia da diáspora africana no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Verano, 1994.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Aproximações entre etnografia arqueológica e modos de fazer cerâmica em Itamatatuiua**. 17f. Trabalho (Conclusão de Curso Graduação em Arqueologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BAIOCHI, Mary Nazaré. **Kalunga: o povo da terra**. Brasília: Ministério d Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1983.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: UFG, 1978.

CESTARI, Glauba Alves do Vale *et al.* Saberes tradicionais e interações na produção artística cerâmica em Itamatatua: abordam inovação, design e significados identitários. 2022. **Estudos em Design**, 2022. Disponível em:

<https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/198/175> Acesso em: 12 dez. 2025.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, 2011. Disponível em:

<https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae0f9fc.pdf> Acesso em: 12 dez. 2025.

COSTA, Ricardo da. **Estrada Real**: patrimônio, turismo e identidade. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

DANTAS, C. L. **Relatório técnico do Projeto Fonte de Memórias**: Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca. Documento técnico essencial sobre as escavações e achados arqueológicos na Fonte da Carioca, coordenado pela arqueóloga Cristiane Loriza Dantas. (2014).

ENGMANN, Rachel Ama Asaa. **Autoarchaeology**: abordagem de pesquisa a partir da descendência e vínculo com sítios patrimoniais. Christiansborg Archaeological Heritage Project, Clark University, 2021.

FERREIRA, L. A.; Guimarães, M. (orgs.). **Patrimônio cultural afro-brasileiro**: reflexões e práticas. Salvador: EDUFBA, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia histórica**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia histórica**: princípios, métodos e práticas. Campinas: UNICAMP, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia e patrimônio cultural no Brasil urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 21-45, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleção, museu e patrimônio. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural e a diáspora. In: WOODWARD, Kath (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HAUL, Nars Fayad. **Andanças pelos caminhos de Goiás**: história do povoamento e da formação territorial. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fonte da Carioca**: História, restauro e memória. Superintendência de Goiás, 2012.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**: Dossiê Temático. Brasília: IPHAN, 2016.

LAROCHE, Cheryl Janifer. **On the edge of freedom**: free Black communities, archaeology, and the Underground Railroad. 370f. Tese (Ph.D.). University of Maryland, College Park, 2004.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material e arqueologia histórica**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Nacional, 1995.

LIMA, Tania Andrade. **A comida como linguagem**: práticas alimentares no Rio de Janeiro oitocentista. Anais do Museu Nacional, v. 22, p. 123-147, 2000.

LIMA, Tania Andrade. “Arqueologia da escravidão urbana: perspectivas e desafios”. In: FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia histórica no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2005.

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia e sociedade no Rio de Janeiro escravista**. Rio de Janeiro: MN/UFRJ, 2010.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário no Jatobá. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: O Reinventar do Tempo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MENDES, Mário de Souza. Fontes e lavadeiras: usos e significados sociais da água em Goiás. **Revista do Arquivo Público de Goiás**, n. 6, 2015.

MORAES, Alana; SANTOS, Inacyra Falcão dos; FARIAS, Juliana Barreto. **Patrimônio Afro-Brasileiro**: Memórias, Territorialidades e Resistências. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

OLIVEIRA, Joana Bahia; CORRÊA, Maurício (org.). **Patrimônios Negros**: políticas de memória e narrativas afro-diaspóricas. Salvador: EDUFBA, 20...

ORSER JUNIOR., Carlos. **Arqueologia histórica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ORSER, Charles. The Archaeology of the African Diaspora. **Annual Review of Anthropology**, 1998. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.anthro.27.1.63> Acesso em: 12 dez. 2025.

AFONSO, Manoela dos Anjos *et al.* Feira do Quilombo Alto Santana: processos de criação em comunidade como forma de vida e empoderamento. **Revista Nós**, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/12571> Acesso em: 12 dez. 2025.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O povo negro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

SCHAAN, Denise Pahl *et al.* **Arqueologia da diáspora africana no Brasil**. Belém: Editora da UFPA, 2011.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Religiões Afro-Brasileiras e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Edusp, 2014.

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de. A Folia de santo Reis na comunidade negra de Água Limpa (Goiás). **Identidade!** v. 20, n. 1, p. 27-37, 2022. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/1575>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SODRÉ, Muniz. **A Sociedade Incivil: mídia, poder e pluralidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOUZA, Margareth de Lourdes. **A picada de Goiás como Estrada Real no século XVIII**. In: Anais do XVII Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2013.

TORRES, Marcos. **Arqueologia da escravidão e paisagens afro-brasileiras no Centro-Oeste**. Goiânia: Editora UFG, 2018.

TORRES, Marcos. Paisagens mineradoras e materialidades da escravidão no Brasil Central. *Cadernos de Arqueologia*, v. 37, p. 105-128, 2020.

SYMANSKI, Luís Cláudio. **Arqueologia da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio. Materialidade, cultura e resistência: perspectivas arqueológicas sobre a escravidão. *Revista de Arqueologia*, v. 24, n. 2, p. 51-68, 2011.

SILVA, Sandra. **Estradas Reais no Brasil Colonial: redes de poder e circulação**. São Paulo: Humanitas, 2015.

SOUZA, Margareth de Lourdes. **Levantamento arqueológico em trechos da Estrada Real: Goiás e Distrito Federal**. Relatório técnico, IPHAN/GO, 2011.

SOUZA, Margareth de Lourdes; SILVA, Carlos Roberto. **Sítios arqueológicos e rotas históricas em Goiás: narrativas sobre o passado colonial**. Anais do Encontro Nacional de História Oral, 2014.

SOUZA, Margareth de Lourdes. Entre picadas e vestígios: arqueologia histórica nas trilhas do ouro em Goiás. *Revista do IPHAN*, n. 52, 2019.

VIEIRA, Nádia Morais. **Memórias líquidas: a Fonte da Carioca e o cotidiano colonial na antiga Vila Boa de Goiás**. Dissertação (Mestrado em História), UFG, 2018.

OUTRAS FONTES:

Patrimônio – Registro institucional da certificação do Quilombo Alto Santana pela Fundação Palmares (Portaria nº 281, 25/10/2017), confirmando seu reconhecimento jurídico como comunidade remanescente.

Imprensa Criativa– Feira do Quilombo Alto Santana faz parte do projeto “Aquilombar-se, Museu, Memória e Resistência”. Reportagem detalha a segunda edição da feira (outubro/2023), incluindo presença de feiras, cerâmica, gastronomia, memória viva e cultura local. 2023.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE ARQUEOLOGIA**

ATA DE DEFESA

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2025, às 18:30 horas, **na plataforma Zoom** teve lugar à sessão de julgamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arqueologia (064), do(a) graduando(a) Gustavo Ribeiro Cardoso. A banca examinadora foi composta por: Rosinalda Corrêa da Silva Simoni (orientador(a)) – IGPA/PUC Goiás, Cristiane Loriza Dantas IGPA/PUC-Goiás (examinadora) e Luana Cristina da Silva Campos Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS (examinador), sendo presidido pelo primeiro. O(a)s examinadores arguíram o TCC na ordem a que foram citados(a)s, tendo o/a candidato/a respondido plenamente, comprometendo-se a fazer as correções sugeridas pela banca, em acordo com o(a) orientador(a). Às 20h horas e 00 min a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, tendo o/a candidato/a sido **aprovado/a**. reaberta a sessão pública, o(a) presidente(a) da Banca proclamou o resultado, que foi assinado pelos examinadores.

Examinadores:

Nome  Documento assinado digitalmente
LUANA CRISTINA DA SILVA CAMPOS
Data: 16/12/2025 12:31:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome 2  Assinado de forma
digital por CRISTIANE
DANTAS:9418759 LORIZA
2172 DANTAS:94187592172

NOTA: 9,5

Orientador(a):  Documento assinado digitalmente
ROSINALDA CORREA DA SILVA SIMONI
Data: 16/12/2025 12:25:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Goiânia, 15 / 12 / 2025